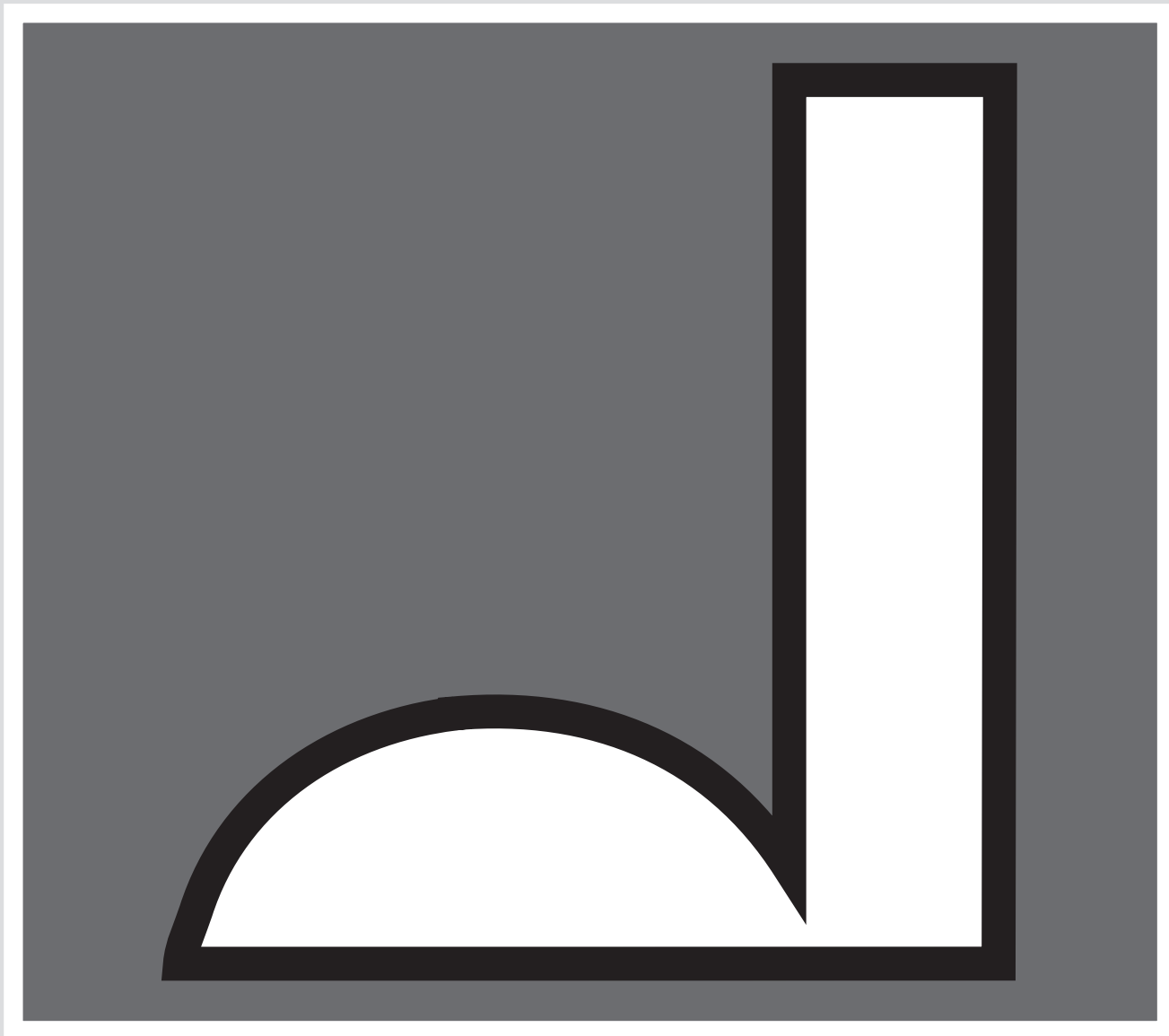




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 110 - TERÇA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1ª Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2ª Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1ª Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2ª Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>		<p>3ª Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4ª Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Slhessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PMDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes</p> <p>LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19</p> <p>LÍDER Dalcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 13 Dalcídio Amaral – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT</p>	<p>Flávio Arns – PT Fátima Cleide – PT</p> <p>LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDERES DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral</p> <p>LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p> <p>VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro</p> <p>LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio</p> <p>VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 790, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Votuporanga Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98, de 13 de março de 1998, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 22 de agosto de 1996, a permissão outorgada à Rádio Clube de Votuporanga Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 791, DE 2005

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Emissoras do Centro-oeste Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garça, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 618, de 4 de outubro de 2000, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 3 de novembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Emissoras do Centro-oeste Paulista Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garça, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 792, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissoras do Centro-oeste Paulista Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garça, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 1º de outubro de 2001, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Emissoras do Centro-oeste Paulista Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Garça, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 793, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Quinze de Novembro – ASCOMOQUINNO a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 326, de 27 de junho de 2003, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Quinze de Novembro – ASCOMOQUINNO a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pentecoste, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 794, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdelândia, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 322, de 27 de junho de 2003, que autoriza a Associação da Comunidade de Janaíba de Radiodifusão a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Verdelândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 795, DE 2005

Aprova o ato que autoriza o Conselho Comunitário do Arraial D'Ajuda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 398, de 28 de julho de 2003, que autoriza o Conselho Comunitário do Arraial D'Ajuda a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Seguro, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 796, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores do Município de Mirinzal – ASMOMI a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.430, de 29 de julho de 2002, que autoriza a Associação de Moradores do Município de Mirinzal – ASMOMI a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirinzal, Estado do Maranhão, retificando-se o prazo de autorização para 10 (dez) anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 797, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada Sairé/PE a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sairé, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.942, de 18 de dezembro de 2002, alterada pela Portaria nº 611, de 9 dezembro de 2003, que autoriza a Associação dos Amigos do Portal do Alvorada Sairé/PE a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sairé, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 798, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Água Fria e Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Fria, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 654, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária de Água Fria e Barra a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Água Fria, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 799, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural Enéas Carvalho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga do Piauí, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 717, de 15 de dezembro de 2003, que autoriza a Fundação Cultural Enéas Carvalho a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipiranga do Piauí, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 800, DE 2005

Aprova o ato que renova a concessão da Televisão Centro América Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 19 de setembro de 2001, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 4 de dezembro de 1995, a concessão da Televisão Centro América Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 801, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Comunitária Costa Sul – SCCS a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 220, de 28 de abril de 2004, que autoriza a Sociedade Comunitária Costa Sul – SCCS a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 802, DE 2005

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Barra do Ribeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 645, de 9 de dezembro de 2003, que autoriza a Associação Comunitária Barra do Ribeiro a executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 25 de julho de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 118ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE JULHO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício

Nº 304/2005, de 25 do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios..... 25242

1.2.2 – Leitura de requerimentos

Nº 794, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar e de incomformidade pela morte de Jean Charles de Menezes, ocorrido no dia 22 de julho último, em Londres..... 25242

Nº 795, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do artista plástico e psicanalista Luiz Duprat, ocorrido no dia 17 do corrente..... 25252

1.2.3 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. 25243

Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2005 (nº 3.661/97, na Casa de origem), que altera o art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (CFEM) incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil). 25244

Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. 25246

Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2005 (nº 3.588/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências. 25247

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2005 (nº 1.792/2003, na Casa de origem), que dá nova redação aos incisos I e III do **caput** do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (igual a incidência da Cide sobre a gasolina e querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação). 25249

Projeto de Lei da Câmara nº 68, de 2005 (nº 1.906/2003, na Casa de origem), que institui o Dia da Amazônia. 25250

Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2005 (nº 3.367/2004, na Casa de origem), que altera o art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais (determina que acordo somente seja homologado quando do seu cumprimento). 25251

Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994 (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal). 25253

Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 2005 (nº 4.333/2004, na Casa de origem), que altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (possibilita, nos casos de urgência, que o Juiz nomeie curador provisório para representar o interditando). 25254

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2005 (nº 4.727/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido (restringe hipóteses de agravo retido às audiências de instrução e julgamento e estabelece hipótese para a conversão do agravo de instrumento em agravo retido). 25255

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Indignação com os pronunciamentos do Presidente Lula nos últimos dias, e sua postura diante da crise que se instaurou em seu governo. Considerações sobre a denominada “Conexão Gushiken”. Farsa da indignação do Partido dos Trabalhadores com o Sr. Marcos

Valério. Proposta do estabelecimento e votação da agenda mínima. 25258

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre a CPI dos Correios e a crise no Governo Lula. 25269

SENADORA HELOÍSA HELENA – Apresentação de proposta ao Corregedor do Senado para que determine à Polícia Federal o monitoramento de todos os telefones de S. Ex^a, tendo em vista suspeita de eventuais represálias por sua atuação na CPI dos Correios. 25271

SENADOR SIBÁ MACHADO – Desconhecimento da majoritária parcela dos militantes e políticos do Partido dos Trabalhadores de eventuais irregularidades praticadas por membros do partido. Considerações sobre a reforma política. 25273

SENADORA IDELI SALVATTI – Compromisso de depuração no Partido dos Trabalhadores. Necessidade da reformulação da estrutura política e da máquina pública brasileiras, em observância à legalidade e às instituições democráticas constituídas. Registro da inclusão de Florianópolis – SC no programa “Consórcio da Juventude”. Relato de pesquisa do instituto Vox Populi que demonstra a aprovação de 60% da população brasileira à política social do Governo Lula. 25275

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão não deliberativa amanhã, às 10 horas. 25278

1.2.6 – Leitura de requerimento

Nº 796, de 2005, de autoria do Senador Antonio Leite, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 25278

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Constatação de erro material nos autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2005, enviados à sanção, no dia 7 de julho último, e encaminhamento de novos autógrafos à Presidência da República. 25279

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Medida Provisória nº 256, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$425.950.734,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais), para os fins que especifica, após o término do prazo para recebimento de emendas. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 25279

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Medida Provisória nº 257, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$1.214.000.000,00 (um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais),

para os fins que especifica, após o término do prazo para recebimento de emendas. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 25279

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 21 de julho de 2005 e publicada em 22 do mesmo mês e ano, e retificou em 25 de julho do corrente ano, da Medida Provisória nº 258, de 2005, que dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 25280

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, em 21 de julho de 2005 e publicada em 22 do mesmo mês e ano, e retificou em 25 de julho do corrente ano, da Medida Provisória nº 259, de 2005, que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria. 25281

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Transcrição, nos Anais do Senado, da matéria da jornalista Geralda Doca intitulada “Banco Popular Abriu Contas Sem Avisar Clientes”, publicada no jornal **O Globo**, edição de 23 do corrente. Arbitrariedade da prisão do ex-Governador Cícero Lucena, estranhando a atuação da Controladoria-Geral da União no caso. 25282

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Comentários a artigo do escritor João Ubaldo Ribeiro intitulado “O que é isso, companheiro?”, mostrando a sua desilusão em ter votado num petista. 25287

SENADOR NEY SUASSUNA – Necessidade de investimento nas estradas brasileiras. Início das obras para conclusão da Rodovia BR-101 nos Estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. 25291

SENADOR ANTÔNIO LEITE – Homenagem a Sra. Marli Macieira Sarney. 25293

SENADOR EDUARDO SUPLYCY – Preocupação com ameaças recebidas por telefone pela Senadora Heloísa Helena. Referências ao assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes pela polícia inglesa. Reflexão sobre a guerra no Iraque. 25294

1.2.9 – Leitura de requerimento

Nº 797, de 2005, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Renan Calheiros, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Jean Charles de Menezes. 25297

1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro do artigo “A engenharia da crise”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no Jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 10 de julho do corrente. ... 25298

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Comentários à matéria “Corrupção – o custo dessa praga para os negócios e para o País”, publicada na revista **Exame**, edição de 20 de julho do corrente..... 25300

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – RETIFICAÇÃO

Ata da 156ª sessão deliberativa ordinária, realizada em 10 de novembro de 2004 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. 25304

SENADO FEDERAL**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****4 – SECRETARIA DE COMISSÕES****5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****15 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 118ª Sessão não Deliberativa, em 25 de julho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência do Sr. Alvaro Dias, da Srª Heloísa Helena e do Sr. Arthur Virgílio

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 304/2005 – GLOBAG

Brasília, 25 de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sibá Machado, para integrar, como titular, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em substituição ao Senador Aelton Freitas, que passa a compor a referida Comissão, na qualidade de Suplente.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª protestos de estima e consideração. – Senador **Delcídio Amaral**, Líder do Partido dos Trabalhadores e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 794, DE 2005

Requer voto de pesar e de inconformidade pela morte de Jean Charles de Menezes, ocorrido no dia 22 de julho de 2005, em Londres, Reino Unido.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de voto de pesar e de Inconformidade, pela morte do jovem brasileiro Jean Charles de Menezes, executado a tiros, por engano, no dia 22 de julho de 2005, em Londres, numa ação antiterrorista da polícia britânica.

Requeiro, também, que o voto de pesar e de inconformidade do Senado seja comunicado à família desse brasileiro.

Justificação

Jean Charles de Menezes, nascido em Minas Gerais, tinha apenas 26 anos. Era um desses brasileiros que buscam emprego, estudo ou melhores condições de vida no exterior. Trabalhava como eletricista e, segundo seu primo Alex, que também vive em Londres, era “falante, amável e amigável”. No dia 22 deste mês de julho de 2005, sexta-feira, deixou o apartamento no sul de Londres, onde vivia com duas primas, e tomou um ônibus para levá-lo até a estação de metrô Stockwell. Policiais o seguiram e ali o abateram com vários tiros. Confundiram-no com um terrorista. Um erro, reconheceram as autoridades policiais. Um erro que tirou a vida de um trabalhar, de um inocente. Por mais que reconheçamos a necessidade de o Reino Unido tomar medidas severas para evitar a repetição dos covardes atos de terrorismo a que o mundo assistiu, estarecido, dias atrás, não podemos aceitar o assassinio de pessoas inocentes. Repudiamos, com a mais profunda veemência as ações terroristas. Mas condenamos, com a mesma veemência, essa injustificada e desastrada ação policial que tirou a vida de um jovem cidadão brasileiro. Por tudo isso, a brutal morte de Jean Charles de Menezes merece o pesar e o inconformismo desta Casa.

Sala das Sessões, 25 de julho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 795, DE 2005

Requer voto de pesar pelo falecimento de Luiz Duprat, ocorrido no dia 17 de julho de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de pesar pelo falecimento do artista plástico e psicanalista Luiz Duprat, ocorrido no dia 17 de julho de 2005, no Rio de Janeiro. Requeiro, também, que o Voto de pesar do Senado seja comunicado a família do artista plástico, inclusive ao diplomata Marcos Duprat.

Justificação

Luiz Duprat, nascido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 8 de março de 1935, conseguiu unir e distinguir-se em suas duas vocações: a de artista plástico e a de psicanalista. Formou-se pela Escola Nacional de Belas-Artes e em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em ambos os campos de atividade deixou a marca do seu nome, fazendo-se merecedor, portanto, da homenagem póstuma aqui proposta por meio de inscrição, em ata, de Voto de pesar desta Casa.

Sala das Sessões, 25 de julho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência encaminhará os votos de pesar solidificados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

(Nº 2.487/2003, na Casa de origem)

Institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria, a ser celebrado em toda o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.487-A, DE 2003

Institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e Biopirataria, a ser celebrado em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A pirataria de produtos industrializados e da biodiversidade não prejudica somente as indústrias, prejudica os governos, pois, tributos não são pagos, prejudica a sociedade, pois, empregos não são gerados, e prejudica também o desenvolvimento educacional, pois, investimentos em pesquisa de novos produtos e fomento cultural não são disponibilizados.

Segundo dados da Receita Federal, esse mercado ilegal de produtos industrializados já movimentava R\$30 bilhões por ano somente na capital paulista, que concentra 60% dessa atividade no País. A falsificação de produtos como CD, DVD, cigarros, medicamentos, vestuários, filmes e bebidas, por exemplo, são responsáveis pela evasão fiscal de aproximadamente R\$10 bilhões, sendo R\$6 bilhões em tributos federais, recursos que poderiam estar sendo investidos nas áreas de saúde e educação.

Segundo levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a pirataria de produtos no Brasil deixa de gerar 1,5 milhões de empregos. Há no País 6,2 mil processos criminais instaurados, mas, nos últimos três anos, apenas 30 pessoas foram condenadas.

Sendo assim, com o objetivo de alertar e mobilizar a sociedade contra os males causados pela pirataria de produtos industrializados, e para contribuir com a dedicação dispensada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, sugerimos que seja criada uma data específica e comemorativa, no âmbito nacional, para lembrar a todo cidadão que a venda e compra de produtos piratas não lesa apenas a indústria e o Governo, mas também toda a sociedade.

Quanto ao mercado ilegal da Biopirataria os dados são tão alarmantes quanto os de produtos industrializados. O tráfico de animais silvestres é o terceiro maior comércio ilegal do mundo, perdendo apenas para o tráfico de armas e de drogas, estes dois últimos, segundo especialistas, se misturam tanto que são encarados como um só. Movimenta cerca de US\$10 bilhões ao ano, sendo o Brasil responsável por aproximadamente 10% desse mercado. Por se tratar de uma atividade ilegal e por não existir uma agência centralizadora das ações contra o tráfico no País, os dados reais sobre esse comércio ilegal são difíceis de serem calculados.

Além de ter a sua biodiversidade ameaçada, o Brasil perde, anualmente, com o tráfico, uma quantia

financeira incalculável e perde ainda uma gama irrecuperável de seus recursos genéticos. Só o mercado mundial de hipertensivos movimenta anualmente cerca de US\$500 milhões, e o princípio ativo desses medicamentos é retirado de algumas serpentes brasileiras, como a Jararaca (**Bothrops jararaca**).

A cotação internacional dos venenos ofídicos é altíssima: um grama de veneno de Jararaca (**Bothrops jararaca**) vale US\$433,70 e o da Cascavel (**Crotalus durissus terrificus**) US\$301,40.

A importância dessa proposição está em seu cunho social e em seu propósito de conscientização.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para sua – aprovação.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2003.
– Dep. **Vanessa Grazziotin** – PCdoB/AM – Dep. **Meireiros** – PL/SP – Dep. **Júlio Lopes** – PP/RJ – Dep. **Laura Carneiro** – PF/RJ – Dep. **Júlio Delgado** – PPS/MG – Dep. **Rubinelli** – PT/SP – Dep. **Júlio Redecker** – PSDB/RS – Dep. **Júlio Semeghini** – PSDB/SP – Dep. **Bispo Wanderval** – PL/SP – Dep. **Lupércio Ramos** – PPS/AM – Dep. **Sandes Júnior** – PP/GO – Dep. **Josias Quintal** – PMDB/RJ – Dep. **Leortardo Picciani** – PMDS/RJ.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2005

(Nº 3.661/97, na casa de origem)

Altera o art. 2º da Lei nº 9.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira da que trata a Lei nº 7.990, de 29 de dezembro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os §§ 1º e 2º do art. 2º Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 29 de dezembro de 1989.

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para efeito do cálculo de compensação financeira da que trata o art. 6º da Lei nº 7.990, de 29 de dezembro de 1989, entende-se por faturamento líquido o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguros.

§ 1º O percentual da compensação, de acordo com o tipo de substâncias minerais, será de:

I – minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 3% (três por cento);

II – minério de ferro, fertilizantes, carvão e demais substâncias minerais, ressalvado o disposto nos incisos III, IV, V e VI deste parágrafo: 2% (dois por cento);

III – pedras preciosas, pedras coradas, lapidáveis, carbonados e metais nobres: 0,2% (dois décimos por cento);

IV – ouro: 1% (um por cento), quando extraído por empresas mineradoras, isentos os garimpeiros;

V – areia, cascalho, saibro, pedra britada e pedra de talhe, usados na construção civil: 0,6% (seis décimos por cento);

VI – rochas calcárias quando utilizadas como corretivo do solo: 0,2% (dois décimos por cento).

§ 2º A distribuição da compensação financeira de que trata este artigo será feita da seguinte forma:

I – 20% (vinte por cento) para os estados e o Distrito Federal;

II – 65% (sessenta e cinco por cento) para os municípios;

III – 15% (quinze por cento) para Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

§ 3º O valor resultante da aplicação percentual, a título de compensação financeira, em função do que dispõe o § 1º deste artigo, será considerado na estrutura de custos sempre que os preços forem administrados pelo Governo.

§ 4º No caso das substâncias minerais extraídas por regime de permissão de lavra garimpeira, o valor da compensação será pago pelo primeiro adquirente, conforme dispuser o regulamento.”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.661, DE 1997

Altera o § 1º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 2º da lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º O percentual da compensação, de acordo com o tipo de substâncias minerais será de:

I – minério de manganês, sal-gema e potássio: 3% (três por cento);

II – minério de ferro, fertilizantes, carvão e demais substâncias minerais, ressalvado o disposto no inciso V: 2% (dois por cento);

III – pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres: 0,2% (dois décimos por cento);

IV – ouro: 1% (um por cento), quando extraído por empresas mineradoras, isentos os garimpeiros;

V – areia, cascalho, saibro, pedra britada e pedra de talhe utilizados na construção civil: 1% (um por cento).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A proposição busca reduzir o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais – CFEM, incidente sobre os bens minerais de aplicação imediata na indústria da construção civil.

O objetivo é o de desonerar um produto de alta componente social, num País onde é manifesta a demanda por moradia, principalmente a de classe popular. Encerra, também, o texto ora apresentado ao julgamento dos nobres parlamentares, uma reparação da justiça tributária, uma vez que a redação ora vigente atribui a pedras preciosas, pedras coradas, metais nobres, etc., bens minerais desunidos ao luxo, à ostentação ou à aplicação financeira, alíquotas inferiores à qual incide sobre os materiais de construção elencados.

A medida, por sua justeza, não obstante a redução da alíquota, tem o caudo de repercutir no aumento da arrecadação, já que, à injustiça na legislação original, sobreveio elevado nível de sonegação no setor. Tal sonegação traz como à indesejável, não somente redução da arrecadação, como também descrédito às características e a qualquer esforço de bem gerir mineração no País.

Sala de Sessões, 23 de setembro de 1997. – Deputado **Ricardo Izar**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os estados, Distrito Federal e municípios, compensação financeira

pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF)

.....
Art. 6º A compensação financeira para exploração de recursos minerais, para fins de aproveitamento econômico, será de até 3% (três por cento) sobre o valor do faturamento líquido resultante da venda do produto mineral, obtido após a última etapa do processo de beneficiamento adotado e antes de sua transformação industrial.

§ 1º (Vetado).

§ 2º (Vetado).

I (Vetado).

II – (Vetado).

III – (Vetado).

§ 3º (Vetado).

I – (Vetado).

II – (Vetado).

III – (Vetado).

.....
LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990

Define os percentuais da distribuição da – compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

.....
Art. 2º Para efeito do cálculo de compensação financeira de que trata o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, entende-se por faturamento líquido o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguros.

§ 1º O percentual da compensação, de acordo com as classes de substâncias minerais, será de:

I – minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 3% (três por cento);

II – ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias minerais: 2% (dois por cento), ressalvado o disposto no inciso IV deste artigo;

III – pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres: 0,2% (dois décimos por cento);

IV – ouro: 1% (um por cento), quando extraído por empresas mineradoras, isentos os garimpeiros.

§ 2º A distribuição da compensação financeira referida no **caput** deste artigo será feita da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 24-7-2000)

I – 23% (vinte e três por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

II – 65% (sessenta e cinco por cento) para os municípios;

II-A. 2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – PNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral; (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 24-7-2000) (Regulamenta)

III – 10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem integralmente repassados ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que destinará 2% (dois por cento) desta cota-parte à proteção mineral em regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 24-7-2000)

§ 3º O valor resultante da aplicação do percentual, a título de compensação financeira, em função da classe e substância mineral, será considerado na estrutura de custos, sempre que os preços forem administrados pelo Governo.

§ 4º No caso das substâncias minerais extraídas sob o regime de permissão da lavra garimpeira, o valor da compensação será pago pelo primeiro adquirente, conforme dispuser o regulamento.

.....
(*Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura.*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

(Nº 841/99, na Casa de origem)

Dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As prescrições médicas e odontológicas de medicamentos em todo o território nacional devem ser efetuadas adotando a Denominação Comum Brasileira – DCB ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, são adotadas as definições constantes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da Lei nº 9.797, de 10 de fevereiro de 1999.

§ 2º Os profissionais a que se refere o **caput** deste artigo pode, a seu critério, após a DCB ou DCI, conforme o caso, indicar o nome comercial ou marca de sua preferência ou confiança.

Art. 2º Além do que prevê o art. 35 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, somente será aviada a receita que estiver em conformidade com o disposto no art. 1º desta lei, sujeitando-se os infratores às penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 3º As autoridades sanitárias e educacionais competentes têm prazo de 1 (um) ano para providenciar a atualização dos profissionais citados no art. 1º desta lei, bem como a modificação dos conteúdos curriculares dos respectivos cursos de formação profissional, com vistas na adoção da DCB e DCI.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos propostos no **caput** deste artigo, as autoridades citadas devem promover ações conjuntas com as entidades de representação das categorias envolvidas, assim como disponibilizar versões atualizadas da DCB e DCI para todos os médicos e odontólogos em atuação no País.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 1 (um) ano após sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 841, DE 1999

Dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As prescrições médicas e odontológicas de medicamentos em todo o território nacional devem ser efetuadas adotando a Denominação Comum Brasileira – DCB – ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional – DCI.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, são adotadas as definições constantes da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e da Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.

§ 2º Os profissionais a que se refere o **caput** podem, a seu critério, após a DCB ou DCI, conforme o caso, indicar o nome comercial ou marca de sua preferência ou confiança.

Art. 2º Além do que prevê o art. 35 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, somente será aviada a receita que estiver em conformidade com o disposto no artigo anterior, sujeitando-se os infratores às penalidades previstas na Lei nº 64.337, de 20 de agosto de 1977.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Após um longo período de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada e sancionada, no ano próximo passado, a Lei nº 9.787 que trata dos chamados “medicamentos genéricos”.

Tal medida, que sofreu durante todo o período de tramitação a oposição da poderosa indústria farmacêutica, representou um avanço considerável para a proteção do interesse dos consumidores e da saúde pública.

Incompreensivelmente, a norma em vigor exige apenas que as prescrições contenham o nome genérico dos medicamentos quando forem feitas no âmbito do SUS. As realizadas nos consultórios, clínicas e hospitais particulares estão livres dessa exigência sob o argumento canhestro de que obrigar o médico ou o dentista a indicar o nome genérico – e, caso queira, o nome comercial – representaria uma intromissão na autonomia do profissional. Diante disso, estamos apresentando projeto de lei obrigando a que todas as receitas sejam feitas utilizando-se a Denominação Comum Brasileira ou a Internacional, caso não haja ainda uma denominação genérica nacional.

Isto posto, ante a evidente importância e relevância da matéria, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres Pares no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões, 5 de maio de 1999. – Deputado **Robson Tuma**.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973

**Dispõe sobre o Controle Sanitário do
Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.**

Art. 35. Somente será aviada a receita:

a) que estiver escrita a tinta, em vernáculo, por extenso e de modo legível, observados a nomenclatura e o sistema de pesos e medidas oficiais;

b) que contiver o nome e o endereço residencial do paciente e, expressamente, o modo de usar a medicação;

c) que contiver a data e a assinatura do profissional, endereço do consultório ou da residência, e o número de inscrição no respectivo Conselho profissional.

Parágrafo único. O receituário de medicamentos entorpecentes ou a estes equiparados e os demais sob regime de controle, de acordo com a sua classificação, obedecerá às disposições da legislação federal específica.

LEI Nº 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977

Configura infrações à Legislação Sanitária Federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976

Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.

LEI Nº 9.787, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2005

(Nº 3.588/200, na Casa de origem)

Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei determina a obrigatoriedade de colocação de placas informativas, com dados do órgão responsável pela fiscalização do contrato, ao longo das rodovias que forem objeto da delegação ou concessão, bem como dispõe sobre as penalidades em caso de seu descumprimento.

Art. 2º Ao longo das rodovias federais que fora objeto de delegação, nos termos da Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, ou concessão à iniciativa privada devem ser colocadas placas informativas, com dados do órgão responsável pela fiscalização do contrato.

§ 1º Nas placas, colocadas à distância máxima de 10 (dez) quilômetros umas das outras, devem constar, da forma facilmente legível, os seguintes dados:

I – nome do órgão responsável pela fiscalização do contrato;

II – endereço para correspondência;

III – telefone de contato para os usuários.

§ 2º A colocação das placas é de responsabilidade do delegatário ou concessionário.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também a rodovias estaduais e municipais, quando essas forem objeto de concessão à iniciativa privada.

Art. 3º A não observância do disposto nesta lei sujeita o delegatário ou concessionário faltoso à multa, aplicada pelo órgão responsável pela fiscalização do contrato, no valor de R\$1.000,00 (mil reais) por dia, para cada placa inexistente ou sem condições de legibilidade, até a correção do problema.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata o **caput** deste artigo será atualizado conforme a variação do índice de correção dos débitos fiscais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor em 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.588, DE 2000

Dispõe sobre a colocação de placas informativas nas rodovias que forem objeto de delegação ou concessão e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei determina a obrigatoriedade de colocação de placas Informativas, com dados do órgão responsável pela fiscalização ao contrato, ao longo das rodovias que forem objeto de delegação ou concessão, bem como dispõe sobre as penalidades em caso de descumprimento.

Art. 2º Ao longo das rodovias federais que forem objeto de delegação nos termos da Lei nº 9.277 de 10 de maio de 1996 ou concessão à iniciativa privada, devem ser colocadas placas informativas, com dados do órgão responsável pela fiscalização do contrato.

§ 1º Nas placas, colocadas à distância máxima de dez quilômetros umas das outras, devem constar, de forma facilmente legível os seguintes dados:

I – nome de órgão responsável pela fiscalização do contrato;

II – endereço para correspondência;

III – telefone de contato para os usuários.

§ 2º A colocação das placas é de responsabilidade do delegatário ou concessionário.

§ 3º O disposto neste artigo aplica-se também a rodovias estaduais e municipais, quando estas forem objeto de concessão à iniciativa privada.

Art. 3º A não observância do disposto nesta lei sujeita o delegatário ou concessionário faltoso à multa, aplicada pelo órgão responsável pela fiscalização do contrato, no valor de um mil reais por dia, para cada placa inexistente ou sem condições de legibilidade, até a correção do problema.

Parágrafo único. O valor da multa de que trata o **caput** será atualizado conforme a variação do índice de correção dos débitos fiscais.

Art. 4º Esta lei entra em vigor em noventa dias a contar da data de sua publicação.

Justificação

Desde o final da década de 80, com a extinção de importantes fontes de financiamento do setor transportes, os níveis de investimentos têm caído significativamente. Em consequência, obras necessárias deixaram de ser feitas, trabalhos de conservação e restauração foram negligenciados, levando nossa sistema de viação a uma situação de quase colapso. A descentralização e a participação da iniciativa privada nos programas de investimentos têm sido apontadas sempre como saídas para a carência de recursos. Essa nova realidade acentua-se no setor rodoviário. Muitos trechos de rodovias federais estão sendo delegados para administração e exploração por parte de estados, Distrito Federal e municípios, bem como concedidos à iniciativa privada. Estima-se que, dos 160 mil quilômetros de rodovias brasileiras pavimentadas (incluindo federais, estaduais e municipais), aproximadamente 20 mil foram considerados apropriados para integrar programas de concessão rodoviária, o que significa 12%. Via de regra, instituiu-se o pedágio como forma de financiar as obras necessárias à recuperação ou adequação de capacidade dos referidos trechos.

Vários têm sido os indícios de irregularidades envolvendo esses contratos. Além dos altos valores de tarifa cobrados, em alguns casos os requisitos contratuais, como execução de melhorias e colocação de serviços de apoio para os usuários, não têm sido cumpridos. A situação complica-se se levarmos em conta as dificuldades dos órgãos responsáveis pela fiscalização que, no mais das vezes, não dispõem de pessoal suficiente.

Assim, consideramos interessante que a população venha a ser parceira do Poder Público na fiscalização. Para tanto, estamos propondo a obrigatoriedade de colocação de placas informativas, com dados do órgão responsável pela fiscalização do contrato, ao longo das rodovias que forem objetos de delegação ou concessão. Trata-se de medida simples, mas capaz de criar uma maior facilidade de acesso para os usuários que desejem encaminhar denúncias, reclamações ou sugestões.

Diante da importância da matéria para o incremento da qualidade do serviço prestado, bem como para a proteção dos direitos do usuário das rodovias, esperamos contar com o amplo apoio desta Casa na aprovação da proposta que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 2000.
– Deputado **Bispo Wanderval**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.277, DE 10 DE MAIO DE 1996

Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2005
(Nº 1.792/2003, na Casa de origem)

Dá nova redação aos incisos I e III do caput do art. 5º e aos incisos I e III do caput do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação dos incisos I e III do **caput** do art. 5º e dos incisos I e III do **caput** do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, equalizando, em relação ao querosene e à gasolina de aviação, as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível.

Art. 2º Os incisos I e III do **caput** do art. 5º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....
I – gasolina, exceto de aviação, R\$860,00 (oitocentos e sessenta reais) por m³;
III – querosene e gasolina de aviação, R\$92,10 (noventa e dois reais e dez centavos) por m³;
.....” (NR)

Art. 3º Os incisos I e III do **caput** do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º.....
I – R\$49,90 (quarenta e nove reais e noventa centavos) e R\$230,10 (duzentos e trinta reais e dez centavos) por m³, no caso de gasolina, exceto de aviação;
II – R\$16,30 (dezesseis reais e trinta centavos) e R\$75,80 (setenta e cinco reais e

oitenta centavos) por m³, nos casos de querosene e gasolina de aviação;

.....
Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.792, DE 2003

Dá nova redação aos incisos I e III do art. 5º e aos incisos I e III do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, alterados pela Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação dos incisos I e III do art. 5º e dos incisos I e III do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, equalizando as alíquotas da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE – incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, incidentes sobre o querosene e a gasolina de aviação.

Art. 2º Os incisos I e III do art. 5º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, alterado pelo art. 14 da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....
I – gasolina, exceto de aviação, R\$860,00 por m³; (NR)”
“III – querosene e gasolina de aviação, R\$92,10 por m³; (NR)”

Art. 3º Os incisos I e III do art. 8º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, alterado pelo art. 14 da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º.....
“I – R\$49,90 e R\$230,10 por m³, no caso de gasolina, – exceto de aviação; (NR)”
.....
“III – R\$16,30 e R\$75,80 por m³, nos casos de querosene e gasolina de aviação; (NR)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

A gasolina de aviação vem sendo considerada, para efeito de cobrança da Cide, como idêntica à gasolina automotiva.

Esta situação foge à lógica do uso específico dessa gasolina, que é movimentar motores de aeronaves de pequeno porte. Essas aeronaves são utilizadas

principalmente na pulverização de fertilizantes foliares e de defensivos na agricultura, em serviços de táxi aéreo e em atividades de turismo e lazer.

A fixação da alíquota da Cide incidente sobre a gasolina de aviação deveria atender à mesma lógica aplicada ao querosene, pois as finalidades desses dois combustíveis são as mesmas. Enquanto que para as gasolinas em geral a alíquota da Cide estabelecida pela Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, é de R\$860,00 por metro cúbico, para o querosene de aviação ela é de apenas R\$92,10 por metro cúbico, ou seja, quase dez vezes menor.

Essa situação limita o uso, no Brasil, de aeronaves de pequeno porte movidas a motores de ciclo Otto (com pistões) a gasolina, e não a turbinas a querosene. Além de serem muito mais baratos do que as turbinas, os motores de ciclo Otto proporcionam maior maleabilidade às aeronaves em baixa velocidade, tornando-os ideais para equipar aviões agrícolas, pequenos hidroaviões e outras aeronaves cujo uso exige pouso em pistas precárias e curtas. Com esses motores são equipados, também, boa parte dos modelos de helicópteros.

A redução da alíquota da Cide incidente sobre a gasolina de aviação terá, pois, efeitos positivos sobre várias atividades no Brasil, entre as quais a agricultura e o turismo, possibilitando o incremento do uso de aeronaves e reduzindo custos operacionais de setores vitais para a economia de nosso País.

Estas são as razões para esta nossa iniciativa, para cujo aperfeiçoamento e aprovação contamos com o apoio dos ilustres pares do Congresso Nacional – Sala das Sessões, 26 de agosto de 2003. – Deputado **Roberto Balestra**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.336, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2001

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências.

.....
Art. 5º A Cide terá, na importação e na comercialização no mercado interno, as seguintes alíquotas específicas: (Redação dada pela Lei nº 10.636, de 2002)

.....
I – gasolina, R\$860,00 por m³; (Redação dada pela Lei nº 10.636, de 2002)
.....

III – querosene de aviação, R\$92,10 por m³; (Redação dada pela Lei nº 10.636, de 2002)

.....
Art. 8º O contribuinte poderá, ainda, deduzir o valor da Cide, pago na importação ou na comercialização, no mercado interno, dos valores da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins devidos na comercialização, no mercado interno, dos produtos referidos no art. 5º até o limite de, respectivamente: (Redação dada pela Lei nº 10.636, de 2002)

.....
I – R\$49,90 e R\$230,10 por m³, no caso de gasolinas; (Redação dada pela Lei nº 10.636, de 2002)

.....
III – R\$16,30 e R\$75,80 por m³, no caso de querosene de aviação; (Redação dada pela Lei nº 10.636, de 2002)

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 68, DE 2005
(Nº 1.906/03, na Casa de origem)

Institui o dia da Amazônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia da Amazônia, a ser comemorado anualmente, em todo o território nacional, no dia 5 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.906, DE 2003

Institui o dia da Amazônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia da Amazônia, a ser comemorado anualmente em todo o território nacional no dia 5 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Amazônia brasileira, que ocupa uma área de aproximadamente cinco milhões de quilômetros quadrados, e com cerca de 25 milhões de habitantes oriundos de todo o País, é uma das regiões mais ricas e complexas do globo.

De fato, os atributos fisiográficos, ecológicos e culturais da Amazônia fazem-na uma região singular pela diversidade biológica e etnológica, dimensões essas que conferem um delicado e frágil equilíbrio ecológico a toda a região. O solo, a água, o clima, a flora, a fauna e as populações humanas da Amazônia são

estritamente interdependentes, o que cria um complexo ecossistêmico sujeito a grandes instabilidades, sobretudo diante das atividades desenvolvimentistas na região.

Daí a necessidade de se adotar no Brasil uma estratégia política de desenvolvimento sustentável para a região amazônica, aliada a severa fiscalização ambiental, se pretender harmonizar e compatibilizar conservação da natureza e proteção ambiental com as necessidades de desenvolvimento socioeconômico dos estados que integram a Amazônia. E é por isso que nossa Carta Magna, sabiamente, reconhece a Floresta Amazônica brasileira como patrimônio nacional.

O Dia da Amazônia instituído por esta proposição cria para todos os brasileiros a oportunidade de refletir sobre todos esses aspectos e peculiaridades. Pretende-se, assim, conscientizar a Nação a respeito de um dos seus mais valiosos patrimônios. Além disso, o Dia da Amazônia certamente servirá para orientar de modo correto as ações públicas e privadas concernentes ao desenvolvimento socioeconômico de toda a região.

A escolha do dia 5 de setembro é uma homenagem à data em que foi criada, em 1850, por D. Pedro II, a Província do Amazonas.

E por acreditar firmemente no alto significado educacional, cultural, ecológico e socioeconômico desta iniciativa legislativa, peço o apoio dos meus ilustres pares nesta Casa no sentido de aprovar o projeto de lei que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 4 de setembro de 2003. –
Deputado **Humberto Michiles**.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2005

(Nº 3.367/2004, na Casa de origem)

Altera o art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação dos §§ 4º e 5º acrescenta os §§ 7º e 9º ao art. 76 da Lei nº 9.099, de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais.

Art. 2º O art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 76.

§ 4º Julgando cabível e legal a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o juiz determinará a suspensão do procedimento, mediante decisão interlocu-

tória, dando-se início ao cumprimento da medida restritiva de direitos ou o pagamento da multa, e, uma vez efetivados, será emitida sentença homologatória do acordo e declaratória de cumprimento dele, que não importará reincidência, sendo registrada apenas para impedir o mesmo benefício no prazo de 2 (dois) anos.

§ 5º Da decisão prevista no § 4º deste artigo caberá recurso em sentido estrito.

§ 7º Durante o prazo concedido para cumprimento do acordo na transação, ficará suspenso o lapso prescricional.

§ 8º Descumprida a condição prevista na transação, o juiz, ouvido o Ministério Público, revogará o despacho suspensivo, prosseguindo o feito na forma do art. 77 desta lei.”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.367, DE 2004

Altera o artigo 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os juizados especiais

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação dos § 4º e 5º e acrescenta os §§ 7º e 8º ao art. 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os juizados especiais.

Art. 2º Os parágrafos 4º e 5º do artigo 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76.

§ 4º Julgando cabível e legal a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o juiz determinará a suspensão do procedimento, mediante decisão interlocutória, dando-se início ao cumprimento da medida restritiva de direitos ou o pagamento da multa, e, uma vez efetivados, será emitida sentença homologatória do acordo e declaratória de cumprimento do mesmo, que não importará reincidência, sendo registrada apenas, para impedir o mesmo benefício no prazo de dois anos. (NR)

§ 5º Da decisão prevista no parágrafo anterior caberá recurso em sentido estrito. (NR)”

Art. 3º Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao artigo 76 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995:

“Art. 76.

§ 7º Durante o prazo concedido para cumprimento do acordo na transação, ficará suspenso o lapso prescricional; (AC)

§ 8º Descumprida a condição prevista na transação, o juiz, ouvido o Ministério Público, revogará o despacho suspensivo, prosseguindo o feito na forma do artigo 77 desta lei. (AC)”

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.099/95 gerou intensa controvérsia quanto a possibilidade de oferecimento da denúncia quando, tendo sido prevista condição para a conciliação penal, o suposto autor do fato deixa de cumpri-la. Nesse caso, surgiram três correntes; (a) a primeira, admitindo o exercício da acusação; (b) a segunda, concluindo que a hipótese autoriza a execução da sentença que tenha homologado a transação; (c) a última, sustentando que nenhuma providência pode ser adotada.

Há, pois, necessidade de superar esse dissídio, que gera grave insegurança jurídica com manifesta ofensa ao princípio da igualdade. Não é propósito da Lei nº 9.099/95 a pura e simples impunidade.

A melhor interpretação da lei seria a que é adotada pela primeira corrente. Contra ela, entretanto, pronunciaram-se vários acórdãos, havendo recente decisão do Superior Tribunal de Justiça, com a seguinte ementa: “Juizado Especial Criminal. Transação. Pena de Multa. Descumprimento. Oferecimento de Denúncia. Impossibilidade.”

Com efeito, conforme a disciplina vigente, na hipótese de continuar cabível a transação oferecida pelo Ministério Público e aceita pelo autor do fato, o juiz a homologa, em decisão com todos os requisitos inerentes a uma sentença, inclusive com fundamentação, mesmo sucinta, na forma do art. 93, I, da Constituição Federal.

Assim, na verdade o que existe, na forma da lei, é uma sentença homologatória, que no dizer de Mirabete, tem também cunho condenatório, pois impõe uma sanção ao autor do fato, mesmo que acordada e “tem efeitos processuais e materiais, realizando a coisa julgada formal e material e impedindo a instauração da ação penal”.

A presente proposição objetiva resolver o problema. Por ela o juiz não homologará o acordo, não se dando, assim, a coisa julgada, seja formal ou material, uma vez que, a decisão interlocutória, apenas suspenderá o feito e o lapso prescricional, enquanto se dá o cumprimento do acordo e, sendo este efetivado, aí sim, se procederá a homologação por meio de sentença declaratória de cumprimento do mesmo, encerrando-se o processo.

Caso não haja o cumprimento por parte do autor do fato, o feito prosseguirá, até sentença final, na forma do art. 77 da lei.

Sala de sessões, 14 de abril de 2004. – Deputado **Antonio Carlos Biscaia**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.

Art. 76. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.

§ 1º Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

§ 2º Não se admitirá a proposta se ficar comprovado:

I – ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva;

II – ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela aplicação de pena restritiva ou multa, nos termos deste artigo;

III – não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

§ 3º Aceita a proposta pelo autor da infração e seu defensor, será submetida à apreciação do Juiz.

§ 4º Acolhendo a proposta do Ministério Público aceita pelo autor da infração, o juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos.

§ 5º Da sentença prevista no parágrafo anterior caberá a apelação referida no art. 82 desta lei.

§ 6º A imposição da sanção de que trata o § 4º deste artigo não constará de certidão de antecedentes criminais, salvo para os fins previstos no mesmo

dispositivo, e não terá efeitos civis, cabendo aos interessados propor ação cabível no juízo cível.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

(Nº 3.584/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.946, de 8 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....
§ 5º A expansão da oferta da educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.

.....“(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.584, DE 2004

Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, acrescido pelo art. 47 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, acrescido pelo art. 47 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....
§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 229, DE 2004

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, acrescido pelo art. 47 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998”.

Brasília, 13 de maio de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

E.M. Nº 17

Brasília, 23 de março de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à alta consideração de Vossa Excelência anteprojeto de lei mediante o qual se propõe seja alterada a redação do § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994, acrescido ao texto original por força do art. 47 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

A redação atual do referido dispositivo estabelece que a expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente ocorra em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão então responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. Conseqüentemente, a União fica impedida de promover a criação de unidades de ensino nas hipóteses em que não for possível concretizar a parceria com quaisquer dos entes mencionados acima.

Deve-se registrar que essa configuração produz efeitos negativos na oferta da educação profissional em algumas regiões do País, notadamente naquelas de menor desenvolvimento socioeconômico, haja vista a dificuldade de transferir os gastos de manutenção e gestão para estados ou municípios, cujas finanças não seriam capazes de suportar os aportes financeiros decorrentes. Analogamente, é também nas regiões de menor IDH que se verifica a maior dificuldade na identificação de ONG ou de entidades do setor produtivo que sejam capazes de gerir um estabelecimento de educação profissional nos moldes exigidos pelo progresso científico e tecnológico de nossos dias.

Na medida em que este Governo demonstra sensível preocupação com a questão da redução das desigualdades regionais e com a carência de profissionais qualificados em vários postos de trabalho ociosos, é fundamental reconhecer que o Estado não pode se omitir na função de oferecer uma rede de formação profissional com a melhor cobertura geográfica possível. Infelizmente, até a presente data, vários estados não contam com nenhuma instituição federal de educação

agrícola, sendo o caso, por exemplo, de Rio de Janeiro, São Paulo, Piauí, Roraima e Rio Grande do Norte. Em outras unidades federativas, não há ainda instituição federal de educação profissional alguma, de qualquer que seja a área profissional. Nesta situação encontram-se Acre, Amapá, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul.

Paralelamente a tais considerações, é conveniente registrar que o Governo Federal tem sido recorrentemente compelido pelos órgãos de controle a oferecer solução definitiva para o caso de algumas construções inacabadas de escolas implantadas por programas federais de expansão do ensino profissional. Tratam-se, em alguns casos, de edificações com 95% de seu projeto concluído, mas que, por conta do entrave legal, não podem dispor de recursos da União para a finalização das obras.

Neste sentido, faz-se necessária a alteração da redação do § 5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 1994, removendo-se o óbice legal que inibe a ação pró-ativa da União nas hipóteses em que as parcerias com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais não são, por si só, suficientes para assegurar que a educação profissional pública seja ofertada aos contingentes sociais menos favorecidos. A idéia balizadora da proposta é a de continuar estimulando as aludidas parcerias, o que, de resto, vai ao encontro do conceito de Parceria Público Privada (PPP) elaborado a partir de trabalho capitaneado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento; todavia, viabilizando a autonomia da União para que, nos casos em que se verifique a necessidade, possa, ela própria, dar curso à criação das unidades de educação profissional.

Finalmente, cumpre registrar que a alteração ora proposta não implica custos para a União, na medida em que a implantação de novas unidades dependerá de Projeto de Lei específico – nos termos do art. 37, incisos XIX e XX, de nossa Carta Magna – estando, por conseguinte, sujeita ao controle da oportunidade e conveniência por parte de V. Ex^a.

Respeitosamente, – **Tarso Fernando Herz Genro.**

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 8.948, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1994

Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.

Art. 3º As atuais Escolas Técnicas Federais, criadas pela Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, ficam transfor-

madas em Centro Federais de Educação Tecnológica, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982.

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da união, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (Incluído pela Lei nº 9.649, de 1990)

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, DE 2005
(Nº 4.333/2004, na casa de origem)

Altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.180.

§ 1º Nos casos da urgência, o juiz nomeará, desde logo, ouvido o Ministério Público, curador provisório, por prazo determinado, passível de prorrogação, para representar de imediato o interditando nos atos da vida civil, exceto para alienação de imóveis ou oneração de bens.

§ 2º O interessado em assumir a curatela provisória deverá apresentar, com a petição inicial, além das exigências legais, um estudo de assistente social sobre a sua aptidão e idoneidade para o exercício da curatela e o atestado médico da incapacidade mental do interditando.

§ 3º O nomeado prestará contas do exercício da curatela no prazo designado.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.333, DE 2004
(Da Sr^a Ann Pontes)

Altera o art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1.180 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.180

§ 1º Nos casos de urgência, o juiz nomeará, desde logo, ouvindo o Ministério Público, curador provisório, por prazo determinado, passível de prorrogação, para representar de imediato o interditando nos atos da vida civil, exceto para alienação de imóveis ou oneração de bens.

§ 2º O interessado em assumir a curatela provisória deverá apresentar, com a petição inicial, além das exigências legais, um estudo de assistente social sobre a sua aptidão e idoneidade para o exercício da curatela e o atestado médico de incapacidade mental do interditando.

§ 3º O nomeado prestará contas do exercício da curatela no prazo designado.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Os doentes mentais demandam assistência imediata e, muitas vezes, as pessoas que lidam com eles ficam impossibilitadas de praticar, com urgência, os atos necessários à sobrevivência da família, quando dependentes dos recursos da aposentadoria por invalidez do interditando.

A morosidade da justiça e a lacuna da lei têm dificultado a pronta outorga da prestação jurisdicional, resultando em problemas sociais de difícil solução, como a carência de famílias dependentes de aposentadoria de doentes mentais.

A presente proposição visa proteger de imediato o demente, mediante tutela jurisdicional rápida, com nomeação, desde logo, pelo juiz, de curador provisório que possa representar o doente mental, praticando todos os atos necessários na vida civil, com as restrições de não poder alienar ou onerar seus imóveis.

O interessado em assumir a curatela deverá apresentar estudo social sobre a sua aptidão e idoneidade para o exercício desse múnus e o atestado médico da incapacidade mental do curatelado.

Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 2004. – Deputada **Ann Pontes**, PMDB/PA.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 1.180. Na petição inicial, o interessado provará a sua legitimidade, especificará os fatos que revelam a anomalia psíquica e assinalará a incapacidade do interditando para reger a sua pessoa e administrar os seus bens.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2005

(Nº 4.727/2004, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 523.

§ 3º Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente, bem como constar do respectivo termo (art. 457), nele expostas sucintamente as razões do agravante.

§ 4º Será também retido o agravo das decisões:

I – não suscetíveis de causar à parte lesão grave e de difícil reparação;

II – posteriores à sentença, salvo nos casos de não admissão da apelação ou relativas aos efeitos em que a apelação é recebida.” (NR)

“Art. 527.

II – converterá o agravo de instrumento em agravo retido, nos casos previstos nos incisos I e II do § 4º do art. 523 desta lei, mandando remeter os respectivos autos ao juiz da causa;

V – mandará intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de 10 (dez) dias (art. 525, § 2º), facultando-lhe juntar a documentação que entender conveniente, sendo que, nas comarcas sede de tribunal e

naquelas cujo expediente forense for divulgado no diário oficial, a intimação far-se-á mediante publicação no órgão oficial;

VI – ultimadas as providências referidas nos incisos III a V do **caput** deste artigo, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de 10 (dez) dias.

Parágrafo único. A decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III do **caput** deste artigo, somente é passível de reforma no momento do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.727, DE 2004

Dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 523 e 527 da Lei nº 5.669, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 523.
.....

§ 3º Nas decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento o agravo será retido, devendo ser interposto imediatamente e constar do respectivo termo (art. 457), nele expostas sucintamente as razões do agravante.

§ 4º Será também retido o agravo das decisões:

I – não suscetíveis de causar à parte lesão grave e de difícil reparação;

II – posteriores à sentença, salvo nos casos de não-admissão da apelação ou relativas aos efeitos em que a apelação é recebida.” (NR)

“Art. 527.

II – converterá o agravo de instrumento em agravo retido, nos casos previstos nos §§ 3º e 4º do art. 523, mandando remeter os respectivos autos ao juiz da causa;

V – mandará intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda no prazo de dez dias (art. 525, § 2º), facultando-lhe juntar a

documentação que entender conveniente; nas comarcas sede de tribunal e naquelas cujo expediente forense for divulgado no diário oficial, a intimação far-se-á mediante publicação no órgão oficial;

VI – ultimadas as providências referidas nos incisos III a V, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de dez dias.

Parágrafo único. A decisão liminar, proferida nos casos dos incisos II e III, somente é passível de reforma quando do julgamento do agravo, salvo se o próprio relator a reconsiderar.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 868

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido”.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 185 – MJ

Brasília, 19 de novembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de lei que “Dá nova redação aos arts. 523 e 527 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao agravo de instrumento e ao agravo retido”.

2. Sob a perspectiva das diretrizes estabelecidas para a reforma da Justiça, faz-se necessária à alteração do sistema processual brasileiro com o escopo de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3. De há muito surgem propostas e sugestões, nos mais variados âmbitos e setores, de reforma do processo civil. Manifestações de entidades representativas, como o Instituto Brasileiro de Direito Processual, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juizes Federais do Brasil, de órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do próprio Poder Executivo são acordes em afirmar a necessidade de alteração de dispositivos do Código de Processo Civil

e da lei de juizados especiais, para conferir eficiência à tramitação de feitos e evitar a morosidade que atualmente caracteriza a atividade em questão.

4. A proposta tem o escopo de alterar a sistemática de agravos, tomando rega o agravo retido, e reservando o agravo de instrumento para as decisões suscetíveis de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, e outras especificadas na redação proposta da alínea **b**, do § 4º do art. 523 do Código de Processo Civil.

5. Ademais, prevê que, das decisões dos relatores, ao mandar converter os agravos de instrumento em retidos, ou ao deferir ou indeferir o chamado efeito ativo, não mais caberá agravo interno (que, aliás, na segunda hipótese vários tribunais já atualmente não admitem), sem prejuízo da faculdade de o relator reconsiderar sua decisão. É interessante evitar a superposição, a reiteração de recursos, que ao fim e ao cabo importa maior retardamento processual, em prejuízo do litigante a quem assiste a razão.

6. Estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter à anexa proposta ao elevado descortino de Vossa Excelência, acreditando que, se aceita, estará contribuindo para a efetivação das medidas que se fazem necessárias para conferir celeridade aos ritos do processo civil.

Respeitosamente, – **Marcio Thomaz Bastos.**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 5.869, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

Institui o Código de Processo Civil.

Art. 523. Na modalidade de agravo retido o agravante requererá que o tribunal dele conheça, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação. (Redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

§ 1º Não se conhecerá do agravo se a parte não requerer expressamente, nas razões ou na resposta da apelação, sua apreciação pelo Tribunal. (Incluído pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

§ 2º Interposto o agravo, e ouvido o agravado no prazo de 10 (dez) dias, o juiz poderá reformar sua decisão. (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001).

§ 3º Das decisões interlocutórias proferidas em audiência admitir-se-á interposição do agravo retido, a constar do respectivo termo, expostas sucintamente as razões que justifiquem o pedido de nova decisão. (Incluído pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

§ 4º Será retido o agravo das decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e das

posteriores à sentença, salvo nos casos de dano de difícil e de incerta reparação, rios de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida. (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001).

Art. 525. A petição de agravo de instrumento será instruída: (Redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

I – obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado; (Redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

II – facultativamente, com outras peças que o agravante entender úteis. (Redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

§ 1º Acompanhará a petição o comprovante do pagamento das respectivas custas e do porte de retorno, quando devidos, conforme tabela que será publicada pelos tribunais. (Incluído pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

§ 2º No prazo do recurso, a petição será protocolada no tribunal, ou postada no correio sob registro com aviso de recebimento, ou, ainda, interposta por outra forma prevista na lei local. (Incluído pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

Art. 527. Recebido o agravo de instrumento no tribunal, e distribuído incontinenti, o relator: (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001).

I – negar-lhe-á seguimento, liminarmente nos casos do art. 557; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001).

II – poderá converter o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de provisão jurisdicional de urgência ou houver perigo de lesão grave e de difícil ou incerta reparação, remetendo os respectivos autos ao juízo da causa, onde serão apensados aos principais, cabendo agravo dessa decisão ao órgão colegiado competente; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001).

III – poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso (art. 558), ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao juiz sua decisão; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001).

IV – poderá requisitar informações ao juiz da causa, que as prestará no prazo de 10 (dez) dias; (Redação dada pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001).

V – mandará intimar o agravado, na mesma oportunidade, por ofício dirigido ao seu advogado, sob registro e com aviso de recebimento, para que responda

no prazo de 10 (dez) dias, facultando-lhe juntar cópias das peças que entender convenientes; nas comarcas sede de tribunal e naquelas cujo expediente forense for divulgado no diário oficial, a intimação far-se-á mediante a publicação no órgão oficial; (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001)

VI – ultimadas as providências referidas nos incisos I a V, mandará ouvir o Ministério Público, se for o caso, para que se pronuncie no prazo de 10 (dez) dias. (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26-12-2001).

Parágrafo único – Na sua resposta, o agravado observará o disposto no § 2º do art. 525. (Redação dada pela Lei nº 9.139, de 30-11-1995).

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Projetos de Lei da Câmara nºs 63, 68 e 70, vão à Comissão de Educação; o de nº 65, à de Assuntos Sociais; o de nº 67, à de Serviços de Infra-Estrutura; os de nºs 66, 69, 71 e 72, à de Constituição, Justiça e Cidadania; e o de nº 64, às de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O primeiro orador inscrito é o Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a dispõe de até 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pro-

nuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o melhor que o Presidente Lula poderia fazer a essas alturas do drama que ele mesmo contribuiu para criar seria não propriamente calar-se; ele é o Presidente legitimamente eleito e pode, portanto, falar, pronunciar-se, mas com a altitude exigida pelo seu cargo. O que não é aceitável é o Presidente continuar se prestando a cenas do tipo *ópera-bufa*, que hoje têm como cenário o Palácio do Planalto.

Primeiro foi a farsa a que a revista **Veja** se refere nesta semana, a farsa do sofá no gramado de um castelo francês, montada e dirigida pelo marqueteiro Duda Mendonça. Agora, ainda sob a mesma inspiração nada inteligente, o Presidente é colocado à frente de palanques improvisados supondo arregimentar as massas populares.

Collor pretendeu aliar-se aos taxistas, ilaqueando a boa-fé desses profissionais. Lula, no domingo, tentou o mesmo com os cegonheiros, sem também nenhuma dúvida de que pretendia levar na conversa essa outra categoria profissional. Antes, na sexta e no sábado, fez comícios na refinaria Duque de Caxias e no Sindicato

dos Metalúrgicos de São Bernardo. Presidente tem que fazer comícios ou tem que governar?

Cuidado, Presidente, acabe com essa maneira de embair os trabalhadores que um dia depositaram todas as esperanças em Vossa Excelência. Todos eles estão desiludidos e daqui a pouco vão estranhar se Vossa Excelência insistir em continuar chamando-os de *companheiros*.

Não, Presidente, não vá além, como tentou fazer nesta manhã no aeroporto de Brasília a pretexto de visitar obras. Chega, Presidente, suas encenações já extrapolaram o limite do razoável. Aja como legítimo mandatário do mais alto cargo do País. Presidente Lula, em respeito ao povo, tenha compostura altiva, porque ninguém conspira para retirá-lo do Palácio do Planalto. O que a sociedade deseja, Presidente Lula, é limpar o Governo.

O que Vossa Excelência pretenderia com esse canto de sereia, já fora de hora, sem sintonia com o que pensa o povo? Aonde quer ir? Provocar as massas? Como, Presidente? Que capacidade de mobilização teria hoje o seu Partido, teria hoje o seu Governo? Ninguém do povo iria às ruas para gritar, por exemplo, “Corrupto unido, jamais será vencido!”. Não há capacidade de mobilização alguma com uma consigna dessa sorte e dessa baixeza moral, Senador Alvaro Dias, Presidente desta sessão.

Já há fartas demonstrações de que a sociedade em geral não aceita a continuidade da sôfrega e deslavada ação dos corruptos que se plantaram no Palácio do Planalto. O povo já sabe que tudo teve começo ali do outro lado da rua e com indícios muitos fortes de que o QG, o quartel general, era numa sala quase ao lado do gabinete presidencial. Em meio a essas provocações baratas de última hora, já nem falo daquela colocação ainda mais tola, para não dizer leviana, em que o Presidente investe sua ira contra as elites brasileiras. Muito provavelmente, Lula não sabe exatamente o que é elite. Da elite, Presidente, faz parte a professorinha primária, que, no seu Governo, ganha menos do que um gari, que, por sua vez, mereceria ganhar mais do que auferem nas capitais brasileiras. Elite, Presidente, é uma pequena camada da população que enfrentou anos de escola e se tornou a parcela mais apta e que, só por isso, se destaca entre nossa desassistida população. É preciso que o Presidente saiba um pouco mais para já não insistir das búferas óperas “dudeanas”.

Presidente, a elite que Vossa Excelência menciona não é certamente a elite intelectual brasileira. A elite intelectual, diz Aurélio, é o que há de melhor em uma sociedade ou em um grupo. Quer mais um exemplo, Presidente? É da elite um professor universitário, um

médico que labuta nos nossos hospitais, faz plantões, luta pela vida e ajuda a conservar a vida dos outros. Essa elite, Presidente, quer apenas que a verdade se apure à exaustão. Basta meio minuto de conversa com um cidadão comum para sentir o pensamento dominante entre os brasileiros.

Não pense, nem remotamente, Presidente, que a Oposição quer a sua cabeça. Alguém aqui já falou em *impeachment*? Não. Quem falou em *impeachment* foi o seu Partido na última reunião da nova executiva. Ao final desse pronunciamento, volto a falar de uma nova farsa montada pelo Partido dos Trabalhadores. Agora, o que a Oposição tem como decisão é que se algo de grave atingir o Presidente e houver razão para *impeachment*, aí vai ter, com toda clareza, porque não estamos aqui para apadrinhar corrupção, desvio de qualquer sorte. Há compromisso em manter a governabilidade do País, mas não há compromisso em manter, por exemplo, um Presidente corrupto. Há compromisso em manter a ordem brasileira, a ordem constitucional e, portanto, não se falou em *impeachment*, porque não se tem comprovação alguma de corrupção feita diretamente por Vossa Excelência, Senhor Presidente. Essa é a diferença que tem que ser bem colocada. O PSDB não teme nada que venha da Constituição e não está aqui, portanto, refém nem desse sentimento de proteção a Vossa Excelência.

Pelo contrário, ainda na semana passada e nas anteriores, fiz votos para que o seu mandato fosse cumprido até o final, até o dia 31 de dezembro de 2006. Por que, então, Senhor Presidente, esse seu comportamento atropelado, como se estivesse na posição de fera acuada? O que teme Vossa Excelência? Algo que ainda não saiu nas revistas? Algo que ainda não foi publicado nos jornais? O que temeria Vossa Excelência para estar tão acuado, para estar tão agoniado, para estar tão atormentado do jeito que seus pronunciamentos de líder sindical de segunda categoria – não de primeira, como Vossa Excelência já foi – jamais de Presidente, como sugerem esses seus pronunciamentos?

Vossa Excelência não andou dizendo por aí que queria ou quer a punição dos responsáveis por esse mar de lama petista? Como é que agora investe contra quem quer apuração das denúncias, fingindo que ainda pode mobilizar massas populares neste País? A postura da Nação é inteiramente no sentido da apuração dos fatos, Senhor Presidente. Basta ler os jornais. Os dessa manhã mostram o retrato em corpo inteiro da crise criada pelo Governo petista.

Em nome da Oposição, que, ao contrário do comportamento palaciano, ela – Oposição – é responsável, faço uma advertência, agora diretamente ao Presiden-

te: não cometa mais asneiras! Chega o que já fizeram seus antigos companheiros, que agora começam a pensar em ter o PT bem a distância.

Do noticiário de hoje, destaque, desde logo, a matéria da repórter Vera Rosa*, que interpreta o quadro caótico criado no País pelo Governo petista, concluindo que agora Lula anda em busca de blindagem. “Está procurando a blindagem errada”, é o que diz a matéria do **Estadão** anexada a este pronunciamento, juntamente com outras notícias sobre a crise petista.

É só o que há nos jornais. Uma crise atrás da outra. Todas falam de crise. Crise é a palavra mais pronunciada de uns tempos para cá.

O que é crise afinal? É preciso explicar ao Presidente, com uma didática bem fácil. Recorro ao Aurélio:

Fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das idéias e da política.

E, mais ainda, do mesmo mestre Aurélio:

Situação grave em que os acontecimentos da vida social, rompendo padrões tradicionais, perturbam a organização de alguns ou de todos os grupos integrados na sociedade.

Por que a situação teria ficado tão grave no Brasil? Porque um grupo, que agora se sabe descompromissado com o País, entendeu de pilhar o dinheiro do povo, tudo em nome de uma pretensa República petista.

Pilhar, Sr. Presidente, significa subtrair fraudulentamente, furtar, roubar, surrupiar. Exatamente o que vinha fazendo a quadrilha criada a partir de inspiração do seu Palácio, do Palácio do Planalto.

Isso tudo vinha sendo feito em nome das milhares de pessoas que votaram em Lula? – Pergunto eu. Em nenhuma hipótese. Nunca! Não somos nós da Oposição os responsáveis pela crise, nem são os cegonheiros, os metalúrgicos ou os trabalhadores da refinaria; nem são os metalúrgicos do ABCD paulista. A maioria dos brasileiros, entre eles essas categorias, que agora Lula que tratar com paparicos, quer distância dos corruptos.

As CPI vão ajudar a expungir essa gente. Até aqui, Lula fala e fala. O que mais ele fez foi passar a mão na cabeça de corruptos. Adulou os corruptos. Só mandou alguns embora ante a evidência dos fatos.

Sigo na leitura do noticiário, com uma análise do Senador José Sarney:

Com sua notória experiência pública, ex-Presidente da República que foi, o ilustre representante do Amapá confidenciou a pelo menos dois interlocutores estar muito preocupado com o mal desempenho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante da gravidade da situação. Segundo os interlocutores, o Senador Sarney avalia que Lula está errando muito e que, se

nada for feito, dificilmente ele termina esse ano como Presidente”.

Quem diz isso é Sarney, não sou eu. Se Sarney disse, não vai colocar nenhuma nota desmentindo, vai confirmar. É assim que age um ex-Presidente da República, é assim que age um ex-Presidente do Congresso Nacional, é assim que age um Senador da República, Sr Presidente.

E leio no **Correio Braziliense** matéria intitulada “A Conexão Gushiken”. E agora já estamos falando, Senadora Heloisa Helena de conexão. E já está normal, estamos nos acostumando.

Conexão boa, saudável é a conexão aérea. Eu tomo um voo para a sua terra, Maceió, devo talvez fazer conexão em Recife, talvez? Posso ir direto? Mas posso fazer, se eu quiser, em Recife. Vou visitar o Senador Sérgio Guerra em Recife e faço uma conexão para lá. Essa é a conexão que dá para aceitar.

Agora, estamos engolindo nós a “Conexão Gushiken” – e vou já mostrar como funciona essa história das molas mestras das conexões da corrupção no Palácio do Planalto. “Conexão Gushiken” seria algo ligado à corrupção, chefiado pelo ex-ministro e atual “seilá-o-quê”, ex-Deputado também, Luiz Guishiken.

Diz o **Correio Braziliense**:

Essa conexão passa pela Superintendência de Previdência Complementar, órgão vinculado ao Ministério da Previdência, que tem como missão regular e fiscalizar o sistema de Previdência Complementar. O comandante da SPC foi indicação pessoal de Gushiken, que também avalizou a trinca que está abaixo de Adaci Reis: Leonardo Paixão, Secretário adjunto do órgão; Valdir Gomes, de Assuntos Atuariais, e Carlos Alberto de Paula, Coordenador Geral de Projetos Especiais e de Fomento.

A ligação de Adaci Reis com Gushiken é tão forte que nenhum dos dois Ministros que passaram pela pasta da Previdência desde a posse de Lula, Ricardo Berzoini, Amir Lando e Romero Jucá, atreveu-se a mexer com o chefe da SPC. Amir Lando até que tentou, mas deu marcha-a-ré. Lando confidenciou a amigos que Reis era intocável e despachava diretamente com Gushiken.

Encerro as citações, Sr Presidente, lendo o primeiro parágrafo do artigo intitulado “E Agora José?”, publicado hoje na **Folha de S. Paulo** por Carlos Alberto Libânio Christo, Frei Betto, da intimidade de Lula, e que, entre outros cargos, foi Assessor Especial da Presidência da República em 2003 e 2004. Diz Frei Betto:

A festa acabou? Já não há mais PT? Não, José, de tudo isso fica uma grande lição. Não é a direita que inviabiliza a esquerda. Esta tem sido vítima de sua própria incoerência, inclusive quando se elege por um programa de mudanças e adota uma política econômica de ajuste fiscal que trava o desenvolvimento, restringindo investimentos públicos e privados.

Termino com mais um conselho ao Presidente Lula, o milésimo que lhe faço desta Tribuna. Vossa Excelência, Presidente, elegeu-se para governar o País até o final de 2006. Espero em Deus que assim seja. Até lá, Presidente, afaste-se dessa política suicida de atijar a fogueira do inconformismo da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu tenho algumas coisas mais a dizer. Uma é que é essencial termos uma noção muito clara. Para mim duas vertentes, a partir do Palácio do Planalto, instauraram neste País uma rede de corrupção jamais vista, que supera de longe aquilo que foi montado no Governo Collor. De longe! Uma delas, que começa a ser desvendada agora, ligada à comunicação social e a fundos de pensão, é subordinada ao Ministro Luiz Gushiken – ex-Ministro, não sei que cargo ocupa hoje. A outra é chefiada pelo Ex-Ministro José Dirceu. Essa é a verdade! A outra cuidava do resto.

As CPI haverão de mostrar com clareza todos os resultados disso que para mim, Senadora Heloisa Helena, é algo extremamente grave, porque fazia parte de um projeto de poder. O projeto de poder era, com essa dinheirama toda arrecadada por essas vias jamais duvidosas, porque certamente corruptas, eleger uma bancada de 250 Deputados do PT, talvez, e com isso chegar à Maioria na Casa, com um pouco mais de adesões de alguns fisiológicos daqui ou de acolá. Isso na hipótese de reeleição do Presidente Lula, que parecia certa.

Para mim – e eu acredito piamente nisso – era um projeto de poder montado com muito dinheiro e ainda com aquela desculpa do tipo: “Ah! Nós não acreditamos nessa República burguesa. Vamos, então, tirar dinheiro dessa República burguesa. Vamos desmoralizar esses Deputados desmoralizados do Partido fisiológico tal, do Partido fisiológico qual e vamos tocando, porque o que importa é que nós somos capazes de fazer um país melhor, um país mais justo”.

No meio do caminho, perderam-se nos vinhos, nos *cohibas*, nos **lands rovers**, nas casas de praia, nos apartamentos à beira-mar – ninguém é de ferro –, se perderam nas delícias de um sistema que fingiam combater.

Para mim, está claro como água: era um *projeto milionário de poder*. E, mais ainda, pensavam: “Nós

sempre estivemos acima do bem e do mal. Então, podemos fazer isso, porque ninguém vai desconfiar de nós. Como é que a imprensa vai achar que nós somos capazes de fazer isso? Quem é, no Senado ou na Câmara, que vai ter a ousadia de dizer que nós somos capazes de fazer isso?”

Em cima de uma base de caráter fundamentalista religiosa – eu sou religioso, mas não sou fundamentalista –, diziam que, já que a verdade pertencia a eles, seriam capazes de, pura e simplesmente, tocar para a frente esse projeto que seria de oito anos de Lula e de mais pelo menos oito anos de alguma liderança que surgisse a partir de todo esse aparato, de toda essa encenação montada no País.

Isso foi descoberto. E foi descoberto porque não poderia dar certo numa democracia como a brasileira, em que existe uma Imprensa investigativa como a nossa, um Congresso com uma oposição forte e vigilante como a nossa, e um Judiciário funcionando a pleno vapor. Ilusão imaginar isso dar certo.

Eu queria dizer a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, que cada dia eu tenho uma certa decepção a mais com o Presidente Lula. Quando eu vi essas reações dele de ir para os sindicatos, imitando o Fernando Collor, ele que não tem mais maioria, que já não pode ir para a praça pública, porque não tem como fazer grandes comícios em praça pública – não tem mesmo! –, demonstra que nele há o propósito de não quer apurar coisa alguma. E demonstra que quer deter as apurações, demonstra que quer assustar quem está apurando, ou seja, propõe uma espécie de guerra popular nas ruas que pode repetir o fiasco do verde e amarelo de Collor. Ele que não peça para colocar a estrelinha vermelha do PT nos que estiverem com ele, porque volto a dizer: não existe **slogan** “corrupto unido jamais será vencido.” O povo não vai para as ruas com uma consigna dessas. Mas não vai mesmo!

O Presidente Lula me dá a impressão agora de que sabia mesmo de tudo, de que tinha consciência clara do que estavam fazendo, talvez não de pormenores, mas sabia que estavam mostrando um grande projeto de arrecadação de fundos para a perenização do PT no poder.

Outro dia eu estava lendo uma declaração do Senador Jefferson Peres e me ponho completamente de acordo com ela e com ele. Diz o nosso ilustre Senador, meu Colega pelo Amazonas, que tem também essa convicção. Diz ele o seguinte: “A minha convicção não basta, é preciso um fato, é preciso um *link*. Então, não tendo um *link*, o que importa a minha convicção?” Mas eu, que comecei esse processo achando que o Presidente Lula poderia não saber de nada, estou vendo que a sua reação é claramente a de quem está

com muito medo de que as investigações cheguem até o final.

Claramente. Nitidamente isso. Portanto, o Presidente Lula está encenando agora a sua *porção Chavez*, fazendo-a aflorar, procurando outros setores, porque já não consegue abranger a sociedade como um todo, vendo ruir um projeto de poder, quando está tudo muito claro. O Senador Alvaro Dias sabe disso melhor do que eu, até porque está à testa, representando o PSDB com maestria na CPI, e a Senadora Heloísa Helena, da mesma maneira, representa o seu Partido com brilho na CPI. Ambos dominam muitos mais dados do que eu. Para mim, tudo está tão mais claro! Está claro para as revistas semanais, está claro para todos.

Está em curso, neste País, e em marcha uma investigação que não se sabe aonde vai chegar. Não se sabe. O que nós sabemos é que, diferentemente de episódios outros de caixa 2 de campanha – e isso é irregular e isso é condenável mas, diferentemente de hipóteses outras e de possibilidades outras de caixa 2 de campanha, desta vez há uma espécie de caixa 3 de campanha. Não é bem caixa dois não. Não é bem aquela história de o “empresário ajuda fulano a se eleger”. Não. Não é isso. Dessa vez, usando como preposto o Sr. Marcos Valério, montaram um esquema de lavagem de dinheiro absolutamente fantástico e inédito neste País. Essa é a diferença essencial. Alguém diz assim “Sempre neste País coube a corrupção”.

Coube – e isso é lamentável. Dessa vez, nós temos algo oficial, nós temos algo maior, temos algo acima do que já foi feito antes. E eu percebi isso, Senadora Heloísa Helena, quando eu vi o Presidente assumir candidamente que é o que sempre se fez no País. Mas, Presidente, se fosse para dizer isso, o senhor não teria sido eleito. Se fosse para dizer isso, o senhor teria perdido a eleição. Se fosse para dizer isso, o senhor teria sido derrotado. Quando o senhor disse isso, acendeu uma luz amarela no meu cérebro: Meu Deus, se ele admite isso com tanta candura é porque no fundo tem coisa muito mais grave por trás disso.

As revistas todas mostram, com clareza, como se dava a entrada do dinheiro, como se dava o processamento do dinheiro, como se dava a saída do dinheiro.

Por que o PT está devendo? Aí eu queria denunciar uma fraude, Senadora Heloísa Helena, Senador Alvaro Dias. Por que o PT está devendo dinheiro hoje? Porque esse dinheiro não era para ser pago nunca. Esse dinheiro foi doação clara, esse dinheiro é retribuição. Não é doação coisa alguma.

O inesperado, ficou evidente, foi a descoberta do delito que fez, de repente, eles fingirem que estão devendo os olhos da cara ao Sr. Marcos Valério. Que

coisa mais ridícula! Se o Sr. Marcos Valério não tem direito ao dinheiro, como ele pode estar cobrando de alguém? Como é que o PT recorre a um empresário que tem tantos contratos no Governo? Não tem como vingar essa nova fraude.

Fiquei muito triste porque este Governo tem duas ancoras: uma delas, sem dúvida alguma, é o Ministro Palocci, que fala com o que o Presidente chama de elites – e fala muito bem – e a outra âncora é o Ministro Márcio Thomaz Bastos, figura cordial, de passado respeitável. A revista **Veja** desanca o Ministro Márcio Thomaz Bastos. E se ele não se explica fica desautorizado como interlocutor de uma Oposição que queira responsabilmente discutir o País, caso a crise se agudize, porque tratou a corrupção ou teria tratado a corrupção como se fosse advogado de um criminoso e não Ministro da Justiça do País.

As desculpas, a montagem, a versão, é o que temos, quando, ao Ministro da Justiça de um País democrático, de um País decente, deveria interessar a verdade e não a mentira, não a desculpa e não a versão. Ele não está no júri perorando; ele está representando a Justiça do País pelo ângulo como a vê o Poder Executivo.

Mas a farsa, Sr^a Presidente, é bem simples de ser vista. É uma farsa clara, nítida. Estamos vendo o PT esbravejar: “O Sr. Marcos Valério, se quiser, que nos processe”. “O Sr. Marcos Valério, se quiser, que cobre na Justiça o que entende que nos lhe devemos”. “Até nos ajuda”, diz o Presidente Tarso Genro, diz o Secretário-Geral Berzoini, “até nos ajuda ele ir à Justiça, porque vamos saber exatamente o que devemos e o que não devemos”.

Primeiro, como o PT pode tratar como um credor comum uma pessoa completamente incomum como o Sr. Marcos Valério?

Segundo, Sr^a Presidente, é imaginar que somos uma Nação de beócios, uma Nação de capadóciolos, uma Nação de sonhadores, uma Nação de incapazes de..., uma Nação de inimputáveis e supor que possa passar pela cabeça de alguém como legítima essa idéia de que o PT deve dinheiro ao Marcos Valério, de que agora paga o que está claramente posto e o que não está tão claramente posto não paga e, ao fim e ao cabo, depois de não sei quanto tempo arrecadando dinheiro daqui, vendendo seus broches para alguns incautos que ainda queiram comprar broches do PT, paga. Enfim, não é assim. Não é nada simples. Sabemos com clareza que é um jogo de cartas marcadas. O Sr. Marcos Valério não está, de jeito algum, cobrando do PT como se ele fosse o credor da padaria que tem um crédito a receber com a vizinha da Superquadra 305 ali e que está sem lhe pagar há

duas semanas. Ele não é um banco para ser credor normal de uma pessoa normal e contrair um empréstimo normal. Não é! não é!

O Sr. Marcos Valério era parceiro do PT e parceiro deste Governo num processo de rapinagem de dinheiro público. Isso tem que ficar colocado com toda clareza, porque qualquer discussão sobre governabilidade – e o PSDB não foge a ela – não deve implicar a figura da hipocrisia, a figura da mentira, a figura da colocação para baixo do tapete.

Aí aparece alguém ligado ao PSDB que buscou não sei quê, não sei quantos reais com o Sr. Marcos Valério, para fazer campanha. Aí alguns pressurosos dizem: “então a Oposição está nisso”. Não está não. Não está não. Qualquer coisa periférica não tem nada a ver com estrutural. O estrutural é: esquema de corrupção montado no Governo Lula, montado pelo PT para servir um projeto de eternização e perenização do PT no poder. Essa é a clareza!

“Ah, porque o Deputado Roberto Brant, do PFL”, não sei o quê. É problema do Roberto Brant, do PFL. Eles vão saber como se resolver. Não tem nada a ver com mensalão, não tem nada a ver com compra de voto. Tem nada a ver com esse caixa 3. É caixa 2. Isso é uma outra história. Nada a ver com esse caixa 3 absurdo que foi montado pela primeira vez na República brasileira.

Quanto mais eles dão desculpas e quanto mais o Presidente vai aos seus sindicalistas para fingir uma coragem que, talvez, ele não tenha mais no seu íntimo, mais se agrava o quadro que hoje em dia é de proporções inimagináveis.

Eu queria, ao denunciar esta farsa, mais uma – já teve a farsa das mentiras do Sr. Valério sobre os empréstimos, já teve a farsa das mentiras todas de quem assinou e de quem não assinou, já teve dinheiro em cueca, já teve tudo, já teve tudo – eu queria dizer com clareza que nós denunciemos a farsa e a fraude de uma falsa indignação do PT com o Sr. Marcos Valério, que foi seu parceiro.

A pergunta que faço a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, é muito clara, muito rasteira, muito simples. O PT passou 20 anos da sua existência denunciando todo mundo, todo mundo. O PT sempre farejou o que lhe parecia irregularidades. O Sr. Gushiken*, hoje, disse que está arrependido do que fizeram com o Ministro Eduardo Jorge, que foi uma injustiça muito grande e que concorda, disse isso ao jornalista Merval Pereira, que a vida do PT foi dedicada a matar reputações de pessoas honradas. Mas um Partido assim, que denunciava o que era justo e que até denunciava o que era injusto, como admite Gushiken, um Partido que denunciava tudo e todos, esse Partido, pelas pessoas que

hoje estão assumindo a direção do PT, esse Partido não percebeu nada: que tinha uma grande montagem, que tinha uma grande farsa sendo encenada, que tinha uma grande rapinagem de dinheiros públicos. Esse Partido não percebia nada disso! Não percebia de jeito algum nada disso! Ninguém, ninguém, dos atuais dirigentes, ninguém dos que aparentemente estão limpos nessa questão sabia de nada! Ignoravam, estavam alienados, não tinham noção, não sabiam, não ouviram, estavam todos surdos e mudos, como surdo e mudo estava o próprio Presidente Lula.

Aí alguém diz assim: “O seu Partido se fecha para conversa sobre a governabilidade?”.

Nunca, nunca se fechará!

“O seu Partido se fecha para discutir uma agenda mínima?”.

Nunca, nunca se fechará! O meu Partido está pronto para discutir e votar uma agenda mínima que garanta a governabilidade do País.

“O seu Partido, por outro lado, exige alguns pontos a serem preenchidos para aceitar qualquer conversa?” Exige. A primeira questão básica é que a conversa parta de lá; a segunda é que, pela primeira vez, nessa crise, falem a verdade, de uma vez por todas, parem de embair a opinião pública e parem de inventar desculpas, porque a desculpa só vai misturar os bons petistas aos tão maus, só vai impedir dali o surgimento de um novo partido ou até a refundação desse Partido que teve tanta vida útil neste País.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra concederei aparte aos dois Senadores. Ouço o Senador Sibá Machado e, em seguida, o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, não ouvi o conjunto do seu pronunciamento, só essa parte final, mas preciso deixar V. Ex^a muito bem esclarecido do seguinte: é verdade que o conjunto do PT desconhecia esses fatos. Sou Presidente do PT no Estado do Acre já há quatro anos e, durante essas campanhas eleitorais todas, procurei insistentemente revitalizar sempre o perfil da militância do PT, de ir, sim, com uma bandeira à rua, de vender a camiseta, o **boton**, de insistir numa campanha cada vez mais de base e de evitar que suba na cabeça da militância o poder. Não é porque se ganha o governo que a vida agora é fácil e será possível que as coisas

caiam do céu. E foi essa a minha insistência esse tempo todo. E, na conversa que tive com o Genoíno, conversa pessoal, olho no olho, ouvi dele exatamente isto: que realmente não ia atrás dessa parte administrativo-financeira do PT e que fazia a parte política. Reconhece que fez um mal, que cometeu um erro por ter entregado a tesouraria, sem nenhuma especulação, sem nenhuma dúvida, sem nenhuma sombra de qualquer coisa, para o Delúbio. Então, sobre essa pergunta, sobre essa dúvida que V. Ex^a levanta – será que ninguém sabia? –, eu digo por mim e digo por pessoas que, também como eu, estão impressionadas com o nível das informações que estão chegando hoje do Brasil. Mas assim como V. Ex^a, ninguém está aqui querendo tapar o sol com a peneira. Nós reconhecemos que há um problema, que o problema não é dos menores, é muito grave, que o problema é muito sério, e requer, de cada um de nós, agora, muita serenidade e muita hombridade para reconhecer o erro que foi cometido. E todos estamos imbuídos do propósito de ajudar insistentemente – queremos dizer isso ao Brasil – a CPMI. Que a Polícia Federal, com o que puder trazer de novo, e o Ministério Público e todas as instituições que estão a investigar e a julgar esses fatos possam, o mais rápido possível, livrar o Brasil desse tédio a que todos estamos submetidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Sibá Machado. Se o PT fosse composto de pessoas como V. Ex^a, que merece todo o meu apreço, se fosse composto de pessoas com a sua pureza, tenho certeza de que essa crise não existiria. E tenho certeza de que a base do PT tampouco teria ciência do que se passou. Eu me referia às figuras tarimbadas do PT, eu me referia às figuras maliciosas do PT. Por exemplo, o Senador Alvaro Dias denuncia algo extremamente relevante. Denuncia que esse empréstimo dado ao PT estaria pago, porque o BMG teria sido beneficiado, privilegiadamente, com os depósitos para os créditos consignados aos nossos idosos. Ninguém do PT percebeu isso? Ninguém do alto escalão do PT percebeu isso? Ninguém percebeu que estava havendo benefício claro a um banco e que podia haver um interesse? Aquele PT tão investigativo, aquele PT tão perdigueiro, aquele PT que farejava tudo que supostamente era errado nos outros Governos e que aí, diz Gushiken, cometia injustiças e até assassinava a reputação de pessoas que não mereciam ter sua reputação assassinada. Esse é o PT que a mim não convence. Se alguém disser para mim que José Ge-

noino amanhã estará rico, chego até a acreditar que não. Pelo que conheço dele, ele não tem um tostão, e continuo acreditando nisso. Então foi um gesto de incompetência dele sim, por não tomar conta. Seria uma desilusão a mais que eu teria se soubesse mais isso. Mas o esquema que foi montado e que está aí só pode ser respondido com verdades, com punições efetivas, com esclarecimentos cabais. Só pode ser respondido quando o Presidente parar com esse proselitismo de agora se dirigir aos sindicatos como se pudesse ele colocar povo contra povo, chamando de elite algo que ele não define bem e se esquecendo de que há uma elite sim que prejudicou o Presidente Lula, essa elite nova que ocupou as estatais, que ocupou cargos tão importantes e que, em tão pouco tempo de Governo, caiu tão facilmente nas tentações de mexer de maneira espúria com a coisa pública, com o dinheiro público.

Mas tenho por V. Ex^a um respeito muito grande, Senador Sibá, e V. Ex^a sabe disso. V. Ex^a tem sido um bravo, tem defendido um Governo no qual crê, um projeto no qual acredita, com uma bravura que, a meu ver, credita ao respeito dos seus pares. Sou o primeiro a proclamar isso de maneira aberta para todos os nossos colegas ouvirem.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Ouçó o Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Arthur Virgílio, confesso, de início, que meu aparte não vai trazer nada ao pronunciamento de V. Ex^a...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a fala com a autoridade de um ex-Presidente do Congresso e do homem de bem que é.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – ...mas ele tem uma finalidade, a de proclamar que, no meu ponto de vista, se V. Ex^a não está em primeiro lugar, está entre os primeiros na sua luta – sua, nossa, de todos nós – contra essa situação calamitosa, essa tragédia moral em que a vida do País está mergulhada. Então o meu aparte é para parabenizar V. Ex^a e também para afirmar que não devemos rezear nada, porque essa é uma tragédia que vai trazer benefícios para o País com toda a certeza. Por quê? Porque não haverá – e é preciso deixar claro isso para a opinião pública brasileira – eventuais possíveis acordos, entre quaisquer Líderes, que possam tampar o sol com a peneira. Essa crise só tem uma saída, que V. Ex^a vem proclamando, juntamente com outros próceres, como o Senador Álvaro Dias e a Senadora Heloísa Helena, que hoje preside os nossos trabalhos: levar até as últimas

consequências a apuração dos fatos. E não há nada que temer se isso demorar um pouco. O que não se pode fazer é parar as investigações sob o argumento de que o País vai parar e vai perder a credibilidade. Penso justamente ao contrário, Senador Arthur Virgílio, que os investidores, o mundo inteiro vai proclamar que o Brasil não é mais o país da impunidade, que o Brasil sabe trabalhar com as situações mais difíceis, dando segurança aos negócios, aumentando os investimentos, lutando e continuando o seu trabalho. Há três CPIs funcionando, e o Congresso não está paralisado por causa de CPI! Pode estar paralisado por medidas provisórias ou por outras razões, mas não pelo funcionamento das CPIs, que merecem uma palavra de incentivo, se a minha palavra valesse ao menos para incentivar, e merecem uma palavra de justiça. Esta, sim, quero fazer às três CPIs que estão em funcionamento e que, com certeza, passarão o Brasil a limpo. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Ramez Tebet. Como eu já dizia ainda há pouco,...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr^a Presidente.

V. Ex^a fala com a autoridade do ex-Presidente do Congresso que foi e do homem de bem que será por todos os seus tempos.

Na medida em que eu respondo a V. Ex^a, encerro pedindo à Sr^a Presidente que seja incluída nos Anais da Casa a entrevista de Ivan Padilla, publicada na revista **Época**: “O Fim do Populismo”. Nela, demonstra-se à farta que, nas democracias latino-americanas, não há mais espaço para quem inventa, para vendedores de ilusões, aí incluído, claramente, nosso Presidente Lula. Essa entrevista é feita com a economista Marta Lagos, chilena, Diretora do Instituto *Latinobarómetro*, com sede em Santiago, que elabora estudos e pesquisas sobre a democracia latino-americana.

Respondo com três itens fundamentais. O primeiro é que as investigações devem ir até o fim, sem essa tentativa até cretina de esconder o caixa três – e não caixa dois – com que opera esse Governo; sem essa tentativa de colocar-se como essencial o que é periférico, enquanto o essencial é a corrupção sistêmica, montada em um projeto de poder desse Governo e desse Partido, o PT. É preciso ir até o fim das investigações.

O segundo é o Presidente não ousar – por isso dou importância a essa matéria de Marta Lagos –, no auge e no ápice do que seria a sua insensatez, vir às ruas imaginando que por essa via coloca-se impune, acima do bem do mal, acima de investigações, porque a democracia é mais forte do que quaisquer forças que ele ainda possa arregimentar. Essa é uma proposta essencial, sob pena de Sua Excelência permitir que se deteriore completamente a sua relação com a Oposição brasileira, que vai reagir.

Em terceiro lugar, para mostrarmos com clareza que o Brasil pode – da parte do Senado tem sido assim – e deve manter-se governável, embora as investigações se processem radicalmente até o final, proponho, nitidamente, que elaboremos em conjunto a tal agenda mínima e que a votemos. Devemos votar aquilo que é essencial no político e no econômico para tocar o País. Este País tem que ser governável de qualquer jeito, com Lula ou com quem quer que seja; tem que ser governável a vida inteira. O Brasil não pode ser tratado com irresponsabilidade por ninguém.

Então, não se diga que a investigação atrapalha a governabilidade, porque não é o que queremos; não se diga que a governabilidade depende do fim das investigações, porque isso não corresponde à realidade. Por outro lado, não pense o Presidente que, assumindo uma porção Chávez – prefiro sua porção Palocci –, vai intimidar as Oposições e, com isso, fazendo suposta guerra popular nas ruas, vai fazer mais do que imitar um presidente de triste figura que não completou o seu mandato há 13 anos.

O Presidente Lula precisa, de uma vez por todas, compreender – e peço um pouco mais de tempo para concluir, Sr^a Presidenta – que tem falado de maneira inadequada. Toda vez que um presidente fala deve ser capaz de diminuir a crise que recebeu, toda vez que fala. Foi assim com o Presidente Clinton: acusado do que foi acusado – e não era corrupção –, quando foi ao Capitólio, Câmara e Senado reunidos, saiu de lá aplaudido de pé pelos seus adversários e pelos aliados. A crise ficou menor. Foi assim com o Presidente Reagan: acusado, com fortes evidências, no episódio Irã-Contras, ele foi e saiu ovacionado pelo Parlamento. Diminuiu a crise.

O Presidente não pode vulgarizar a sua palavra. A cada momento fala algo que não é bom para ele, não é bom para o seu Governo, não é bom para a sua relação com o Congresso nem para a sua relação com a sociedade. Ameaças que não pode cumprir. Ameaças não devem ser proferidas; ameaças que não podem ser cumpridas, essas é que não devem ser proferidas mesmo. E ele não tem condição de cumprir ameaça

alguma contra ninguém. Se Sua Excelência propuser algo parecido com mobilização de lá e de cá, vai ver que de cá se mobiliza mais do que de lá. E não é isso que queremos. Não fizemos até agora um só movimento cotejando forças, nem um só movimento. E não que nos não falem instrumentos para realizar esse movimento se quisermos fazê-lo. Não o queremos.

Tudo o que queremos é dizer ao Presidente que fique tranquilo, pois ele não está enfrentando os seus antigos companheiros na Oposição; ele enfrenta as pessoas que têm efetivamente mais maturidade do que aquelas que faziam Oposição antigamente. Não queremos mexer no seu mandato, a menos que este se revele corrupto, a menos que o Presidente apareça como claramente culpado. Aí não temos por que proteger o Presidente. Mas temos todo o interesse em que, enquanto isso não acontecer – e se Deus quiser isso não acontecerá –, Sua Excelência governe o País, e governe-o de modo a entregá-lo ao seu sucessor em condições melhores do que aquelas em que o recebeu; e, por sua vez, que o sucessor o entregue em condições ainda melhores.

A bravata não é caminho para o Presidente. A bravata não é caminho para deter as investigações. E as investigações não são o caminho para determos a governabilidade. Esse é o compromisso de todos aqueles que respeitam o País. Portanto, basta sermos sinceros.

Faço apenas uma exigência para qualquer conversa no sentido dessa governabilidade: que o Presidente assuma para valer as culpas do seu Governo e as do seu Partido. Enquanto permanecer esse jogo de mentira – e a nova direção do PT também já está mentindo, dizendo que não sabia de nada e que está indignada com o Sr. Marcos Valério –, enquanto não acabar essa comédia-bufa, essa ópera-bufa, teremos dificuldades, sim, de daqui para frente conversarmos com quem detém o poder no País hoje, porque estamos vendo que estão resvalando para descaminhos. Não são caminhos. Tudo o que quero para o meu País são caminhos e não descaminhos. Se o Governo pretende desvios, vamos denunciá-los. Não queremos desvios. Queremos caminhos para a Nação brasileira.

Obrigado, Sr^a Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso 1 e § 2º, do Regimento Interno.)



O fim do populismo

Especialista em democracias latino-americanas afirma que os líderes de hoje não podem mais vender ilusões. Nem Lula

Marta Lagos

■ **Dados pessoais**

Nasceu em Santiago, no Chile. Tem 53 anos

■ **Carreira**

Formou-se em Economia

na Universidade de Heidelberg, na Alemanha

■ **Ocupação**

É diretora do Instituto Latinobarómetro,

com sede em Santiago, que elabora pesquisas e estudos sobre a democracia na América Latina desde 1996

IVAN PADILLA

As denúncias de corrupção que vêm sacudindo o governo Lula foram um banho de água fria para os grupos progressistas da América Latina. O episódio parece confirmar um pessimista lugar-comum: governantes, de direita ou de esquerda, governam para benefício próprio, e não para o povo. A constatação é da economista chilena Marta Lagos, diretora do Instituto Latinobarómetro, que realiza pesquisas sobre o apoio à democracia em 18 países da América Latina.

Nesta entrevista a ÉPOCA, a economista diz que não existe mais espaço para o velho populismo latino-americano, que falava às massas burras e analfabetas. Os líderes atuais precisam apresentar resultados. Inclusive Lula. Marta Lagos avalia as repercussões das denúncias contra o presidente brasileiro e as compara com as manifestações populares que tomaram conta do continente nos últimos meses. Apesar das críticas, sua conclusão é otimista: os problemas sociais, econômicos, políticos e éticos da região não representam uma ameaça aos regimes abertos. "Os governantes saem, mas a democracia fica."

ÉPOCA – Quando Lula venceu as eleições, havia uma expectativa entre a esquerda latino-americana de que seria

um líder. Como as denúncias de corrupção do governo brasileiro estão repercutindo na região?

Marta Lagos – Existe uma suspeita muito forte de que os governos de todos os tipos governam para a minoria, e não para a maioria, governam para os interesses pessoais, e não para os do povo. O caso de Lula confirma o que a população suspeita há muito tempo: que os políticos estão no poder para beneficiar a si mesmos.

ÉPOCA – Houve uma decepção?

Marta – Sim. Havia uma expectativa, mas ela não se confirmou. É lamentável para Lula, mas acho que os erros cometidos foram bastante contundentes. A expectativa agora é de que muitos deputados sejam cassados.

ÉPOCA – As acusações podem fazer com que a liderança natural do Brasil na região seja afetada?

Marta – Não acho que o Brasil tenha alguma liderança na região. Quando Fernando Henrique Cardoso terminou seu mandato, perguntei a ele por que não havia assumido a liderança na América Latina que se esperava. Ele me respondeu que o Brasil ocupava to-

do o seu tempo. Lula fez um par de aparições públicas, mas claramente não conseguiu ser esse líder.

ÉPOCA – Por ser o maior país e a principal economia da região, o Brasil não tem esse papel de liderança?

Marta – Não é o tamanho que faz de um país um líder. Liderança não é só isso. É condução, e o Brasil não conduz nada. A América Latina é um continente bastante difícil de liderar. Nem Vicente Fox, nem Fernando Henrique Cardoso, nem Ricardo Lagos, nem Lula conseguiram. Um líder é um interlocutor, que percebe as motivações e necessidades da região. Há muitas opiniões contrárias sobre o que seria necessário para a região. Hugo Chávez tem uma opinião bem diferente da de Fox, e Fox tem uma opinião bem diferente da de Lula e de Lagos.

ÉPOCA – Mas há pontos em comum entre países da região. Pelo menos sete países têm governos que se consideram de esquerda.

Marta – Sete países da América Latina têm governos de esquerda? Enumere-os, por favor.

ÉPOCA – Venezuela, Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Equador.

Marta – Chile tem um governo de esquerda? Eu diria que não. Claro, é um governo que se opõe à direita, uma coalizão de centro-esquerda, mas não é um governo de esquerda. Isso é simplificar demais. Chávez é um populista de esquerda que não está no espectro político da esquerda. É um populista de esquerda que quer romper com o sistema anterior, é um anti-sistema.

ÉPOCA – Não existem mais governos de esquerda?

Marta – Perguntaram-me numa entrevista como classificaria o governo de Lagos. Disse que ele é um socialista neoliberal. Existem governos progressistas, este é um governo progressista, o governo de Lula é progressista, no sentido de que pretende fazer uma reforma social. Mas essa não é a esquerda clássica dos anos 60, que queria a destruição da velha sociedade para a construção de uma nova. A América Latina se transforma pelas reformas, e isso não é rupturista. Não vejo mais uma esquerda, e sim um progressismo reformista, que não é de direita, não

é conservador, que quer transformar a sociedade pela via da reforma, mas dentro das regras do mercado. Lula teria adorado ser de esquerda, mas desde que assumiu o poder percebeu que não podia. Ou antes, porque então não teria sido eleito.

ÉPOCA – A senhora acha que Lula não está conseguindo sequer se posicionar como um líder dos países em desenvolvimento?

Marta – Acho que Lula teve mais êxito nesse sentido que no âmbito da América Latina. Ele simboliza uma sociedade terrivelmente desigual que quer uma transição. Com relação à América Latina, tenho a sensação de que o Brasil quer jogar sozinho. E ele

“Lula pode ser um elemento de transição porque se o escândalo aumentar talvez ele não consiga terminar seu mandato. Mas o Brasil nunca mais será o mesmo”

pode, pois é um país grande, tem gente suficiente, mercado suficiente. Não vejo o Brasil jogar em equipe. Vejo o Brasil representando os países do Sul contra os países do Norte. A Cúpula das Américas foi um fracasso, os países não entraram em acordo. Aparecer numa foto não é liderança. Pode-se dizer que Lula é protagonista, mas não um líder.

ÉPOCA – Existe uma insatisfação popular em muitos países latino-americanos. O governo da Bolívia e o da Venezuela, por exemplo, foram derrubados. Qual foi o motivo?

Marta – Esses países foram governados por uma pequena oligarquia

que governou para uma minoria, com as grandes massas excluídas. E hoje as grandes massas estão reivindicando seus direitos. Estão desmantelando a velha elite e entrando em seu lugar. Chávez está fazendo uso desse capital. Ele democratizou a Venezuela. Goste-se ou não de Chávez, ele entregou uma percepção de inclusão social às massas. Isso é um bem político. Foi o que Lula começou a fazer com planos como o Fome Zero. Isso era um bem político, de expectativa de mobilidade social, mas não foi um bem econômico. E a única coisa que Chávez fez foi produzir bens políticos.

ÉPOCA – De que maneira esse bem político pode ser usado?

Marta – Chávez está capitalizando esse bem político com um governo populista, autoritário. Isso porque a sociedade permitiu isso a ele. Para o bem ou para o mal, tanto Alberto Fujimori, no Peru, como Chávez, na Venezuela, vão ser os grandes elementos de democratização desses países. Qualquer coisa que vier depois de Chávez fará a Venezuela muito mais democrática do que era antes, com os custos pelo meio, claro. No Equador teve de existir um Lúcio Gutiérrez. A transição possibilita a mudança de um Estado para outro. No caso do Brasil, esse elemento pode ser Lula, porque se o escândalo for muito forte talvez ele não termine seu mandato. Mas o Brasil nunca mais será o mesmo.

ÉPOCA – Mas não era essa a expectativa que havia sobre o governo de Lula, de que seria apenas um governo de transição para uma democracia mais sólida.

Marta – Porque Lula vem da mesma classe social que os pobres. Mas essa foi uma expectativa falsa, porque em nenhum lugar do mundo se faz uma transição com um só governo. Olhe o caso do Chile. Tivemos três governos e não se fez metade do que se tem a fazer. Existe muita expectativa, e poucos recursos. Falta poder político, apoio no Congresso, consenso dos partidos, e sobra corrupção.

ÉPOCA – O populismo sempre fará parte da política latino-americana?

Marta – Muitos populistas foram expulsos nos últimos tempos. Gutiérrez teve de sair. Os governos, à medida ►

que não entregam seus bens, e não são saudáveis. O caso da Venezuela é uma exceção. O fator populismo existe, mas não é o populismo da época de Peron, quando o povo era analfabeto. Agora há um populismo com um povo mais erudito. Os populistas ficam pouco tempo no poder se não apresentam resultados. Não existe mais o populista que consegue vender ilusões. Agora o populista tem de entregar bens, políticos ou econômicos.

ÉPOCA – É o caso de Lula?

Marta – Claro. Uma coisa é a identidade das classes com Lula, e outra coisa é o fato de o povo não aceitar a falta de resultados. Nenhum povo aceita mais isso.

ÉPOCA – O que há em comum entre os países da América Latina?

Marta – Existe um forte processo de democratização com uma participação social ampla. Isso não tem nada a ver com esquerda e direita, mas com o exercício das liberdades e da democratização. Essa é uma análise de outra dimensão, não com as variáveis dos anos 60. Nesse sentido havia uma expectativa brutal de que Lula seria capaz de modernizar e abrir a sociedade brasileira, democratizá-la como ninguém havia conseguido antes. Essas denúncias de corrupção de alguma maneira desmoronam essas expectativas.

ÉPOCA – Por falar em variáveis dos anos 60, a senhora acha que esse descontentamento popular, essas manifestações de rua e essa aparente falta de ordem em alguns países podem de alguma maneira ameaçar a democracia? Há o perigo de novos golpes militares?

Marta – Não. Olhar os militares como um perigo significa não ter imaginação suficiente para entender o processo que vivemos. A região pode ter muitas dificuldades de governabilidade, pode sofrer revoltas sociais, mas não creio que se possa voltar aos regimes militares. Isso é obsoleto. Os países latino-americanos são suficientemente inteligentes para inventar algo mais criativo que os militares. Chávez é um bom exemplo. Ele é um substituto dos militares.

ÉPOCA – Em que sentido?

Marta – No sentido de que se trata de lideranças convencionais. Chávez é um substituto dos militares.

ÉPOCA – Por não-convencional pode-se entender não-democrático?

Marta – Claro. Chávez é um líder anti-sistema, ou nos limites do sistema, que instrumentaliza a democracia para si. Isso não é uma solução não-convencional? Isso é melhor ou pior que os militares? Não sei, só sei que não são os militares. Falar de

“Chávez é um líder anti-sistema, ou nos limites do sistema, que instrumentaliza a democracia para si. Agora, goste-se ou não dele, ele entregou uma percepção de inclusão social às massas”

golpes militares é antigo. Que militar quer acabar como esses ditadores? Acabou a impunidade para os ditadores.

ÉPOCA – Isso é discutível. Pinochet, por exemplo, ainda não foi julgado.

Marta – Sim, nesse caso há uma impunidade penal, sem dúvida. Mas o caso não terminou. Pinochet foi detido em Londres, teve as contas investigadas. A impunidade legal é derivada ainda do autoritarismo, porque o sistema legal chileno não se reformou suficientemente.

ÉPOCA – O Chile não se redemocratizou completamente?

Marta – Não. A transição só vai se completar quando os meninos tiverem nas escolas livros que ensinem o que

aconteceu de 1973 a 1988. A História oficial chilena termina na Segunda Guerra Mundial. Você acha que isso é possível? E como se não houvesse uma história de Hitler.

ÉPOCA – O que falta às democracias da América Latina?

Marta – Faltam elites que queiram ser mais democráticas, menos corruptas. Existe uma grande deficiência das elites. Robespierre fez a revolução na França. E o que veio depois? Veio um império. Esses governos estão jogando o papel de Robespierre.

ÉPOCA – Uma pesquisa do Latinobarômetro mostrou que a confiança na democracia caiu de 61%, em 1996, para 53%, em 2003. O que isso significa?

Marta – O apoio à democracia sempre se moveu entre 50% e 60%. Isso com todos os desastres que aconteceram na região, com a queda de 14 presidentes nos últimos anos, com revoltas populares em diversos países. Isso significa que o apoio à democracia é bastante sólido. Isso em uma década em que a economia não cresceu nada. O período militar durou muito tempo, e as pessoas só se convenceram no final de que os militares não serviam. Com a democracia acontece o mesmo. Não basta que fracasse uma. A democracia vai ter de falhar em muitas ocasiões até que se convençam de que o regime não serve.

ÉPOCA – A democracia ainda é um valor sólido na região?

Marta – Há um equilíbrio mínimo, uma espécie de colchão democrático. O que pode acontecer de pior que os desastres econômicos de 1998, 1999, 2000, quando o crescimento econômico era zero, havia 25% de desemprego, as pessoas não tinham o que comer? Os desastres de agora são piores que os daquele tempo? Depois da queda de De la Rúa, o apoio à democracia aumentou na Argentina. Os peruanos querem mais democracia que no início do governo de Alejandro Toledo. Os povos estão aprendendo a tirar seus governantes, mas ficar com a democracia. Para os governos, isso é péssimo, mas para a democracia é bom. ■

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Obrigada, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por permuta comigo, que estou inscrita, por 15 minutos.

Depois falarão os Senadores Sibá Machado e Ramez Tebet.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, há pouco um advogado gaúcho que acompanhava os trabalhos de hoje pela TV Senado ligava para falar dos “sonhos roubados”, fazendo referência a um artigo publicado no dia de ontem no jornal **Zero Hora**. Refleti sobre o título desse artigo sem mesmo ter tido a oportunidade de conhecer o seu texto.

Senador Ramez Tebet, foi navegando nas ondas dos sonhos populares que o Governo Lula se instalou neste País, e hoje esse deplorável espetáculo da corrupção sepulta os sonhos e as esperanças que conduziram Lula à Presidência da República. Sonhos sepultados no túmulo da corrupção, que haverão de ser ressuscitados na ação de investigação que se desenvolve no Congresso Nacional, pela exigência da sociedade brasileira de apuração absolutamente eficiente para a imposição das penalidades exemplares que o momento exige.

Senadora Heloísa Helena, este Congresso funciona e estamos aqui realizando esta sessão no período de recesso exatamente porque há CPI instalada no Congresso Nacional para investigar a corrupção no Governo. Não fosse isso, estaríamos em recesso parlamentar.

Ao ouvir o discurso, brilhante como sempre, do Senador Arthur Virgílio, com a profundidade por que sempre faz primar, chegamos à conclusão de como é importante um Congresso aberto e uma tribuna disponível para que se discutam as versões. Ainda há pouco a Senadora Heloísa Helena nos dizia que esse episódio não se pode restringir à tesouraria do PT, não diz respeito tão-somente à tesouraria do PT. Estamos em uma verdadeira competição de versões. Há uma produção incrível de versões fantasiosas. A produtividade está em alta, em que pese o fato de não podermos afirmar o mesmo em relação à criatividade, porque são versões primárias, estapafúrdias, contraditórias, mentirosas.

Temos, Senadora Heloísa Helena, uma missão incrível pela frente, e vou listar as dificuldades com as quais nos defrontamos nesse trabalho de investigação.

A primeira e maior dificuldade é conquistar a credibilidade da população, que desacredita lamentavelmente desse instituto fundamental que é a comissão parlamentar de inquérito. Arraigou-se o conceito de que toda CPI termina em pizza. Creio que é um conceito arraigado até mesmo no inconsciente coletivo, trabalhado por muitas pessoas no País e, com muita força, por alguns segmentos da imprensa nacional.

Ainda neste final de semana, uma revista estampa, em sua capa, uma enorme pizza, estimulando exatamente esse conceito de que toda CPI termina em pizza, e isto não é correto, Senador Sibá Machado. Que o diga o ex-Presidente Collor. Perguntem ao Presidente Collor se CPI termina em pizza. Não há mais a possibilidade de se perguntar ao PC Farias porque ele não se encontra mais entre os mortais vivos. Perguntem ao juiz Lalau, ao Senador Luiz Estevão ou aos “anões” do Orçamento se CPI termina em pizza. Perguntem àqueles que foram alcançados, presos – centenas, creio – em função da CPI do Narcotráfico. Perguntem àqueles que foram alcançados pela CPI dos Precatórios, àqueles que foram alcançados pela CPI do Futebol e que estão respondendo a processos ainda não concluídos na Justiça. Perguntem àqueles que tiveram de pagar verdadeiras fortunas, ressarcindo os cofres públicos, em função de sonegação, elisão fiscal ou evasão de divisas e que só foram apanhados em função da instalação de CPIs no Congresso Nacional.

Então, decididamente esta CPMI instalada no Congresso Nacional para investigar a corrupção no atual Governo não é uma fábrica de pizza e já produz resultados. A primeira condenação dos envolvidos é a execução popular. Uma das condenações mais perversas é, sem dúvida, a execução popular.

Perguntem ao Sr. Delúbio Soares, ao Sr. Sílvio Pereira e ao Sr. Marcos Valério se esta CPI é uma fábrica de pizza. O que é feito da vida dessas pessoas a partir da transparência, proposta por esta CPI, dos seus atos praticados na clandestinidade da Administração Pública? A vida deles, a partir desta CPI, será a mesma? E os seus sonhos de participação na atividade pública não estão absolutamente destruídos? Ou eles terão alguma hipótese de salvação em relação à opinião pública nacional depois do que esta CPI está desvendando?

Senador Ramez Tebet, imagino que ela é devastadora sob o ponto de vista do conceito das pessoas nela envolvidas. Venham anestesiados como quiserem vir, protegidos por **habeas corpus** preventivos, como fazem, mas não se livrarão do julgamento popular em função do que propõe a CPI em matéria de transparência.

Ora, a imprensa é fundamental para que a CPI tenha credibilidade popular. Sem imprensa, sem divulgação, é óbvio que a CPI não alcança seus objetivos. Mas a imprensa está aí, presente e competente, contribuindo para que a investigação alcance as consequências que dela se espera. Essa parceria da investigação política, responsabilidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a investigação competente do jornalismo brasileiro é que faz com que acreditemos ser possível, sim, revelar os fatos sob o signo da verdade, em que pese o campeonato de cinismo patrocinado por aqueles que se envolveram nesse monumental esquema de corrupção.

Há outra dificuldade. É claro que a legislação do País é também dificuldade na medida em que, por exemplo, confere ao depoente a prerrogativa de, sob o manto protetor de um **habeas corpus**, mentir deliberadamente. É uma dificuldade, que não creio ser intransponível, porque o **habeas corpus** não obriga o depoente a mentir. Eu tenho esperanças de que, por exemplo, amanhã, no depoimento da Sr^a Renilda, esposa do Sr. Marcos Valério, tenhamos a oportunidade de ouvir algumas verdades que possam elucidar fatos, trazer elementos imprescindíveis para uma investigação competente. Por que acredito nisso? Por uma questão de inteligência, certamente, a Sr^a Renilda não perderá a oportunidade de reduzir o peso do impacto das denúncias sobre os seus ombros. Porque, é evidente, eu não acredito seja ela a artífice principal desse projeto em curso. Eu não acredito que tenha sido ela a idealizadora dessa estratégia corrupta. Eu acredito muito mais que lhe tenham negado as informações todas, que tenham conquistado a sua participação omitindo fatos. Isto eu acredito que tenha ocorrido.

Com o fracasso desse projeto, com a revelação dessa estratégia fracassada, certamente, a Sr^a Renilda carrega consigo a revolta de não ter sido antes consultada. O seu marido já declarou: "Ela não sabia". Se não sabia, não tem porque assumir, de forma inteira e absoluta, culpa pelo que fizeram, usando-a, inclusive, desde a arquitetura do plano urdido para assaltar os cofres públicos do País e corromper parcela da classe política brasileira.

Portanto, acredito, sim, que ela tem razões de sobra para dizer algumas verdades, para revelar fatos importantes. E creio que o Supremo Tribunal Federal deva conceder a ela, sim, o **habeas corpus**, até para que ela venha, de certa forma, um pouco mais aliviada e possa cumprir o seu dever aqui, sendo respeitada por todos nós, cumprir o seu dever de dizer a verdade, porque só a verdade interessa neste momento de angústia nacional.

Outra dificuldade é imposta aos trabalhos da CPMI pelos órgãos públicos. Exemplo é a CGU, que auditou contratos, que anunciou à imprensa que cerca de oitenta ou noventa contratos dos Correios estavam repletos de irregularidades e de fraudes. Não recebemos esses relatórios com as auditorias empreendidas pela Corregedoria-Geral da União, que tem essa finalidade.

Os bancos não colaboram como deveriam, não repassam as informações de forma completa. Há até a suspeita de que há banco que, além de sonegar informações, altera fatos, pois documentos grampeados são arrancados e não chegam à Secretaria da Comissão. Refiro-me ao Banco Rural, de participação ostensiva em outros trambiques nacionais do Sistema Financeiro, que adota procedimentos administrativos, no mínimo, temerários, que adota postura desonesta, possibilitando operações financeiras marcadas pela corrupção. Esse banco está a exigir, sim, uma rigorosa investigação do Banco Central.

O Banco Central estaria cumprindo o seu dever? Tenho receio de que não esteja cumprindo exemplarmente o seu dever de investigar as instituições bancárias no nosso País, porque, se estivesse, certamente o Banco Rural teria sido contido nessa sua tarefa de facilitar o escancaramento da corrupção diante do poder público nacional.

Portanto, esta é uma dificuldade: a CPI não tem tido acesso a toda a documentação que se exige investigar para apresentação de provas documentais. Buscamos, ao lado das provas testemunhais que recolhemos nas audiências públicas, as provas documentais que são necessárias e imprescindíveis para que, no momento de indiciamento de pessoas, possamos ter a convicção de estarmos deliberando conscientemente, de forma correta e justa, sem o risco de penalizar indevidamente determinadas pessoas.

O indiciamento das pessoas, para que o Ministério Público possa responsabilizá-las civil e criminalmente e para permitir ao Poder Judiciário um correto julgamento, não pode prescindir de provas documentais.

Nossa esperança é que, a partir desta semana, o fluxo para a transferência das informações ganhe eficiência não só no setor bancário, telefônico e fiscal, mas que possamos receber já, imediatamente, nesta semana, o inquérito remetido pela Justiça de Minas Gerais ao Supremo Tribunal Federal, com documentos importantes que revelariam os beneficiados desse esquema de corrupção na área política. Esse fato, em função de os Parlamentares possuírem foro privilegiado, determinou o encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal do inquérito que estava sob a responsabilidade do Juiz da 4^a Vara da Justiça de Minas Gerais, Dr. Jorge Campos.

Esperamos que as informações oficiais ou extra-oficiais se confirmem e que a documentação constante desse inquérito possa significar realmente prova documental cabal, definitiva e inquestionável para que os procedimentos no plano do Poder Legislativo, iniciando o processo necessário de cassação de Parlamentares, possa se dar e para que, ao final, a Comissão Parlamentar de Inquérito possa indiciá-los, a fim de que o julgamento possa corresponder às expectativas da Nação.

Aliás, é exatamente com referência à fase de julgamento, é exatamente com referência à fase do processo judicial que nasce a indignação maior da população, em função da lentidão dos procedimentos.

Muitas vezes, quando se fala que uma CPI terminou em *pizza*, erra-se o endereço, porque a crítica deve ser direcionada ao Poder que julga. O Congresso não julga, e, certamente, o peso da crítica sobre o Congresso Nacional se dá também porque, para algumas pessoas, é mais confortável criticar o Legislativo que o Judiciário. É provável que algumas pessoas temam o Judiciário, mas, seguramente não temem o Poder Legislativo. Por isso – repito –, é mais confortável a opção de centralizar a crítica sobre o Congresso Nacional, diante de uma insatisfação ou de uma indignação ou da revolta que provoca a ausência de punição. Em determinados momentos, há razões, mas certamente não pode ser a regra. A generalização sobre a conduta do Congresso Nacional nessa tarefa imprescindível de investigar não é, certamente, a melhor lição.

Estamos, enfim, preocupados com o que possa ocorrer ao final desse episódio. Indagam: “Quais são as consequências do que estamos vivendo hoje”? Repito sempre que, lamentavelmente, não tenho competência para prever consequências. Prefiro afirmar que são imprevisíveis. Desejo que sejam consequências que impliquem transformação do nosso País. Desejo que, sob esses escombros provocados pela corrupção política, possamos realmente construir o edifício da credibilidade com, certamente, novos procedimentos, nova conduta, com uma limpeza nas instituições públicas do País, sobretudo a partir do Poder Legislativo, para que, numa nova eleição, se possa readquirir esperança de vivermos num País próspero e justo, com dignidade e decência, principalmente a partir da vida pública, que deve ser o exemplo maior.

Tenho dúvida, Senadora Heloísa Helena, se estamos autorizados, neste Congresso, nesta legislatura, a propor um novo modelo político para o País. O Congresso Nacional está ferido de morte pelas denúncias de corrupção. Foi atingido de forma violenta e impiedosa, em função do comportamento de alguns dos seus integrantes. A presença viciada de Parlamentares

compromete a autoridade do Congresso para a realização de uma reforma política ainda este ano, antes de se iniciar o processo eleitoral. Imagino que o ideal seja realizar a assepsia, promover a faxina.

A sociedade está convocando a autoridade responsável pelo julgamento e pela punição, para, a partir daí, realizarmos eleições livres e limpas para a composição de um Congresso Nacional autorizado a realizar uma reforma política que confira ao País um novo modelo, compatível com as exigências da nossa população.

Creio que essa seja a agenda adequada, que esse seja o calendário ideal. Eu próprio imaginei uma antecipação das eleições, como propõe o Deputado Luiz Carlos Hauly, mas, pressionados pelo calendário, imagino não ser também a estratégia mais adequada para atendermos às exigências do momento que estamos vivendo.

Vamos cumprir o calendário, vencendo essa etapa primacial da investigação com competência, para a promoção da assepsia generalizada na política brasileira. Depois, o processo eleitoral nos permitirá oferecer à população a oportunidade de condenar os desonestos.

Imagine, Senador Arthur Virgílio, o Congresso Nacional discutindo hoje essa modalidade de lista partidária, e o povo, do outro lado dessa discussão, afirmando: “A única lista que nos interessa, nesse momento, é a lista do mensalão, para condenar os corruptos da política brasileira”.

Certamente, não avançamos o suficiente para discutir lista partidária, mas exige agora a sociedade que apresentemos a lista do “mensalão”. Essa sim, a sociedade quer conhecer, para poder, através do voto, julgar e condenar nas eleições do ano que vem.

Senadora Heloísa Helena, já abusei da bondade de meus companheiros, de meus colegas Senadores que me ouviram até este momento. Por isso, vou concluir dizendo: o diagnóstico é perverso sim, o diagnóstico é extremamente cruel. Há um diagnóstico que, de forma deplorável, nos expõe, como representantes da classe política brasileira, diante da sociedade. Mas o filósofo Antonio Gramsci ensina que devemos ser pessimistas no diagnóstico – e não há diagnóstico mais pessimista do que o da corrupção no Brasil, hoje –, e que devemos ser otimistas em relação às soluções. E soluções existem, desde que respeitemos a vontade popular.

Muito obrigado, Sr. Presidente Arthur Virgílio.

Durante o discurso da Sr. Alvaro Dias, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– Obrigado a V. Ex^a, Sr. Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, pelo tempo que julgar necessário, a Senadora Heloísa Helena. Em seguida, o Senador Sibá Machado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho acompanhado com muita atenção alguns fatos relacionados a ameaças, a pó branco no gabinete de S. Ex^a, o Senador Arthur Virgílio, e a outras coisas mais. Até então, menosprezava qualquer telefonema sórdido, qualquer carro que nos segue de forma indevida quando saímos. Mas alguns últimos acontecimentos extrapolam todos os limites. Sendo assim, já comuniquei ao Senador Romeu Tuma, Corregedor da Casa, para oficializar à Polícia Federal que monitore todas as minhas ligações de casa, do trabalho e do celular, porque sei que alguns comprados da Polícia Federal, juntamente com alguns arapongas, conseguem fazer isso a fim de tentar impor ameaça ou medo. Pedi ao Senador Tuma que solicite à Polícia Federal o monitoramento de todas as ligações para o meu celular, meu trabalho e minha casa. Assim sendo, qualquer coisa que aconteça será responsabilidade da Polícia Federal.

Não entendo como pessoas que conviveram comigo tanto tempo não foram capazes de entender que passei a vida engolindo meus próprios medos, escondendo minhas fraquezas, para poder sobreviver neste mundo. Não sei como elas não entenderam ainda que passei a vida engolindo minhas próprias fraquezas para não ficar suscetível diante da tocaia do medo. Portanto, não adianta perder tempo com ameaças comigo. Não adianta perder tempo. Não adianta isso.

O Governo Lula tem que saber que pode comprar Senadores poderosíssimos, mas não pode comprar todo o Congresso Nacional; o Governo Lula tem que saber que pode comprar Ministros do Poder Judiciário, mas não poderá comprar todos que lá estão; o Governo Lula precisa saber que pode comprar donos dos meios de comunicação, mas não poderá comprar todos que lá estão. Portanto, o Governo Lula precisa saber, juntamente com sua base de bajulação, que, se a camarilha do Palácio do Planalto pensa que vai impor o medo pela ameaça, pela velha ameaça dos expurgos e da tirania para desmoralizar ou matar quem não se curva diante da – repito – camarilha do Palácio do Planalto, pode tirar o cavalo da chuva que ele vai morrer de pneumonia. Portanto, deixo absolutamente claro para quem quiser ouvir da base de bajulação no Congresso Nacional e da camarilha do Palácio do Planalto: passei a vida engolindo meus próprios medos, escondendo minhas fraquezas para não ficar diante

da tocaia do medo, seja lá quem for. Não adianta a camarilha do Palácio do Planalto, com sua base de bajulação, ameaçar, desmoralizar, matar ou qualquer outra coisa. Não adianta absolutamente nada.

E entro no debate, Senador Arthur Virgílio, até aproveitando para responder a V. Ex^a e a outras pessoas. V. Ex^a sempre fala de Hugo Chávez, do populismo, da mobilização popular. Não tenho nada contra o PT mobilizar, o PSDB mobilizar, a sociedade mobilizar. Não existe qualquer problema com relação a isso, embora saibamos todos que o problema não é da Tesouraria do PT, até porque foi uma manobra inteligente; mas, como toda manobra fraudulenta, teve perna curta, não se sustentou. Por quê? Por mais que seja interessante caracterizar como crime eleitoral para desvincular dos crimes contra a administração pública que podem até inutilizar mandatos de Senadores, de Deputados ou do próprio Presidente da República, mas ficou impossível de se constatar, até porque teria de aparecer uma fila de fornecedores, de credores, de dirigentes partidários dizendo que recebeu dinheiro para pagar dívida eleitoral. Portanto, essa tese já se mostrou uma manobra inteligente, mas fraudulenta.

É necessário acabar com essa história de tentar dar uma aura mística, ideológica, maquiavélica, leninista, ou qualquer outra elaboração sofisticada para explicar o que está acontecendo. Não tem nada disso! O que está acontecendo é bandidismo ralé. Não tem nada de sofisticado! Portanto, acabemos com essa história, tanto de um lado como de outro. Desejam dar uma aura de sofisticação filosófica. Ora resgatam Lênin, ora resgatam Maquiavel, ora resgatam vários outros. Não tem nada! Não tem nada de Chávez! Não tem nada disso! Não queiram dar uma aura mística, filosófica, ideologizada, introduzir conceitos gramscianos, leninistas, maquiavélicos, para explicar o que está acontecendo, porque isso é um banditismo ralé: nada de sofisticado e ideologizado tem.

Apenas para deixar registrado e também dizer que já comuniquei ao Senador Romeu Tuma. Se alguns comprados da Polícia Federal fazem esse tipo de gravação clandestina para ameaçar, agora vão fazê-la oficialmente e, portanto, responsabilizam-se, oficialmente, por qualquer coisa que possa acontecer a mim, a meus filhos e a meu irmão, que sai dos plantões, de madrugada, no interior de Alagoas. Como não somos uma família de bandidos, não coloco meu irmão aqui em meu gabinete. Ele vive rodando, pelas estradas de Alagoas, dando plantões para poder sobreviver.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Virgílio. PSDB – AM)

– Agradeço à Senadora Heloísa Helena.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma tarde bem calma, há poucos oradores na tribuna. É importante que sempre mantenhamos o calor do debate. O Brasil pára para assistir às CPIs desde o momento em que se reúnem, às 9hs, até a madrugada. Temos visto de tudo.

Tenho insistido em uma tese, e mais uma vez venho nela trabalhar. Acredito que neste momento é preciso fazer aqui um divisor de águas entre a história dos 25 anos do PT, o perfil, o sonho e as esperanças de 820 mil filiados e filiadas e a crise que estamos vivendo neste momento. É preciso separar tudo do papel, da atuação e do desempenho do Governo. Várias vezes, tenho falado dessa questão. E enfoco dois momentos: o primeiro diz respeito à crise. E fui aqui provocado pelo discurso de V. Ex^a sobre até onde alguns petistas sabiam ou não sabiam da existência e da profundidade dessa crise. Separar isso dos remédios que algumas pessoas, por *e-mails*, por telefonemas, pelas reuniões de que participamos, sugerem para se solucionar de vez a crise da corrupção no Brasil.

Quero deixar claro, mais uma vez, que o Partido dos Trabalhadores compreende o tamanho desse problema, e tanto quanto qualquer brasileiro ou brasileira, qualquer pessoa, onde quer que esteja, está também estarrecido, está também de coração partido com o que está acontecendo.

É preciso deixar claro que alguns militantes do nosso Partido cometeram erros, foram longe demais no meu entendimento. E com certeza aquilo que couber, dentro das sanções e penalidades do Estatuto do Partido dos Trabalhadores, será levado a cabo, como também o Congresso e outras instâncias do Judiciário deverão tomar as providências devidas em relação a essas pessoas.

Mas, Sr. Presidente, é preciso dizer claramente que as sugestões que aparecem como solução desse problema às vezes tem me preocupado. Passamos a olhar para a reforma política como a tábua de salvação para a crise da corrupção no Brasil, que é crônica, que é antiga. É realmente surpreendente que tenha atingido o cerne do meu Partido, o PT, o que também tem me deixado bastante angustiado nesse tempo todo.

Tenho procurado desenvolver a minha atuação na CPI naquilo que compreendo, naquilo que posso contribuir para a elucidação dos fatos. E algo me chamou muito a atenção no momento em que estávamos ouvindo o Silvinho e fiz a ele uma pergunta pessoal. Perguntei-lhe se havia alguma coisa no campo pessoal, porque, quando um militante tem desvio de conduta, no meu entendimento, mas, mesmo assim, no seu modo de pensar, está trabalhando para aquilo

que acha que é coletivo, eu ainda tenho um naco de respeito por ele. Mas a situação se complica quando a pergunta fica completamente sem resposta, quando a pessoa parte para o pessoal. Realmente, a história daquele carro me chamou muito a atenção. Acho que a atitude que ele toma deveria ter sido tomada anteriormente. Essa sugestão foi feita por vários colegas do PT – eu também a fiz: de que, naquele momento, renunciasse ao mandato de dirigente partidário, que se afastasse dos quadros de filiados do PT e propusesse uma investigação. Se mais à frente se justificasse que a pessoa foi, digamos assim, irresponsavelmente envolvida, com certeza, ela concluiria o mandato e teria todo o nosso respeito. Mas, infelizmente, as coisas estão saindo a conta-gotas.

Mas o que quero dizer é que defendo aqui, incondicionalmente, Tarso Genro, o novo Presidente do PT, e as posições que tem tomado publicamente. Acredito que aquelas decisões serão levadas pelo nosso diretório. Chamo aqui, mais uma vez, a atenção para dizer que a preocupação de V. Ex^a não tem sentido porque, se assim fosse, mesmo quando o quadro do Partido dos Trabalhadores, aqui na Bancada do Senado, estava com os 14 Senadores, não posso acreditar que, naquele momento, pessoas como a nossa Senadora Heloísa Helena tinham qualquer conhecimento sobre esses assuntos. Não tinham mesmo. Como nem ela, nem eu, nenhuma outra pessoa tomou conhecimento.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Mas entrei nisso como, Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, estou fazendo uma comparação aqui.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Não, mas eu peço um aparte a V. Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou já conceder.

A comparação que faço é exatamente de que sobre esses fatos não posso concordar com o Senador Arthur Virgílio de dizer que o PT sabia do que está acontecendo. Não sabia, e estou lembrando que não sabia porque olhei exatamente para V. Ex^a, que era uma das integrantes do nosso Partido e que, antes de ser retirada do PT, eu tenho absoluta certeza de que V. Ex^a e tantas outras pessoas não tinham conhecimento dessas informações. Se tivessem, com certeza, essas informações teriam sido tratadas com o respeito devido, no momento adequado, no momento certo. E é só essa a comparação que estou fazendo.

Mas ouço V. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – É porque eu gosto das coisas muito...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Claras.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – ... muito certinhas, Senador Sibá Machado. Deixe eu dizer uma coisa para V. Ex^a: sabe que eu já disse várias vezes, e tive a oportunidade de dizer no depoimento do Delúbio, que eu agradeço muito a Deus porque, quando eu fui candidata a Senadora, o Delúbio não era tesoureiro, não era. Quem era tesoureira era a Sr^a Clara Ant...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A Clara Ant.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – E eu espero realmente que uma mulher que eu sempre considerei de bem, não seja da corriola dos ladrões que montaram verdadeiras operações criminosas, montaram uma estrutura de crime organizado. Agora, sabe V. Ex^a, e sabem todos os militantes do PT – todos –, os mais simples – os das cidades do interior não sabem bem, quem não milita dentro do PT não sabe bem –, e sabe V. Ex^a como é que se dividem as tendências internas do PT, como é que as decisões são tomadas pelo Campo Majoritário, não pela esquerda do PT. Que dirigentes da esquerda do PT não soubessem, eu até entendo. Que dirigentes do Campo Majoritário não soubessem pode até ser, mas que é impossível, Senador Sibá Machado – V. Ex^a sabe disso –, é impossível, as decisões dentro do PT sempre foram tomadas pelo chamado Campo Majoritário. Nunca se discutiu dentro do PT, mas no Campo Majoritário, sim, porque o esquema que foi montado é muito grande, Senador Sibá. É impossível que o Delúbio e o Silvinho tivessem agido sós. Imagine V. Ex^a como é que pode só 10% ter 25 milhões do Banco Rural? Imagine como se distribui 25 milhões. Vai ter que aparecer a lista dos credores, a lista dos fornecedores. E os dirigentes partidários, espalhados pelo Brasil afora, os dirigentes do PT, estão todos desesperados dizendo “eu não peguei o dinheiro!”; o outro grita “eu não peguei o dinheiro também!”. Portanto, é importante deixar isso muito claro. E eu solicito a V. Ex^a que não me cite porque eu já sofri muito com esse episódio todo. Graças a Deus que o Partido não deixou eu ser candidata em 2002, porque todos os que foram candidatos naquele ano ficarão sob suspeita, porque era para pagar a dívida da campanha de 2002. Graças a Deus que nem me deixaram ser candidata a Governadora em 2002, pois eles poderiam dizer alguma coisa. É esta a razão do meu aparte a V. Ex^a: pedir que não me cite para evitar que criemos relações mais complicadas aqui, porque é como se dissesse: Olha, a Heloísa participou da Executiva, portanto poderia saber. Eu não poderia não, Sibá. Realmente, eu não poderia saber.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Foi exatamente essa a minha intenção, Senadora, para tentar explicar as preocupações do Senador Arthur

Virgílio que eu considerava mais fortes. Foi exatamente por isso, porque tenho convicção de que V. Ex^a não tem a menor possibilidade de saber de nada disso.

Eu também me incluo, porque não sabia. Acho que muitos outros colegas não sabem disso, mesmo os do Campo Majoritário.

Eu gosto de conversar com as pessoas individualmente e sentir nelas a transmissão do pensamento, e não as palavras que estão sendo pronunciadas.

É sobre isso que estou me reportando. Ao ouvir de José Genoíno que ele entregou a administração interna do PT, a administração financeira do PT nas mãos do tesoureiro, aquilo me convenceu. Eu acho que ele não sabia disso mesmo, porque, se soubesse, tenho certeza, José Genoíno jamais se permitiria ficar omisso, calado e deixar essas coisas todas acontecerem.

Sr. Presidente, diante desses fatos, vem uma outra questão que é a do remédio. Fala-se que a tábua de salvação, o grande chá miraculoso que vai curar o problema da corrupção está dentro do Congresso Nacional e se chama reforma política. Nela, fico observando cada um dos que falam e se pronunciam.

E vou agora falar do que ouvi do Senador Eduardo Suplicy, quando S. Ex^a dizia que é preciso haver a votação em lista, dado que haverá o financiamento público de campanha, daí surgindo duas perguntas: a primeira, o público vai determinar que a campanha será igual para todo mundo ou ficará a cargo de cada partido ou cada candidato decidir que tipo de campanha será a sua e daqueles que coordenam?

A segunda pergunta que ele traz é a de que o afiliado ou afiliada, o eleitor ou a eleitora vão poder definir, antes das eleições, para onde irão os seus recursos (os cinco ou sete reais). Nesse caso, estamos chamando de eleição antecipada, porque, na eleição antecipada, a pessoa ainda vai definir para onde vai o seu dinheiro (os cinco, seis ou sete reais): se irá para aquele candidato, ou seja, se já definiu que irá para um candidato, ele ou ela já decidiu que quer que aquele candidato seja eleito ou eleita.

A outra é a votação em lista. Se for do tipo belga, é aquela em que o partido define a lista e dentro da lista também o eleito; quem, dentro da lista, ele quer que seja eleito. Então, no meu entendimento, se provocam, novamente, duas campanhas: a da lista e a do candidato ou da candidata que compõe aquela lista.

Assim sendo, ainda vejo com uma dificuldade muito grande como acontecerá a implementação de mudanças tão substanciais naquilo que estamos chamando de reforma política. Outra é até onde vai a reforma; até onde é possível aprofundar mesmo. Que condições básicas podem mudar substancialmente

o perfil das eleições no Brasil e o de um Parlamentar nesta Casa, no Congresso como um todo?

Nesse sentido, Sr. Presidente, eu gostaria de vir num outro momento a esta tribuna para fazer comparações de todos os propósitos que estão sendo encaminhados na Câmara dos Deputados e também no Senado e elaborar um quadro comparativo sobre cada uma delas. Aquilo que é bom e o que é defeito em cada uma dessas propostas. E assim quero dizer que continuo com dúvidas sobre se será a reforma política a salvação para a crise e o remédio contra a corrupção no Brasil.

Tenho absoluta certeza de que o nosso Presidente Lula, com todo direito que tem, – de homem do povo que é e sempre foi – de descer de palanque, abraçar pessoas, andar na rua, será a pessoa que sempre deve manter esse perfil. E não pode ser a burocracia do cargo de Presidente que vai impedi-lo, até mesmo porque ele não gosta muito disso, na sua simplicidade. Mas devemos verificar a condução do Brasil, com os números que temos, seja no campo da economia, seja no campo social, com o Programa Bolsa-Família, o Programa da Saúde da Família, o Programa das cisternas que estão sendo desenvolvidas no Nordeste, os grandes programas e as grandes matérias que foram votadas por este Congresso Nacional e aquilo que, com certeza, no mês de agosto, até o final deste semestre, teremos que fazer. O que V. Ex^a citou aqui, juntamente com o Presidente desta Casa, como agenda mínima do Congresso Nacional é o que o Brasil todo espera, independentemente dos resultados que qualquer uma das Comissões Parlamentares de Inquérito – sejam as que estão começando, como a do Mensalão, seja a dos Correios, seja a dos Bingos, seja a da Terra ou todas as outras que já foram instaladas e que ainda não chegaram ao final dos trabalhos – venha a apresentar ao final dos trabalhos.

Só espero que, até o final do ano, o Brasil possa acordar aliviado, dizendo: “Está identificada a raiz do grande problema da corrupção. Estão identificados seus principais arquitetos e arquitetas”. Tais arquitetos e arquitetas terão que ter dois destinos. Um deles, no meu entendimento, é a cadeia. E o segundo, Sr. Presidente, o confisco de bens materiais dessas pessoas – se não houver isso, creio que vai acabar valendo aquela máxima popular pela qual o crime acaba compensando, ou seja, a pessoa fica uns dias na cadeia, mas, no final, sai com aquilo que tirou indevidamente desta Nação, dos brasileiros, podendo usufruir em alguma praia bonita fora do país, em algum lugar paradisíaco. É o que espero do final de todas as investigações.

Ressalto, mais uma vez, o papel da Polícia Federal, a qual, de acordo com uma importante autoridade

de do órgão, nunca trabalhou tanto, de maneira livre, direta e objetiva, sem interferência de ninguém, sem a ingerência; e mais: com muitas condições, recursos financeiros e materiais para que possa levar a cabo aquilo que é o seu papel constitucional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Arthur Virgílio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena – P-SOL – AL) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, por 15 minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não tenho tido a oportunidade nas últimas semanas de vir à tribuna com a frequência que desejo porque as atividades da CPMI dos Correios têm efetivamente ocupado uma boa parte no meu tempo e tenho me dedicado às investigações e aos trabalhos daquela Comissão Parlamentar com a dedicação de quem está cumprindo uma das tarefas que reputo das mais importantes no momento político que atravessamos, principalmente por compor a base de apoio ao Governo Lula neste Senado e de estar seguindo a sua orientação no sentido de fazer com que as investigações ocorram com a seriedade e com a responsabilidade que toda a Nação exige de nós.

Em um dos últimos depoimentos da semana passada, tive a oportunidade inclusive de iniciar a minha inquirição ao Sr. Delúbio Soares dizendo que a minha assessoria havia preparado uma lista de materiais em uma pasta, Senador Siba, – eu trouxe aqui apenas alguns – uma pasta robusta, substancial, com inúmeros escândalos que aconteceram nas últimas décadas. Infelizmente, a maior parte não foi devidamente investigada e, infelizmente também, por não ter havido a investigação devida, as punições também não ocorreram. E nós somente poderíamos ter moral, algum tipo de condição moral, política e ética de fazer qualquer questionamento sobre esses escândalos, como foi o caso da pasta rosa que listava as contribuições de campanha por intermédio do Banco Econômico para uma série de políticos tradicionais, vários vinculados inclusive ao PFL, outros escândalos, como os erros formais que foram admitidos posteriormente nas campanhas de Presidente da República do PSDB – só na de 1998 foi preciso fazer um ajuste posterior de mais de dez milhões – a operação Banespa, para poder internar recursos em um empréstimo também

bastante mal explicado, foram páginas e páginas de várias revistas. Inclusive estou aqui com a **ISTOÉ**; a própria CPI dos Títulos Públicos, em que foram milagrosamente retiradas acusações imputadas a personalidades ou até a bancos.

Eu poderia citar vários, como o Sivam, mas disse, de forma muito clara, que não me sentiria em condição de continuar efetivamente cobrando a investigação e a apuração desses escândalos, que não foram sequer investigados, apurados, personalidades políticas e instituições principalmente – se muitas vezes não se chegam aos corruptos quanto mais aos corruptores, os grandes interesses que estão por trás de muitas dessas situações políticas – mas eu não teria condição de fazê-lo, de continuar exigindo, cobrando as investigações e as punições nesses casos se não tivéssemos esse compromisso de investigar quando agora personalidades ligadas ao Partido dos Trabalhadores estão sofrendo tantas e tão duras acusações.

Então, o nosso compromisso é efetivamente com a investigação, indo até as últimas consequências, cortando tudo o que precisar ser cortado, expurgado, mas principalmente, além de fazer essa depuração no PT, que está mais do que claro que deve ser feito com muito rigor, mas também na estrutura político-partidária, na estrutura da máquina estatal e, principalmente, volto a afirmar, porque parece que fica sempre esquecido, indo atrás dos grandes interesses econômicos que norteiam, monitoram e são fundamentais nesse processo de benefício da corrupção entranhada na máquina pública.

Agora, há algo que tem me preocupado muito. E tenho tido inclusive oportunidade de responder, via imprensa, algumas manifestações no sentido de que parece que determinadas personalidades e setores da vida pública brasileira não estão atentos o suficiente para o significado da crise que estamos vivendo, que é uma crise muito grande e muito grave. Todos nós reconhecemos que é uma crise política, que, apesar já de um certo período, que não é pequeno, inclusive com celeridade de fatos, não atingiu ainda a estabilidade econômica. O trato desta crise não pode ser, em hipótese alguma, afrontoso àquilo que, para todos nós, é de fundamental importância, que são as instituições democráticas que tivemos a capacidade de reconstruir no nosso País, com a legalidade, com a legislação, com o amparo constitucional e com aquilo tudo que custou a todos nós. Eu não diria talvez a todos, porque temos personalidades políticas que hoje bradam determinadas questões que resistiram muito a cair fora de todo o processo ditatorial que tivemos durante algumas décadas no nosso País – a retomada, a reconstrução e o fortalecimento da democracia.

Quando se dá o direito a um mandato de quatro anos a um Presidente da República por 53 milhões de votos e este Presidente continua tendo apoio da população – estão aí as pesquisas –, esses quatro anos de mandato têm de ter o respeito de todos, porque foram outorgados por 53 milhões de brasileiros. Qualquer procedimento que se queira tomar em nome do povo, no lugar do povo, em vez do povo, é algo que afronta, sim, as instituições democráticas do País. É algo que afronta a legislação que está em vigor no nosso País, inclusive a legislação que dá o direito ao atual Presidente de, se quiser e se o povo assim o desejar, reconduzi-lo a mais quatro anos. Sobre o instituto da reeleição pairam dúvidas porque o processo de aprovação da emenda da reeleição até hoje não foi efetivamente investigado e nem punido, apesar de ter tido até fitas gravadas com as prováveis compra de votos para aprová-la.

Esse instituto da reeleição está na Constituição brasileira. Portanto, é muito importante que todos nós tenhamos o compromisso com a investigação, o compromisso com a punição de todos os responsáveis, com a reformulação de todo o sistema político e eleitoral, com a limpeza, o saneamento da máquina pública, com a caça e a punição dos corruptores dos grandes interesses econômicos que estão por trás, efetivamente, de todo esse processo que estamos investigando. Mas que tudo isso seja feito dentro da legalidade, do fortalecimento, do respeito às instituições democráticas, que tanto nos custaram ter novamente reconstituídas e fortalecidas no nosso País.

Por isso tenho feito esse acompanhamento, com dedicação, mesmo com algumas situações pessoais de muita dificuldade, situações que vivenciei no último período, de perdas significativas de pessoas muito próximas a mim. Mas faço isso com o entendimento de que o Brasil, este País que reconstruímos, que o Governo Lula teve a capacidade de colocar de novo para crescer, para gerar emprego, e este povo brasileiro merecem de todos nós essa responsabilidade.

Então, deixo clara esta minha posição, a maneira como tenho buscado me conduzir, não apenas nos trabalhos da CPI, mas também no debate que estamos fazendo no PT, nas reuniões partidárias, de preocupação, e, pela lógica do nosso Presidente, Tarso Genro, de refundar o Partido, de reformular, de reorientar a prática, a maneira de se conduzir. O que aconteceu é grave e merece efetivamente de todos nós um empenho, para que possamos continuar trabalhando em benefício do nosso País e do povo brasileiro.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a me concede um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço o Senador Sibá Machado, para que eu possa, depois, fazer o registro de outra questão ainda no dia de hoje.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Ideli Salvatti, não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a pela sua atuação como um todo, como Líder que foi; pela parlamentar que é, honrando o seu mandato; pela sua atuação na CPI. Também gostaria de lembrar mais alguns fatos. A forma como são apresentadas essas questões para o Brasil deixa transparecer que somente um lado desta Casa quer a investigação; que apenas um lado desta Casa está em busca da verdade; que somente alguns membros do Senado Federal e da CPI estão querendo contribuir para a elucidação dos fatos, e assim por diante. Então, neste momento, preciso fazer um tributo ao trabalho da Senadora Ideli Salvatti, que assume a Liderança da nossa Bancada naquela CPI com o perfil de uma mulher que está determinada a colocar não apenas aquilo que pensa a respeito do seu mandato, mas também os anseios de uma sociedade e de uma militância partidária que esperam de V. Ex^a e de todos nós uma atuação ímpar para que se façam as investigações necessárias. Nesse caso, Senadora Ideli Salvatti, aprendi muito com V. Ex^a. Tenho me colocado ao inteiro dispor das orientações de V. Ex^a. A meu ver, esse perfil nos traz a certeza de que a militância do PT tem em V. Ex^a a segurança de que a voz de 25 anos de história está viva. Iremos até o fim juntos, para que o nome do PT seja devolvido à história de seus militantes e da sociedade brasileira, como há 25 anos. Então, parabéns pela atuação de V. Ex^a. Quero continuar colaborando no que puder para que esse trabalho tenha êxito em curto espaço de tempo. Muito obrigado.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Siba, e também deixo aqui registrado de público o quanto a parceria e o trabalho conjunto que temos feito naquela CPI têm sido muito gratificantes para mim, por conta do esforço, do empenho, da determinação de V. Ex^a de seguir a mesma linha: de investigação, de apuração, de punição, sem amnésia. Porque temos de dar o exemplo, fazendo o que for preciso, mesmo os acusados sendo do PT. E isso não pode nos levar à amnésia de situações em que, como eu volto a dizer, continua a haver verdadeiros cadáveres insepultos, porque investigadas não foram e punidos não houve, apesar da gravidade dos escândalos ocorridos em outras ocasiões.

Mas venho a esta tribuna na tarde de hoje, porque apesar de toda esta situação de turbulência, temos ainda responsabilidades efetivas. Além da investigação, da apuração e da punição, temos responsabilidade de

buscar elevar e conduzir as políticas públicas na lógica da melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

E algo que sempre nos motivou e nos levou à vida pública foi o resgate das populações marginalizadas, principalmente da nossa juventude, dos nossos adolescentes, pelo viés da educação, da formação, da capacitação. E isso tem tido agora, da parte do Governo Lula, uma atenção muito especial. Eu não poderia deixar de fazer o registro aqui, inclusive agradecendo ao Ministro Berzoini, que, na sua saída, antes de retornar à Câmara, teve oportunidade de incluir a Grande Florianópolis...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Tenho alguns minutinhos ainda, não tenho, Sr^a Presidente?

Como eu dizia, o Ministro Berzoini teve a oportunidade de incluir a Grande Florianópolis no programa chamado Consórcio da Juventude, programa que vem sanar exatamente as falhas apresentadas pelo projeto Primeiro Emprego, no qual o simples cadastramento não resolvia o problema da empregabilidade dos nossos jovens, tendo em vista que eles tinham deficiências de capacitação, de formação profissional e até de preparo para o exercício de uma profissão, por falta de formação ética, de formação em regras mínimas de cidadania, de convivência, de inclusão digital e todas as outras qualificações necessárias para o ingresso no mercado de trabalho.

Então, o Consórcio da Juventude já está sendo aplicado em várias cidades brasileiras. Florianópolis é a sétima capital incluída nesse consórcio. É um programa do Ministério do Trabalho em parceria com instituições públicas, com ONGs, capacitando os jovens, profissionalizando, fazendo toda a inclusão...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se for possível, só para concluir, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Será possível, Excelência.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Em Florianópolis, com a liberação de R\$1,3 milhão, agora na primeira quinzena do mês de julho, temos a possibilidade de formar e capacitar nos próximos seis meses 1,2 mil jovens.

A população de jovens em situação de risco nos municípios que compõem a Grande Florianópolis ultrapassa a casa dos 13 mil jovens. Portanto, essa primeira leva do Consórcio da Juventude vai atingir, beneficiar, incluir, dar capacitação, formação – com perspectiva de emprego – a aproximadamente 10% dessa juventude.

Para dar um elemento do quanto isso é importante: na Grande Florianópolis, estamos fechando o primeiro semestre com aproximadamente 100 jovens assassinados brutalmente na briga do tráfico, das gangues, das quadrilhas, e vamos com certeza, infelizmente, chegar ao final do ano ultrapassando a casa dos 200 jovens mortos, assassinados em brigas com arma de fogo e com toda essa disputa do crime organizado.

Portanto, o Consórcio da Juventude vem na lógica de disputar com o crime organizado a nossa juventude, dando-lhe alternativa de emprego e de renda e a possibilidade de ter algo que não seja uma vida curta e vinculada à marginalidade e à criminalidade. Portanto, eu gostaria de fazer este registro. Estamos todos muito felizes, inclusive o Padre Wilson Groh, que desenvolve um trabalho maravilhoso. A entidade do Centro Cultural Escrava Anastácia, do Morro da Caixa, em Florianópolis, vai coordenar todas as ONGs. Talvez seja por isso, por programas como esse, que a pesquisa nacional do Vox Populi, que teve bem pouca divulgação, colocou que a política social do Lula é muito bem vista pela população. Quando perguntada a população nessa pesquisa, comparando...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL. Fazendo soar a campanha.) – V. Ex^a está falando há 21 minutos, mas eu deixarei mais um minuto para V. Ex^a concluir, se for possível.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Só vou apresentar os dados da pesquisa Vox Populi. Perguntada sobre a melhor política social, Lula recebeu 60% da aprovação da população, enquanto que o governo anterior apenas 15%. Portanto, são esses programas, como o Consórcio da Juventude, que solidificam junto à opinião pública o respeito e o reconhecimento ao Presidente Lula pela sua política social.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência do Senado comunica que a sessão não deliberativa de amanhã será realizada às dez horas da manhã, conforme informa o nosso Secretário da Mesa, Carreiro, a pedido dos Líderes, sem a concordância da Liderança do P-SOL, porque amanhã de manhã teremos CPI. Mesmo não sendo deliberativa, se os Senadores quiserem participar, terão complicações para participar à tarde. Respeitamos a decisão da maioria, mas o P-SOL não participou.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Antes de passar a palavra a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que terá 22 minutos para usá-la e depois ao Senador Sibá Machado... Quer usar a palavra, Senador Sibá?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só para tirar uma dúvida...

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu desejava tirar uma dúvida com V. Ex^a. É que a Comissão definiu que amanhã teremos uma oitiva e, na quarta-feira, teremos uma reunião administrativa, se não me engano. No caso da quinta-feira, as Comissões não funcionando e havendo sessão não deliberativa, os parlamentares que tiverem outros compromissos estarão autorizados a se afastar ou temos ainda programação após a quarta-feira, Sr^a Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Infelizmente, são sessões não deliberativas e, portanto, sem registro de comparecimento. É evidente que fica muito ruim para o Senado, porque todo mundo sabe que recebemos salários...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Para trabalhar aqui arduamente.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Para trabalhar de segunda a sexta-feira. Trabalhamos terça e quarta-feira, o que fica muito feio. Mas somos informados de que foi uma solicitação da maioria dos Líderes. Portanto, V. Ex^a está esclarecido e espero que venha, independentemente de ser ou não deliberativa a sessão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Es-tarei aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

Antes, Senador Arthur Virgílio, peço que V. Ex^a aguarde para que eu leia um requerimento de autoria do Senador Antônio Leite.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 796, DE 2005

Requeiro, nos termos do disposto no § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, e do art. 215, I, a, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações sobre a dívida do Estado do Maranhão refinanciada junto à União:

1) Relatórios de cumprimento de metas relativos aos anos de 2002, 2003 e 2004, de acordo com o Contrato de Confissão, Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 2/98 e com o Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Estado do Maranhão.

2) Valores pagos pelo Estado do Maranhão a título de amortização e juros desde o início da vigência do contrato referido no item 1, em valores correntes e em proporção da receita corrente líquida do Estado do Maranhão.

Sala das Sessões, 25 de julho de 2005. – Senador **Antonio Leite**.

(À Mesa para decisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que foi constatado erro material nos autógrafos, enviados à sanção, no dia 7 de julho do corrente, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2005 (nº 4.651/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, que *dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, inciso XV, da Constituição Federal, e dá nova redação ao caput do art. 2º da Lei nº 8.350, de 28 de dezembro de 1991*, e que, atendendo ao disposto no art. 325, II, do Regimento Interno, será encaminhado novos autógrafos à Presidência da República.

Assina o Senador Alvaro Dias.

É o seguinte o texto enviado à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2005
(Nº 4.651/2004, na Casa de origem)

Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, inciso XV, da Constituição Federal, e dá nova redação ao caput do art. 2º da Lei nº 8.350, de 28 de dezembro de 1991.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, inciso XV, da Constituição Federal, será de R\$21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais) a partir de 1º de janeiro de 2005.

Art. 2º O **caput** do art. 2º da Lei nº 8.350, de 28 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação a partir de 1º de janeiro de 2005:

“Art. 2º A gratificação mensal de Juízes Eleitorais corresponderá a 18% (dezoito por cento) do subsídio de Juiz Federal.”(NR)

Art. 3º A partir de 1º de janeiro de 2006, o subsídio mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal será de R\$24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais) e a gratificação mensal de Juízes Eleitorais cor-

responderá a 16% (dezesesseis por cento) do subsídio de Juiz Federal.

Art. 4º As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos órgãos do Poder Judiciário da União.

Art. 5º A implementação do disposto nesta lei observará o disposto no art. 169 da Constituição Federal e as normas pertinentes da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2005.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 256, de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$ 425.950.734,00 (quatrocentos e vinte e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, setecentos e trinta e quatro reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 256

Publicação no DO	22-7-2005
Emendas	até 28-7-2005 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	22-7-2005 a 4-8-2005 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	4-8-2005
Prazo na CD	de 5-8-2005 a 18-8-2005 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	18-8-2005
Prazo no SF	19-8-2005 a 1º-9-2005 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	1º-9-2005
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	2-9-2005 a 4-9-2005 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, observando a pauta a partir de	5-9-2005 (46º dia)
Prazo final no Congresso	19-9-2005 (60 dias)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que a Medida Provisória nº 257, de 2005, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desen-

volvimento Agrário e da Integração Nacional, e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$1.214.000.000,00 (um bilhão, duzentos e quatorze milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 257

Publicação no DO	22-7-2005
Emendas	até 28-7-2005 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	22-7-2005 a 4-8-2005 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	4-8-2005
Prazo na CD	de 5-8-2005 a 18-8-2005 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	18-8-2005
Prazo no SF	19-8-2005 a 1º-9-2005 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	1º-9-2005
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	2-9-2005 a 4-9-2005 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, observando a pauta a partir de	5-9-2005 (46º dia)
Prazo final no Congresso	19-9-2005 (60 dias)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – O Senhor Presidente da República adotou em 21 de julho de 2005, publicou em 22 do mesmo mês e ano, e retificou em 25 de julho do corrente ano, a Medida Provisória nº 258, de 2005, que “Dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

José Jorge (PFL)	Eduardo Azeredo(PSDB)
Álvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
César Borges (PFL)	vago

PMDB

Ney Suassuna
Maguito Vilela
João Batista Motta

Luiz Otávio
Gerson Camata
Leomar Quintanilha

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral (PT)	vago
Siba Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PDT

Osmar Dias	vago
------------	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

***PP**

Valmir Amaral	vago
---------------	------

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PT**

Paulo Rocha	Fernando Ferro
Colombo	Henrique Fontana

PMDB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	Murilo Zauith
Roberto Brant	Kátia Abreu

PSDB

Alberto Goldman	Eduardo Paes
-----------------	--------------

PP

José Janene	Mario Negromonte
-------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

PL

Sandro Mabel	Miguel de Souza
--------------	-----------------

PPS

Dimas Ramalho	Rogério Teófilo
---------------	-----------------

PSB

Renato Casagrande	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

***PSC**

Costa Ferreira	Zequinha Marinho
----------------	------------------

*Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 22-7-2005**
- Designação da Comissão: **25-7-2005** (SF)
- Instalação da Comissão: **26-7-2005**
- Emendas: **até 28-7-2005** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **22-7-2005 a 4-8-2005** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **4-8-2005**
- Prazo na CD: **de 5-8-2005 a 18-8-2005** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **18-8-2005**
- Prazo no SF: **de 19-8-2005 a 1º-9-2005** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **1º-9-2005**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 2-9-2005 a 4-9-2005** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **5-9-2005** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **19-9-2005** (60 dias)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol

– AL) – O Senhor Presidente da República adotou em 21 de julho de 2005, publicou em 22 do mesmo mês e ano, e retificou em 25 de julho do corrente ano, a Medida Provisória nº **259, de 2005**, que “Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 dezembro de 1993, e dá outras providências”.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

José Jorge (PFL)	Eduardo Azeredo(PSDB)
Álvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
César Borges (PFL)	

vago

PMDB

Ney Suassuna	Luiz Otávio
Maguito Vilela	Gerson Camata
João Batista Motta	Leomar Quintanilha

Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Delcídio Amaral (PT)	vago
Siba Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

PDT

Osmar Dias	vago
------------	------

PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

***PP**

Valmir Amaral	vago
---------------	------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Paulo Rocha	Fernando Ferro
Colombo	Henrique Fontana

PMDB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia	Murilo Zauith
Roberto Brant	Kátia Abreu

PSDB

Alberto Goldman	Eduardo Paes
-----------------	--------------

PP

José Janene	Mario Negromonte
-------------	------------------

PTB

José Múcio Monteiro	Ricarte de Freitas
---------------------	--------------------

PL

Sandro Mabel	Miguel de Souza
--------------	-----------------

PPS

Dimas Ramalho	Rogério Teófilo
---------------	-----------------

PSB

Renato Casagrande	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

***PRP**

Renato Cozzolino

* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 22-7-2005**

- Designação da Comissão: **25-7-2005** (SF)
- Instalação da Comissão: **26-7-2005**
- Emendas: **até 28-7-2005** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **22-7-2005 a 4-8-2005** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **4-8-2005**
- Prazo na CD: **de 5-8-2005 a 18-8-2005** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **18-8-2005**
- Prazo no SF: **de 19-8-2005 a 1º-9-2005** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **1º-9-2005**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 2-9-2005 a 4-9-2005** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **5-9-2005** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **19-9-2005** (60 dias)

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, pelo tempo que entender necessário.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente.

Srª Presidente, início lendo matéria do jornal **O Globo**, de 23.07, intitulada: *Banco Popular Abriu Contas Sem Avisar Clientes*. Instituição usou cadastro da rede varejista Lojas Marabraz para inflar resultados na gestão de Ivan Guimarães.

É da jornalista Geralda Doca.

Quem primeiro argüiu dúvida sobre o Banco Popular foi o Senador Tasso Jereissati, numa reunião da Bancada do PSDB e, a partir daí, começamos a estudar as matérias em torno desse tal Banco Popular.

Quando inquiríamos o Sr. Ivan Guimarães, na Comissão de Assuntos Econômicos, chegou um **e-mail** ou um telefonema para um assessor do Senador Tasso. Estava na minha vez de inquirir; então perguntei a ele o que estava no papel que me passaram: se ele conhecia Marcos Valério, se ele conhecia SMP&B e se ele conhecia DNA. Percebi que houve uma troca de cor, uma literal troca de cor no cidadão que estava depondo, o Sr. Ivan Guimarães.

Depois, na reunião secreta – que não havia nenhuma razão para ter sido secreta, porque eram dados de orçamento, não tinha nada que esconder aquilo do grande público –, fiz de novo a pergunta e percebi que não havia resposta adequada, ou seja, eu não sabia detalhes sobre SMP&B, DNA, Marcos Valério, mas sabia que o Sr. Ivan Guimarães não gostava do assunto. Fui

para aquela tribuna à tarde e perguntei a vários Senadores – e creio que a V. Exª também, Srª Presidente – se alguém havia visto em algum momento propaganda do Banco Popular. Perguntei a seguranças da Casa mais adiante, perguntei a jornalistas, perguntei a pessoas que passavam, que transitavam pelas dependências do Congresso Nacional e ninguém havia visto ou ouvido nenhuma propaganda do Banco Popular.

Ou seja, o Banco teria gasto com microfinanças, não com microcrédito, alguma coisa tipo R\$20 milhões e só de propaganda despendeu outros R\$24 milhões. Como não se viu a propaganda é que não se fez a propaganda. Começamos a entender que ali estava um dos alicerces desse tal “mensalão” tão propalado e, hoje, a meu ver, tão comprovado, tão demonstrado. Portanto, peço a transcrição nos Anais da Casa desta matéria da jornalista Geralda Doca, de **O Globo**.

Srª Presidente, outro dia aconteceu algo que me pareceu extremamente arbitrário com o ex-Prefeito de campina Grande, Sr. Cícero Lucena, que recebeu tanta solidariedade de muitos Senadores neste plenário, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, que aqui chega, o Senador José Agripino, eu próprio e tantos outros. Fui a Campina Grande naquele dia e lá encontrei uma população muito chocada com o episódio. O que mais diziam para mim era: Sílvio Pereira solto, Delúbio solto, toda essa turma solta e prendem alguém que responde a um processo administrativo, talvez com irregularidade, talvez sem irregularidade. Mas parecia um remédio amargo, exagerado. Sem haver má-fé da delegada da Polícia Federal – encontrei lá um delegado do melhor nível, o Sr. Gustavo Gominho, interessado em respeitar a integridade física e moral do Sr. Cícero Lucena, que se considerava quase um preso político –, percebi que o erro começara a ser induzido pela Corregedoria-Geral da União. Mandaram técnicos lá e, praticamente, sem conceder direito de defesa ao Sr. Cícero Lucena, no fundo, buscavam estabelecer uma relação política que, quem sabe, aliviasse o Governo dessa carga tão pesada de críticas que vem sofrendo. E aí me pareceu impressionante que o Tribunal de Contas da União já tivesse considerado regulares os contratos relativos às obras questionadas pela Corregedoria-Geral da União. Portanto, eu disse lá e disse a quem quis me ouvir, desta tribuna também, que, naquele momento, a CGU estava tentando se sobrepor ao Tribunal de Contas da União.

Não sou a favor da extinção da CGU. Trocar a direção, quem sabe. Eu sou a favor de se impedir que a CGU, por razões políticas menores, tente se sobrepor ao Tribunal de Contas da União. Então, o Tribunal de Contas da União diz que aprova as contas, aí vem a CGU, diz que não vale, e isso resulta na prisão de um cidadão.

Mas muito bem. Vi aqui no **Correio Braziliense**...

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Eu até recebi do Presidente do Tribunal de Contas da União uma carta, uma nota, em que ele dizia que os jornais não foram fiéis, então ele achava por bem esclarecer e tal. Ninguém é contra a investigação das obras mal-feitas ou que mereçam a ação do Tribunal de Contas do Governo ou até da própria Corregedoria da União, que não tem nenhum mérito porque não tem caráter. Até aí tudo bem, é preciso punir. Se há aditivos errados, os responsáveis têm que pagar. O espetáculo da Polícia Federal prendendo um Prefeito, que foi Governador, que foi Ministro de Estado, isso é que precisa acabar. É contra isso que estamos verberando e que queremos falar. Mas ontem o Dr. Paulo Lacerda, que é um homem até respeitável e respeitado, um grande delegado, faz uma afirmativa, no jornal **O Globo**, que é inacreditável. E eu sofro porque Márcio Thomaz Bastos é meu amigo e uma vítima. Ele só conta ao Dr. Márcio Thomaz Bastos o que vai acontecer às 8h30min ou às 9 horas, para que ele não leia no jornal. Eu tenho a impressão de que é uma inversão. Tenho a impressão de que quem manda acima do Paulo Lacerda na Polícia Federal é Márcio Thomaz Bastos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E eu sempre achei que o Ministro acordasse mais cedo, às 7 horas ou às 6h30min, para dar uma caminhada, ler os jornais e ouvir as rádios.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Não, ele faz isso, é verdade. Agora, a desculpa do Paulo Lacerda é que é inacreditável, dizer que dá a notícia a ele a essa hora, como se não fosse ele um homem a cumprir as determinações do Ministro da Justiça. Eu confesso que não entendi nada. Eu não ia falar isso, pretendia fazer uma carta ao Doutor Márcio Thomaz Bastos, mas prefiro, por intermédio do discurso de V. Ex^a, levar ao conhecimento do Ministro,

meu amigo, que fiquei muito triste com essa subversão da ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, por razões até compreensíveis, a informação que tenho é que, numa operação dessas da Polícia Federal, por volta de quatro da manhã eles entregam os documentos, dão um *briefing* para cada agente que vai participar. Isso é compreensível. É para o agente não vazar, não contar para a família, que por sua vez conta para o melhor amigo. De melhor amigo em melhor amigo, pode vazar uma operação muitas vezes meritória. Isso é compreensível. O que não é compreensível é o Ministro não saber. É algo ser feito à revelia do Ministro, que tem toda a responsabilidade de não vazar, até porque ele é capaz de pedir a demissão do Sr Paulo Lacerda se quiser ou de mantê-lo se achar que deve.

Sr^a Presidente, em prosseguimento ao meu arrazoado, quero dizer que para mim foi isso. Muito bem. Eu, então, recebo aqui notícia do **Correio Braziliense**, do jornalista Paulo de Pádua, com uma declaração – esta sim destemperada e esquisita – do Subcontrolador-Geral da República Sr. Jorge Hage Sobrinho, classificando de ridícula, de má-fé e de total ignorância declaração minha, defendendo a extinção da Controladoria.

Primeiro, eu não defendi a extinção da Controladoria. E este Governo mentiu quando disse que ele criou a Controladoria. Esse órgão se chamava Procuradoria-Geral da União, da qual a Dr^a Anadir Mendonça foi a primeira Ministra-Chefe. Fez ela um trabalho sem estardalhaço e com muito mais seriedade do que hoje. Então, eu não pediria a extinção da Controladoria, que meramente trocou de nome. Eu peço e exijo que não se sobreponham mais ao Tribunal de Contas da União. Peço e exijo que parem de cancelar arbitrariedades do Governo Lula contra adversários e parem de justificar malfeitos de aliados do Presidente Lula.

Quanto ao Sr. Jorge Hage, até estranho essa valentia toda. Não tenho nada contra quem foi da Arena, do PDS ou de qualquer lugar. Sou contra o vira-casaca.

Quando estourou o movimento de redemocratização, lá estava S. Ex^a, que era da Arena, foi prefeito indireto de Salvador e tocou fogo em uma favela. Depois, fez parte aqui de um grupo, o Movimento de Unidade Popular do PMDB, ou algo assim. Mas tinha tocado fogo em favela antes.

Eu deveria ter fundado o PSDB. Eu estava no Partido Socialista Brasileiro quando surgiu o PSDB, de

fato o Partido que eu queria. Quando ele apareceu, por razões locais eu não pude entrar nos primeiros meses, mas o fiz assim que pude, e é o meu Partido definitivo. Encontrei lá o Sr. Hage como esquerda do PSDB. Tomei um susto! E um dia estavam lá ele e uma figura de quem eu discordava, mas que amava, a Deputada Cristina Tavares, e mais alguns contra a candidatura do Sr. Roberto Magalhães a Vice-Presidente da República na chapa de Mário Covas. Roberto Magalhães seria de Direita.

Aquilo era algo grotesco. Era até grosseiro o Sr. Hage ser de esquerda. Meu Deus do céu, isso é querer esconder o passado de queimador de favela, de bajulador do regime militar, de quem não respeitou os direitos humanos ao longo de toda a sua trajetória. De repente, por causa de histeria, ele imaginou que virou de esquerda.

Esquerda não tem nada com histeria, mas com proposta, de preferência científica, de transformação do mundo que aí está. Mas eu não vou perder tempo com o Sr. Hage.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas V. Ex^a deve salientar que ele, na prefeitura, foi um desastre. Inclusive tocou fogo em uma favela das mais humildes, com uma perversidade que caracteriza a sua figura.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Como ele agora se diz de esquerda, teria sido um incêndio progressista; como ele se diz ético, então um incêndio ético. Enfim, ele deveria parar com essa pantomima, com essa brincadeira.

Eu cito outro exemplo das contradições dessa tal CGU. Aqui está escrito: “Fortes assume Cidades e já tem de se defender”. O Ministro Márcio Fortes é uma pessoa, a meu ver, séria. É uma pessoa operosa e séria que foi um excelente secretário-executivo do Ministro Pratini de Moraes, no Ministério da Agricultura, no Governo passado. E, se foi indicado pelo Deputado Severino Cavalcanti*, pelo PP ou por quem quer que seja, isso não tira o seu mérito. Já o saudei da tribuna como alguém que, se deixarem, realizará um bom trabalho pelo Ministério das Cidades.

Ele estava sendo investigado pela atual Controladoria-Geral da União*, que estaria apontando indícios veementes de irregularidades em determinado processo contra ele, quando era secretário-executivo do Governo passado. Então, está clara a revanche. Não importa que estivesse trabalhando, servindo muito

bem ao Ministro Furlan. O importante era a revanche em relação ao Governo passado.

Segundo matéria de Leonencio Nossa e Ana Paula Scinocca, publicada em **O Estado de S. Paulo**, sucursal de Brasília, o atual Ministro Márcio Fortes* diz: “Vamos ler o Diário Oficial, que publicou o acórdão do Tribunal de Contas da União”*, enfatizando que o TCU arquivou por sete votos a zero o processo envolvendo sua conduta no caso da Poliedro Informática.

Quer dizer, o Tribunal de Contas da União arquivou um processo por sete votos a zero, e a Controladoria-Geral da União, no seu instinto de revanche, na sua mesquinharia patológica, resolve perseguir até mesmo alguém integrado ao Governo Lula. Sem dúvida alguma, é um técnico competente e que, até hoje, só me deu motivos para ter orgulho da amizade que tenho por ele, que espero não ver desmerecida em momento algum.

Em outro trecho, diz a reportagem de **O Estado de S. Paulo**: “Márcio Fortes evitou comentar se os auditores da CGU o perseguem”*. O Ministro afirma: “Só digo que sempre respeitei decisões do TCU”. Vejam que resposta elegante. Ele não diz que é perseguido, mas apenas: “Só digo que sempre respeitei decisões do TCU, favoráveis ou desfavoráveis.” E completa: “Respeito as leis e o Tribunal de Contas da União.” Em outras palavras, ele quis dizer com clareza que não dá muita bola para o julgamento da tal Controladoria-Geral da União, que foi, à revelia do Tribunal de Contas da União, buscar persegui-lo. Se a Controladoria-Geral da União fosse realmente neutra ela teria feito algo extremamente simplificado.

Foi bom eu ter pegado um avião. Foi incômodo, mas peguei um aviãozinho e fui conferir o caso do Cícero Lucena, Senador Antonio Carlos Magalhães. E descobri algo terrível: é gritante e grosseira a corrupção da ex-Prefeita de Campina Grande, do PT, inclusive com apropriação de dinheiro de convênio da fundação de saúde, embolsado em contas de pessoas da família, coisas desse tipo. Isso já foi dito pelo Senador Efraim Morais aqui sem contestação.

Então, eu disse: Meu Deus, Campina Grande está a 120 km de João Pessoa! Essa CGU volta a sua ira contra alguém que tinha as suas contas aprovadas pelo TCU e não vê o que se passava de descalabro na Prefeitura petista a 120 km de distância? Se isso não é má-fé, não sei que nome dar.

Agora, é preciso – e estou aqui às ordens, como sempre – que o Sr. Jorge Hage coloque mais a cara de fora, de preferência junto com seu Ministro, para que eu os enfrente, porque vejo aí a figura da incoerência, vejo aí a figura da mesquinharia. Tudo o que eu não queria na vida era servir um dia a um cargo público em que dissessem para mim: “O seu papel é cancelar o que faço de errado; o seu papel é perseguir meus inimigos.” Eu diria: “O senhor vá para inferno, Sr. Presidente da República, porque prefiro catar papel na rua, prefiro tocar violão – e nunca toquei violão na vida – em boate de noite, do que cancelar o que o senhor faz de errado e perseguir seus adversários.” Isso é um papel ridículo, ridículo mesmo.

Então, insisto que houve uma perseguição, que começou na CGU, contra o Sr. Cícero Lucena, e que, mais além, evoluiu para cima do Ministro Márcio Fortes, que, com muita diplomacia e elegância, diz que sempre respeitou o TCU e as leis. Se ele fosse uma pessoa mais do tipo de algumas outras, talvez do seu e do meu, Sr^a Presidente, diria que está pouco se lixando essa CGU, que está aí sem conseguir se implantar, até porque difere completamente do recato, da seriedade e da aplicação com que trabalhava a Ministra Anadyr de Mendonça, aplicada, correta, digna, justa. Ela, pura e simplesmente, procurava fazer o seu trabalho, de preferência em comum acordo com o Tribunal de Contas da União e com as comissões de fiscalização do Congresso Nacional, e nada de holofote.

E não me parece que o caso em tela seja um caso de holofote. É mais uma questão de coerência: serviram tanto a outros regimes, já tocaram fogo em favela, o que custa agora servir ao novo rei? E aviso ao Presidente Lula que ele não é o último rei, não. Essa gente tem saúde. Então, o próximo rei, se brincar, será servido por essa gente novamente. O próximo rei, se brincar, terá essa gente aqui, fazendo qualquer papel, porque quem se presta para isso presta-se para qualquer coisa. E, portanto, quem se presta para qualquer coisa é alguém que não merece que lhe demos muita atenção, e atenção respeitosa.

Estou aqui dizendo o que penso dessa gente. Não tenho respeito mesmo, não. Não tenho respeito e creio que quem está acabando com a CGU não sou eu. Até aprovo a idéia, mas quem está acabando com a CGU é essa gente, que recebeu do Ministro Márcio Fortes o seguinte julgamento, ao ser perguntado sobre

se foi perseguido pela CGU: “Só digo que sempre respeitei decisões do TCU, favoráveis ou desfavoráveis.” E completa o Ministro, em um exemplo de elegância: “Respeito as leis e o Tribunal de Contas da União”.

É impressionante como, em duas frases, consegue o Ministro exercitar o seu poder de síntese. Por isso, é um executivo público tão festejado e, a meu ver, tão capaz de ser um oásis de competência, nesse Governo incompetente do Presidente Lula.

E mais ainda: vai parecer irônico o que vou dizer, mas a coisa mais competente que o Presidente fez, nessa sua falsa reforma ministerial, foi precisamente escolher um nome do PP. Então, posso dizer que o Presidente Severino Cavalcanti está dando uma lição de competência ao Presidente Lula, que não soube escolher. A imposição do Presidente Severino Cavalcanti levou lá um homem que, a meu ver, será muito mais produtor do que o Ministro Olívio Dutra, que estava num pé e noutro para ser mantido e, depois que não foi mantido, saiu indignado falando em refundar o PT. Deus me livre!

Eu tinha uma tia que dizia assim: “Meu Deus, me leve, me mate!” São frases que as nossas velhinhas têm mania de dizer. Ainda está cedo para morrer, enfim, mas seja digno o tempo todo, Ministro! Não fique com essa história de, depois que perde o cargo, ter indignações. A indignação vem com cargo ou sem cargo. Lembre-se de Mário Martins, que, eleito Deputado Federal pela UDN, discrepou do Partido em algo programático, entregou o mandato para a UDN e foi para casa. Lembre-se de Oscar Corrêa*, que discordou da UDN em algo programático – estava mais em final de mandato –, cumpriu o mandato e não se candidatou a mais nada. Lembre-se de que existe a figura de entregar cargos. Se está indignado e crendo que tem más companhias, diga isso enquanto é Ministro e deixe de ser Ministro! Mas a indignação vem sempre depois. Está sendo um *striptease* moral isso aí.

Portanto, entendo que é irônico, mas o lado competente dessa reforma virá precisamente pelo PP do Sr. Severino Cavalcanti.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Banco Popular abriu contas sem avisar clientes

Instituição usou cadastro da rede varejista Lojas Marabraz para inflar resultados na gestão de Ivan Guimarães

Geralda Doca

• BRASÍLIA. O Banco Popular do Brasil (BPB) — braço do Banco do Brasil para o atendimento da população mais pobre — usou o cadastro de clientes da rede Marabraz, com 105 lojas de móveis no estado de São Paulo voltadas à baixa renda, para abrir contas e inflar os números da instituição, a um custo de R\$ 1,5 milhão por mês. De acordo com fontes ligadas à direção do BPB, na gestão de Ivan Guimarães foram abertas cerca de 300 mil contas sem que os clientes fossem avisados, entre novembro e dezembro de 2004.

Em novembro, quando Guimarães anunciou a parceria com a rede de varejo, que não chegou a ser concretizada, o banco tinha aberto um total de 543.780 contas. A carteira pulou para 1,050 milhão um mês depois, superando a meta fixada para 2004. Desse total, somente a metade chegou a ser movimentada em dezembro.

O uso do cadastro da Marabraz sem autorização dos clientes, considerado ilegal pelos órgãos de defesa do consumidor, foi confirmado por dois diretores da instituição.

— Tivemos acesso ao cadastro da Marabraz, mas não houve um contrato formal porque a parceira não chegou a ser concretizada — afirmou o diretor de Produtos e Crédito da instituição, Marcos Tadeu de Siqueira.

Ele não soube explicar por que a parceria não avançou e justificou que naquele momento era importante para o banco abrir contas para ter ganhos de escala.

— O cadastro da Marabraz foi usado — confirmou o diretor da área Administrativa e Financeira, Wagner Lacerda.

Fontes ligadas ao BPB disseram, ainda, que a intenção dos diretores era abrir as contas, cumprir a meta de um milhão de novos correntistas. Eles seriam informados posteriormente. Mas isso não foi feito e as contas permaneceram inativas.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) diz que, embora essa seja uma prática comum no mercado, é ilegal e abusiva. O gerente jurídico da instituição, Marcos Diegues, ressaltou que uma conta inativa num banco pode resultar em dívidas resultantes de débito de tarifas. O ato, disse ele, pode ser

denunciado ao Ministério Público Federal e o banco é obrigado a cancelar as contas.

Segundo Edila Moquedace, coordenadora-geral de supervisão e controle do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) do Ministério da Justiça, esse tipo de conduta é um desrespeito e fere o Código de Defesa do Consumidor. A legislação estabelece que a abertura de cadastros, fichas, registros de dados pessoais e de consumo deve ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não for solicitada por ele.

O número de pontos de atendimento também cresceu de forma extraordinária: pulando de 2.870 em novembro de 2004 para 5.530 no mês seguinte. Deste total, 800 foram fechados. No ano passado, a instituição teve um prejuízo de R\$ 26,3 milhões, valor pouco maior do que o gasto com publicidade (R\$ 26 milhões).

Ivan Guimarães foi procurado, mas não retornou os telefonemas. A assessoria de imprensa da Marabraz informou apenas que a parceria entre a rede e o banco não se concretizou. ■

O ESTADO DE S. PAULO

Fortes assume Cidades e já tem de se defender

Ministro negou acusação da CGU de que firmou contrato ilegal na gestão FHC

Leonencio Nossa
Ana Paula Scinocca
BRASILIA

Ac assumir o Ministério das Cidades, Márcio Fortes (PP) se defendeu ontem da acusação da Controladoria-Geral da União (CGU) que apontou "indícios veementes" de irregularidades no processo, comandado por ele, de contratação de uma empresa de informática na época em que respondia pela Secretaria Executiva da Agricultura, no governo Fernando Henrique Cardoso. Em entrevista, Fortes negou qualquer semelhança com o peemedebista Romero Jucá, que passou os últimos cinco meses como ministro da Previdência respondendo a denúncias de corrupção.

"Vamos ler o *Diário Oficial* que publicou o acórdão do Tribunal de Contas da União", disse Fortes, enfatizando que o TCU arquivou por sete votos a zero o processo envolvendo sua conduta no caso da Poliedro Informática. A empresa recebeu R\$ 5,3 milhões para impedir estragos de bug do milênio nos computadores da Agricultura.

Márcio Fortes evitou comentar se os auditores da CGU o perseguem. "Só digo que sempre respeito decisões do TCU, favoráveis ou desfavoráveis", disse. "Respeito as leis e o Tribunal de Contas da União", completou. A sindicância da controladoria fez com que o presidente Lula adiasse o anúncio da escolha de Fortes para ocupar o ministério na cota do PP, do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PE).

Com o auditório do ministério lotado por petistas e funcionários ligados ao ex-ministro, Márcio Fortes fez um discurso para a plateia. Ressaltou que a festa era de Olívio e que também pretendia trabalhar em parceria com movimentos sociais.

Fortes recebeu tímidos aplausos. Apesar da anupatia dos petistas, escapou das vaias. Indicado por Severino e pelo deputado Delfim Neto (PP-SP), ele disse que a chegada ao posto não era vitória do PP, mas do governo. ●

Severino diz que PP ficou com ministério porque 'não é burro'

APOIO: O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), disse ontem que o PP não seria "burro" de abrir mão do Ministério das Cidades em troca de apoio ao governo no Congresso. Ao participar da posse do "afilhado" e novo ministro das Cidades, Márcio Fortes, Severino avisou que o PP continua brigando por mais espaço.

"Vocês precisam admitir: o PP não é burro" provocou, ao falar da insistência da legenda em abocanhar a pasta, que conta com orçamento anual de cerca de R\$ 15 bilhões. "O PP tem filiados de excepcional qualidade, podemos fornecer outros 'márcios' para qualquer cargo que o presidente achar conveniente." "Estarei na linha de frente para ajudar o presidente" disse, numa referência a crise. ● A. F. S. e L. N.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena, P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, como orador inscrito, e depois ao Senador Ney Suassuna, como Líder.

Se V. Ex^a quiser, Senador Sibá, poderá inscrever-se, pois não há mais oradores na lista.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr^a Presidente, quero manter minha inscrição como Líder.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena, P-SOL – AL) – V. Ex^a está inscrito, após os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Ney Suassuna.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, "queres conhecer o Inácio? Coloca-o no Palácio". Esta frase não é minha, mas de um escritor baiano, João Ubaldo Ribeiro, que fez um artigo perfeito sobre a situação que o Brasil atravessa, principalmente os momentos em que

vive o Presidente da República. Como os intelectuais brasileiros e muitos petistas, é um desenganado, que traduziu em artigo publicado ontem, intitulado “O que é isso, companheiro?”, toda a sua indignação e toda a sua revolta com o que está acontecendo no Brasil.

Quando o Senhor Presidente da República, num gesto ousado, próprio dos que estão desesperados, declara-se – ele próprio é quem declara – modelo de ética e moral do Brasil na situação em que vivemos, evidentemente, tudo está perdido.

Pergunto eu, agora que estão na desgraça, talvez por culpa deles próprios, quem nomeou José Dirceu, quem nomeou Delúbio, quem nomeou Silvinho, o célebre Silvinho, do Land Rover. Tudo isso foi feito à revelia do Presidente Lula, que agora quer fazer um mensalão, como alguém disse, com muita propriedade, na revista, através dos Ministros do PMDB? Evidentemente, isso não pode acontecer. Ele – e eu hoje serei muito sintético – é o responsável por tudo isso. Daí solicitar que ele responda, pelo seu Líder, ou até mesmo pelo Senador Sibá Machado – coitado! –, que está sofrendo tanto, ao que vou perguntar.

Em primeiro lugar, pergunto se ele sabia ou não sabia – é claro que sabia – do mensalão. Foram tantos que lhe disseram, que não era possível que ele não acreditasse em um só.

Em segundo lugar, indago se ele sabia ou não sabia que seu filho levava cinco milhões para a sua empresa pagos pela Telemar. Isto é gravíssimo! Isto é gravíssimo porque pega em casa. Não tenho nenhum prazer em atacar o familiar de quem quer que seja, principalmente do Presidente da República, mas uma explicação, já que o assunto veio à baila, o Presidente deve à Nação. Ele deve responder em que condições o gênio do seu filho Fábio recebeu cinco milhões da Telemar. Ninguém explica, nem a Telemar, nem a Presidência da República. Mas isso não pode ficar nessa situação. Há uma comissão de inquérito que vai saber disso. Se não souber, não está cumprindo com as suas obrigações.

Outro ponto, talvez mais importante. Já que o dinheiro do PT é de Delúbio e de outras fontes de corrupção, o Presidente da República tem que explicar o empréstimo que tomou como Presidente da República ao PT, de quase R\$30 mil.

O Presidente da República não pode silenciar e deixar que a Presidência diga “isso é uma coisa do PT”. Se for uma coisa do PT, pior, pois o Presidente da República está usando para si dinheiro do fundo partidário. Tem-se que se saber essas coisas e tantas outras, mas essas dizem respeito à pessoa do Presidente da República, que não pode se esquivar de mandar pelo menos uma carta ao seu Líder para explicar ao Congresso Nacional. Fora daí, está incorrendo em crime de responsabilidade e todas as fórmulas serão ruins para o Presidente, até porque todos sabem que ele gosta da vida. Aliás, eu sei disso há muito tempo, mas o PT só veio saber agora. Ele gosta do que é bom, ele gosta de gastar. Está até, para

satisfação nossa, se vestindo melhor. Mas que não seja com o dinheiro do PT ou do fundo partidário, depois dizendo que o PT é que tem que explicar.

V. Ex^a pode explicar, Senador Sibá Machado?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Cheguei neste minuto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Eu repito. V. Ex^a pode explicar os quase R\$30 mil que o Presidente da República tomou emprestado ao seu Partido?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Vou seguir a mesma linha do Senador Aloizio Mercadante porque não tenho a informação precisa. Mas sei que houve um momento em que o Aloizio Mercadante era dirigente da Executiva Nacional e precisou viajar e lhe foi feita uma concessão, que não é empréstimo, uma concessão de adiantamento de diárias, para pagamento de despesas nas viagens. O Presidente Lula, certamente, deve ter tido esse mesmo tipo de problema naquela época e recebeu esse adiantamento. Eu preciso saber se foi um depósito ou se foram vários depósitos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Ele tem direito a diária, tem hotel pago, fica nos palácios pagos pelos governos que o convidam...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, nesse momento ele não era Presidente da República.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quando recebeu os quase R\$30 mil? Era, sim, senhor.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, não era Presidente da República.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Era Presidente da República.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Foi no momento da transição de Governo, após as eleições e antes da posse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Explique melhor isso. Peça uma carta a ele ou ao seu Partido. Eu acho que isso é importante, é grave.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Com isso eu posso me comprometer, Senador. Com certeza, posso trazer uma resposta, não só para V. Ex^a, mas para a Casa como um todo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Para o Brasil.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Com certeza. Farei isso, com toda segurança.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Precisamos saber de onde saiu, se foi do fundo partidário, se o fundo partidário é para ser usado nessas coisas... Nós temos de saber.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – O fundo partidário, sobre isso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sobre isso e o problema do filho nós temos que saber, para defendê-lo. É para defendê-lo no ex-

terior, para defendê-lo em toda parte, e até para não o atacarmos aqui.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite um aparte, Senador Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Tenho três considerações a fazer sobre o empréstimo. A primeira é que, de fato, o fundo partidário não é para isso. A segunda é que, se o empréstimo foi contraído em 2002, ainda que pagasse em 2003, já havia mistura de dinheiro contaminado do Sr. Valério, que agira na campanha, com o dinheiro limpo do fundo partidário. Terceiro, o fato de que partido não é banco e não tem como função precípua socorrer seus filiados. Como é que vai fazer? Sem juros, está esbulhando os diretórios, que deixam de receber um computador, porque, nesta economia nossa de juros tão altos, se perdeu aquele capital. Por outro lado, se empresta com juros, eu não consigo ver um partido praticando a usura. Alguém que precisa de empréstimo tem que ir a um banco, onde ele, pura e simplesmente, se satisfaz e depois paga as conseqüências do contrato. Agora, digo-lhe, Senador, que hoje estou convencido de que é difícil dizer que as pessoas mais importantes do PT não sabiam, a começar pelo Presidente Lula. Eu era Ministro de Estado e estava em Ottawa, fazendo uma viagem ao Canadá, e telefonei de lá quando houve a morte do Prefeito de Santo André, meu colega Deputado Celso Daniel. Liguei para o Presidente Fernando Henrique, que me prestou os esclarecimentos, e liguei, depois, para todo mundo do Palácio para saber – eu tinha que começar uma viagem de volta imediatamente, e não era tão fácil –, e liguei para uma pessoa muito importante do PT. Frisei para V. Ex^a que era complicada a minha volta, pois eu estava no Canadá e tive que ir para outro lugar. Fui a Toronto, de onde peguei um avião para São Paulo e de lá para Brasília. Isso demorou o tempo que sabemos que toma uma viagem nessas condições. Eu liguei para o alto dirigente do PT e falei: “Fulano, como está aí? Minha solidariedade. Eu tinha uma relação pessoal muito boa com o Celso Daniel”. Aí ele me diz algo assim: “Arthur, estão matando nossos companheiros”. Queria assumir uma espécie de vitimologia. “Estão assassinando nossos companheiros. Mataram o Toninho, lá de Campinas. Estão matando fulano de tal”. E fui, talvez pela neve – a cidade estava um presépio –, fui capaz de uma certa premonição. Eu disse: “Fulano, pega leve com essa história de dar a entender que houve gente interessada na morte do Celso Daniel, porque isso aí é quase que uma acusação. Como a principal força de oposição a vocês somos nós, fica chato a gente ficar ouvindo isso. Conhecendo o Presidente Fernando Henrique como conheço, ele vai dar a vocês toda a cobertura, vai dar a vocês todo o apoio”. Muito bem, aí tomo o avião para Toronto – isso era de noite –, no dia seguinte, Toronto para São Paulo; São Paulo para Brasília. Quando cheguei aqui, Senador Antonio Carlos, já havia mudado o disco. A conversa já não era essa de “estão matando nossos companheiros”. Alguma coisa já havia surgido nas inves-

tigações que levou os altos dirigentes do PT – não tem relação com a figura descente, honrada e de bem como o Senador Sibá Machado – a compreenderem que a melhor versão para eles era a do crime comum, porque a outra versão era pior. Senadora Heloísa Helena, 48 horas, no máximo, foram suficientes para se acabar com aquele discurso indignado. Eu vim para cá dizendo: vou ter que debater com essa gente, pois eles insinuam que a morte foi feita a mando do Governo do Fernando Henrique; vou ter que rebater esse absurdo. Mas, em 48 horas, no máximo, eles mudaram o disco e começaram a aceitar imediatamente a versão cômoda de crime comum. Hoje sabemos que não foi crime comum, coisa alguma; foi crime de conotação política, envolvendo corrupção e toda a sorte de mazelas, enfim. Então, alguém que já viveu tudo isso não tem o direito de dizer que é inocente, que é ingênuo, e nem nós queremos o País governado por ingênuos; queremos o País governado por pessoas capazes de saber tudo, que tenham sexto sentido. O Presidente tem que ter olhos nas costas e ter os dois da frente bem abertos e procurar olhar por todos os seus poros, por todas as suas possibilidades, olhar mesmo, atento ao que significaria o dano à coisa pública, o dano à imagem do seu Governo, o dano aos interesses do povo brasileiro. Portanto, V. Ex^a faz um discurso realista, que corresponde um pouco a esse desalento, porque era para estarem falando a verdade já; não era para procurar jogar véu de noiva, ou véu de fumaça, ou véu de neve, ou o que seja sobre os olhos de uma Nação, pois que ela – Nação – está com os seus olhos bem abertos. Ela não está sendo ilaqueada. Engano de quem pensa que está enganando ou embaindo a boa-fé da Nação brasileira ainda hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, agradeço a V. Ex^a o aparte.

V. Ex^a se refere a um ponto no qual eu queria pegar o PT. Mostra que Delúbio já irrigava o caixa do PT em 2002. Conseqüentemente, esse dinheiro pode ter sido de uma dessas instituições que davam dinheiro a Delúbio para ter facilidades no futuro Governo da República, como tiveram. Já se contabilizam R\$160 milhões para mensalões e outras coisas mais. Até de automóvel Land Rover o pessoal do PT gosta. Preferem logo uma marca importante para demonstrar que eles são, realmente, figuras “sérias”, “corretas”, “honestas” – é claro que essas palavras têm aspas.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite 10 segundos? Os sujeitos que comandam o aparelho de um partido são chamados *apparatchiks* em russo. Mas esse *chiks* é com “s”. Alguém hoje na imprensa fez um trocadilho para o pessoal do Land Rover, dizendo que esse era o “*apparatchique*”, porque o carro é chiquérrimo. Cá para nós, o Land Rover é um carrão, é um carraço. É possível até dirigir mal, porque quem leva prejuízo são os outros. É fantástico!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Meus senhores, esta situação não pode perdurar no País.

Não o posso chamar companheiro, mas João Ubaldo o chamou, no artigo "O que é isso, companheiro?". "Queres conhecer o Inácio? Coloca-o num palácio". Essa é a situação do Brasil.

Peço transcrição do artigo, certo de que o Senado todo precisa conhecê-lo, desse grande baiano que é João Ubaldo, mostrando a sua desilusão em ter votado num petista. Hoje abandonou o Partido, talvez – quem sabe? – vá pedir lugar em outro Partido. É o Presidente da República. É o Líder dessa Bancada.

Há uma Senadora que toda hora faz ameaça disso e daquilo. Que S. Ex^a cumpra as suas ameaças. Estamos preparados para isso. Estou doido que venha, porque, confesso, não darei a confiança do debate, mas farei o arraso que todos desejariam fazer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O que é isso, companheiro?

JOÃO UBALDO RIBEIRO

Abordando o que vou abordar, corro o risco de desinteressar os leitores. Culpa minha, claro, pois estarei tocando num assunto velho. Já é comum escreverem-se ensaios polissilábicos sobre como a massa de informação que nos bombardeia sobrecarrega a mente e nem temos tempo de pensar direito. E a tecnologia, cada vez mais célere, torna tudo obsoleto de um dia para o outro. Consumimos novidades, não queremos senão novidades, tudo envelhece em poucos dias, às vezes horas. O massacre de ontem hoje não mais interessa e a corrupção denunciada hoje cansa, se repisada amanhã. Tudo, até a notícia, virou uma espécie de mercadoria e o consumidor quer o último lançamento.

Acrescente-se a isso a revelação vertiginosa de falcaturas e crimes. É um caleidoscópio enlouquecido, um carrossel desgovernado, uma lanterna mágica de trampiques, mentiras e armações sórdidas, apresentada em compasso tão desenfreado que não se pode acompanhá-lo. Puxa-se um fio e a meada, em lugar de diminuir, aumenta e leva a outra e esta ainda a outra, numa rede diabólica de manobras delinquentes, trazendo a sensação de que o país é conduzido por gangues ou famílias mafiosas. O espírito do homem de bem acaba por chegar a seus limites, o que se expressa em dezenas de formas, até mesmo evitando esses assuntos, por uma questão de sobrevivência psicológica e emocional, pois, afinal, para muitos, já soçobram os valores, as crenças e os padrões incorporados à sua formação, o que pode tornar a vida insuportável.

Tenho ciência desse problema, mas não vou deixar de fazer meu registro de algo que não gosto de dizer, mas que alguém tem que dizer, porque estou seguro de que muita gente pensa da mesma maneira. Não gosto de dizer o que vou dizer porque queria acreditar no contrário, achar fatos ou indícios que me desmentissem convicções que a cada dia mais se solidificam na minha cabeça e na de húmeros concidadãos. Mas não

encontro fato ou indício algum e, assim, entendo que cabe afirmar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desrespeita e subestima os governados, despreza-lhes a inteligência, julga-os cegos diante dos acontecimentos e surdos-mudos depois deles.

Inferno ao contato com a imprensa, a não ser para monologar, escolheu um método singular para dirigir-se ao país, em sua visita à França. Com ar despreocupado, até faguero, que, em lugar da imagem de tranquilidade que talvez quisesse projetar, dava a impressão de deboche quanto aos que vêem gravidade em nossa situação política, disse, com um cinismo que me assustou, pois era a última cara em que esperava vê-lo estampado, que era aquilo mesmo, que o PT tinha feito apenas o que é feito "sistematicamente", no Brasil. Portanto, conclui-se, não há razão para espanto ou desilusão.

Mas há razão para espanto e desilusão. Ficam agora dizendo por aí que não se suporta mais um presidente operário e se quer-depor um presidente operário. Em primeiro lugar, não estou apoiando e muitíssimo menos propondo, sua deposição, até mesmo por vias legais. Em segundo lugar, votei no presidente operário, votou a esmagadora maioria do povo brasileiro e o que eu queria era ter orgulho de dizer isso, era encher o peito como cheguei a encher nos primeiros tempos. Não fizemos uma revolução, optamos pela mudança por vias democráticas, levamos ao poder um operário, um herói de origem humilde, um lutador, um desbravador, um que se proclamou ser aquele que mudará.

E de fato mudou. Quer dizer, mudou ele. Hoje temos a nos presidir um assassino de sonhos e esperanças, um que diz, com o semblante jovial, que o partido que vinha para mudar já começou por não mudar coisa nenhuma, ou melhor, ao que tudo indica, aperfeiçoou os mecanismos do embuste e da ladroagem, a partir da própria campanha. E isso mesmo, que queríamos, que o PT efetivamente representasse mudança, que ingenuidade é essa, que otários somos? Portanto, o presidente

devia saber do que se passava, certamente não em detalhes, mas em linhas gerais. É assim que se faz, quem não sabe disso?

Numa entrevista que dei, referi-me a ele como ignorante. Confirmando. Mas a entrevista, por questão de espaço, precisou ser editada e, no muito que se teve de excluir, deixei claro que, quando disse "ignorante", o fiz apenas para ilustrar uma afirmativa e utilizei a palavra no sentido de formalmente inculto. Pois ignorante, infinitamente ignorante em relação a ele, sou eu, naquilo que ele — que, além de tudo, é muito inteligente, apesar da preguiça intelectual ou geral — domina magistralmente, o tornou artífice principal de uma obra política sem precedentes e o conduziu à posição em que está e que agora o revela como na inquietantemente profética frase do Barão de Itararé: "Queres conhecer o Inácio, coloca-o num palácio."

O candidato da mudança, do partido diferente dos demais, é o presidente de um país onde seu partido não muda nada, antes conserva com afino e esmero. O companheiro, afinal, não passa de mais uma Vossa Excelência, das quais, aliás, já vimos melhores. Não tenho provas e por isso mesmo não acuso. Apenas digo que, na minha opinião, que só retiro se um juiz ordenar, Vossa Excelência sabia da bandidagem de seus auxiliares e, vai ver, tacitamente a aceitava, ou seja, calava e, pois, consentia. E digo, interprete Vossa Excelência como lhe for servido, que corrupto não é só quem fraudava diretamente ou põe dinheiro no bolso: é também quem vê e ou finge que não vê, ou não liga e não faz nada, sabendo que é seu dever fazer algo. Sobre tudo em casos assim, a convivência ou negligência faz alarmante fronteira com a cumplicidade. Se o raciocínio é correto, Vossa Excelência está próximo da sua peita de corrupção. Por favor desculpe a franqueza, mas acredito, embora não tenha certeza, que Vossa Excelência ainda prefere a sinceridade à bajulação e à hipocrisia.

JOÃO UBALDO RIBEIRO é escritor.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento, para a transcrição do texto do escritor João Ubaldo.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil fez uma opção pelo modelo rodoviário. Deixamos de lado os trens, deixamos de lado os rios, deixamos de lado toda a costa e fizemos a opção primordial pelas rodovias.

Na época do chamado “milagre brasileiro”, na infra-estrutura rodoviária, as estradas tiveram um destaque especial e vializavam até mesmo uma aventura, que recebeu a denominação de Transamazônica. Quem não se lembra, na minha geração, do milagre da Transamazônica? “Vamos cortar a selva”. “Vamos levar a civilização, o progresso, o desenvolvimento selva adentro”. A Transamazônica era o milagre falado na época da revolução.

É bem verdade que, ao longo do último século, alguns Presidentes adotaram decisões políticas e administrativas que encaminharam claramente a opção preferencial pelo transporte de pessoas e cargas por meio de rodovias; estradas que – diga-se de passagem –, hoje, mais do nunca, mostram-se tímidas e insuficientes para as dimensões do País e para seus milhões de usuários.

O pior é que não é apenas tímida a rede, não é apenas insuficiente a rede, mas, dos 56 mil quilômetros de estrada, 36 estão inservíveis.

Vi, com alegria, nesse final de semana, o Presidente da República dizendo, no sindicato dos caminhoneiros, que vai consertar as estradas que encontrou quebradas. Mas já se passaram dois anos e meio, e tivemos poucos consertos. Outras estradas são necessárias, e, com toda certeza, é preciso que não somente consertemos essas que estão deterioradas, como façamos novas, e novas que sirvam não como um capilar, mas como uma artéria para o transporte em todo o País.

Desde que tivemos o conjunto de ações e o lançamento das bases da industrialização brasileira, o ex-Presidente Getúlio Vargas conduziu determinadas soluções e alternativas que foram, mais tarde, apropriadas de forma correta e incrementadas pelo ex-Presidente JK para a implantação da indústria automobilística nacional. Aí vieram as frotas de ônibus, de caminhões, de veículos de passeio, e não se parou mais. Essa teia de estradas, que tinha como ápice, como ideal a Transamazônica, foi construída nessa época. Tivemos dinheiro externo, o País fez um sacrifício, e estradas e estradas foram feitas.

Muitas até hoje, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão apenas no ideário, na imaginação. Uma delas, Senador Antonio Carlos, é a nossa BR-101, que devia sair do Sul, cortar o País todo, passando pela sua Bahia, até o outro ponto. Quantos anos se passaram, e a rodovia ainda não foi levada adiante!

Agora, conseguimos um dinheiro do Banco Mundial que não foi para todos os Estados, mas, graças a Deus, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco – esse trecho – conseguiram, neste ano, quatrocentos milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Estão sendo liberados oito lotes, que, no próximo mês, darão início às obras.

A estrada será concluída em sua plenitude? Não. Falta um pedaço. V. Ex^a, ainda outro dia, dizia que para o trecho entre Sergipe e Bahia não existe verba, nem está havendo esforço para que haja. Portanto, a estrada continuará interrompida. De qualquer forma, vi, com satisfação, o Presidente Lula reconhecer que encontrou as estradas todas quebradas. E lamento porque a maioria continua quebrada.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ney Suassuna?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – No governo passado, o ministro era do Partido de V. Ex^a.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – É verdade.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Eliseu Padilha. Logo, ele e o Presidente Fernando Henrique têm a culpa, mas agora tenho certeza de que o PMDB, no Governo, colocará no Orçamento a parte da 101 que diz respeito a Sergipe e à Bahia. Daí o apelo que faço a V. Ex^a, que é o Líder desse Partido, para nos ajudar, e ao Nordeste, neste caso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a tem razão. O ministro do governo passado era do meu Partido. Nós fizemos tanta pressão, Sr. Presidente, para que o Orçamento fosse mais folgado e pudéssemos trabalhar mais, mas, infelizmente, o grito dos banqueiros foi mais alto, e o dinheiro, ao invés de ir para consertar as estradas que já existiam e concluir as outras, foi para o pagamento da dívida.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Para completar, nunca os banqueiros estiveram mais satisfeitos do que agora.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a diz isso não apenas com as palavras, mas também com a face, numa expressão de ironia. Regozijo-me pela alegria com que V. Ex^a diz isso, e o pior é que, lamentavelmente, não tenho como rebater.

O que posso dizer é que, no que depender de mim, estou lutando neste Governo para que o dinheiro do imposto que criamos para esse fim, a Cide, chegue ao Ministério dos Transportes.

Não precisamos de muito. Temos um Senador aqui, e V. Ex^a o conhece muito bem, o Senador Alberto Silva, que entende de engenharia e que elaborou um projeto interessante para a recuperação das estradas. Mas parece um assunto encantado o das estradas. Não se consegue avançar com a velocidade que necessitam os caminhoneiros e o País.

Fico muito preocupado com isso. Não adianta atirarmos para todos os lados, porque não vamos acertar. Vamos atirar em relação à BR-101, cujas obras comecem no próximo mês. Na minha região, está tudo arrumado, porque o dinheiro existe, é internacional. Os oito lotes vão cumprir sua tarefa, e a estrada sairá. Só me preocupo porque ela não é completa, de acordo com o que eu disse e com o que V. Ex^a me alertou um dia desses.

Peço ao Ministro dos Transportes e ao Presidente da República que encontrem uma solução a fim de fazer a ligação de Norte a Sul. Essa será não uma Transamazônica, com todo o ímpeto que vivemos naquela época, quando se dizia “vamos desbravar a selva!”, mas será importante para o turismo, para a economia, para a segurança das pessoas e, principalmente, para a segurança das cargas.

Passei o final de semana na Paraíba e fui ao sertão do meu Estado. Lá, a fronteira é muito irregular, há momentos em que temos de passar por outro Estado. Na região fronteira, Senadora Heloísa Helena, à noite, ninguém anda sozinho, mas em comboio, porque a estrada é ruim e os assaltantes estão à espreita para tomar o carro e a carga. É preciso que a estrada esteja boa para que, com velocidade, o carro possa “sair fora”.

É preciso segurança nas estradas. É impossível que continuemos no modelo errôneo que escolhemos, mas que hoje é irreversível, com estradas deterioradas que facilitam o banditismo, que fazem custar mais caro os alimentos, que quebram a frota e fazem com que seja gasto mais combustível. Enfim, que só trazem prejuízos para o País, que escolheu esse modelo.

Era a colocação que gostaria de fazer hoje, pontuando aqui três fatos: em primeiro lugar, minha alegria pelo reconhecimento do Presidente de que é necessária a recuperação das estradas, urgentemente. Aleluia! Até que enfim o Presidente se concentra em um problema que é necessário. Em segundo lugar, que nossa BR-101 esteja sendo levada adiante. Finalmente, que é preciso, além de melhorar as estradas, de abrir e completar as estradas planejadas, dar

segurança aos que transportam a riqueza do País e ao cidadão comum, que paga imposto para ter direito não somente a estradas em boas condições, como também a segurança, que ele merece.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR NEY SUASSUNA

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, todos recordaremos que foi no trânsito dos anos 60 para os 70, em pleno período militar, que o Brasil ratificou, já em última e definitiva instância, a sua eleição pelo transporte rodoviário.

A época, que recebeu o nome de milagre brasileiro, foi plena de inversões em infra-estrutura, nos mais distintos rincões de nosso imenso território. Destaque especial, contudo, tiveram as estradas de rodagem, viabilizando até mesmo uma aventura, já então de incerta perspectiva, que recebeu a denominação Transamazônica.

É bem verdade que, ao longo do último século, alguns presidentes adotaram decisões políticas e administrativas que encaminharam claramente a opção preferencial pelo transporte de pessoas e cargas por meio de rodovias; estradas que, diga-se de passagem, hoje mais do nunca, em sua grande maioria, mostram-se tímidas e insuficientes para as dimensões do País e para seus milhões de usuários.

Contudo, a partir de um conjunto de iniciativas e ações que prepararam o lançamento das bases da industrialização brasileira, o Presidente Getúlio Vargas conduziu determinadas soluções e alternativas mais tarde apropriadas pelo Presidente JK, com a implantação da indústria automobilística nacional. E, desde então, vimos se conformar a imensa frota de ônibus, caminhões e veículos de passeio que povoam e recorrentemente congestionam as nossas rodovias e os grandes centros urbanos.

É consensual entre nós, políticos, e a própria sociedade – porque se trata de algo absolutamente evidente – que as estradas brasileiras sob jurisdição federal sofreram, nos últimos anos, um escalar processo de deterioração, que se tem traduzido em péssimos resultados para os negócios, onerando brutalmente o custo do transporte de cargas e mercadorias. Esse pernicioso e quase incorrigível fato coloca em risco, sobretudo, a segurança e a vida de milhões de brasileiros que transitam cotidianamente, a trabalho ou a lazer, pelos descaminhos de nossa depauperada malha rodoviária.

Faço essa pequena retrospectiva – que não pretendo, de modo algum, pessimista – para logo registrar,

Senhor Presidente, com muita satisfação, que nunca estivemos tão próximos de ver o início efetivo das obras que vão concretizar um sonho bastante antigo dos nordestinos, em especial dos paraibanos e potiguares, irmãos e vizinhos nesse belo e apaixonante segmento litorâneo do Brasil. É que o processo licitatório para a escolha das empresas que farão as obras de duplicação da BR-101, no trecho que liga a Paraíba ao Rio Grande do Norte, encontra-se em fase de conclusão. A previsão é de que, em cerca de um mês, ou seja, agora em agosto, o DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes tenha encerrado o procedimento¹. Depois de duas décadas de muitas promessas e outras tantas protelações, enfim, a mais famosa rodovia brasileira, a BR-101, que liga, pelo litoral, o Rio Grande ao Rio Grande, Natal à Lagoa dos Patos, em terras gaúchas, vai receber uma necessária e merecida segunda pista na faixa nordestina.

A notícia é altamente auspiciosa, não apenas para as populações de nossos dois Estados nordestinos, mas para todos os brasileiros e estrangeiros que incluem a Paraíba e o Rio Grande do Norte em seus roteiros turísticos, e também para os empresários que mantêm negócios com a região.

Ao facilitar o escoamento do intenso, e por vezes tenso, tráfego entre João Pessoa e Natal, a duplicação da rodovia vai reduzir tempo de deslocamento e custos, com benefícios sensíveis para a economia regional e, em boa medida, nacional. E o mais importante: vai alterar de forma significativa o nível de segurança e de conforto para os milhões de usuários, compulsórios e eletivos, daquele trecho da BR-101.

De fato, para nossa felicidade, a obra é bem mais ambiciosa do que pode parecer à primeira vista, pois a extensão em licitação atinge um total de 475 quilômetros, contemplando a duplicação da BR entre Natal e a divisa Alagoas–Sergipe, com múltiplos benefícios também para outros importantes Estados do Nordeste.

O início das obras, e torcemos para que ocorra no próximo trimestre, também se traduzirá em uma resposta pontual do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma região de intensa atividade econômica, ora em expansão, cujas principais rodovias contabilizam um elevado índice de veículos/dia.

A obra de duplicação está dividida em vários lotes, distribuídos pelo Estado do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco.

¹ Informações recolhidas pelo Serviço de Apoio Técnico/Conleg junto ao DNIT (Sr Jonas), em 19-7-2005

Uma vez começados, os trabalhos deverão es-tender-se por um período de dois anos e meio. Serão aplicados recursos federais que alcançam a ordem de 1,7 bilhão de reais, incluídas as indenizações que se-

rão pagas pelas várias desapropriações necessárias ao adequado traçado da nova pista.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero ressaltar que a concretização de iniciativas como essa – a tão almejada duplicação da BR-101 Nordeste – concorre decisivamente para impulsionar o desenvolvimento regional e nacional brasileiro.

Logo, o Governo Federal retoma, de forma marcante, o seu papel de indutor do desenvolvimento, restabelecendo as bases e as condições infra-estruturais mínimas para o crescimento sustentado de uma região inequivocamente promissora, como o Nordeste.

Na condição de representante do Estado da Paraíba, em mandato popular que muito me honra e orgulha, não poderia deixar de trazer ao Plenário desta Casa o registro de mais esta decisiva realização governamental, ora em favor da Paraíba e do Nordeste.

Por isso, em nome dos paraibanos – e ousou dizer que falo igualmente pelos nordestinos vizinhos de meu Estado – quero congratular-me com o eminente Ministro da Fazenda, Antonio Palocci; do Planejamento, Paulo Bernardo; e dos Transportes, Alfredo Nascimento, com a certeza de que S. Ex^{as}, no cumprimento regular de suas funções, e vencidos os trâmites licitatórios, vão garantir a totalidade dos recursos necessários para a viabilização, dentro do cronograma original, da duplicação da BR-101, no trecho que liga a Paraíba ao Rio Grande do Norte.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

Com a palavra o Senador Antônio Leite, pelo tempo que entender necessário para concluir seu pronunciamento.

Em seguida, darei a palavra a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Antônio Leite.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos dias atuais o País vem sendo submetido a constantes surpresas provocadas pelas notícias e novidades diárias que recebe sobre os problemas de corrupção. São informações que dizem respeito a pessoas, suas atitudes, seu comportamento ético, seus desvios, principalmente no que se refere ao trato da coisa pública.

Na verdade, são notícias sobre eventos que predominantemente deprimem, golpeiam a auto-estima e, muitas vezes, plantam nos ânimos uma certa desencorajamento no valor da democracia.

Neste pronunciamento, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fugir dessa situação, e o faço pela lembrança de uma figura pela qual nutro profunda consideração,

seja pelo que ela é, seja pelo que representa para o País nos serviços a este proporcionados pelos membros da sua família.

Refiro-me à Sr^a Marli Macieira Sarney, esposa de S. Ex^a o Senador José Sarney, a D. Marli. Não tenho medo de afirmar que pouco o Brasil conhece das virtudes da D. Marli. Esposa de um político que, além de ter sido Deputado Federal pelo Estado do Maranhão, Senador da República, também foi Governador do Maranhão, Presidente do Congresso Nacional e Presidente da República, é também mãe de políticos de destacada atuação no cenário estadual e nacional. Menciono o Deputado Federal José Sarney Filho, a Senadora Roseana Sarney e o empresário e meu amigo Fernando Sarney.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Antônio Leite?

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA) – Pois não, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Fico muito feliz de V. Ex^a fazer justiça a uma senhora que considero, sem desdouro a qualquer outra que tenha exercido o cargo de Primeira-Dama do País, uma senhora excepcional, uma mãe exemplar, uma esposa magnífica e uma amiga de todas as horas. Quando V. Ex^a faz justiça a Sr^a Marli Sarney, fico satisfeito e feliz porque o Brasil todo deveria conhecer seu discurso e recordar como foi a atuação dela quando o seu marido era Presidente da República. Ela serviria de exemplo para muitas Primeiras-Damas dos Estados e do País. Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO LEITE (PMDB – MA) – Muito obrigado, pelo seu aparte, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Todo esse trajeto, percorreu-o também Dona Marli, longe dos holofotes, longe das badalações que costumam aprisionar a vida comum dos que lhes são objeto. No silêncio! No recolhimento de sua personalidade que tem a dimensão do sublime porque consciente da importância de sua presença, mas sem uma palavra, sem um gesto de comando, sem uma observação de desagrado ou de exuberância diante do poder.

Dona Marli me faz lembrar uma expressão de um antigo livrinho, muito conhecido e extremamente cultuado pela mística católica há alguns anos, a **Imitação de Cristo**. É da **Imitação de Cristo** a frase: “No silêncio e na quietude, cresce a alma devota”. Essa a imagem que se me agiganta diante dos olhos ao lembrar a figura de Dona Marli. Quem de nós tem condi-

ções de apontar uma indiscrição de Dona Marli sobre a atuação do Sarney no exercício dos numerosíssimos cargos que ocupou na vida? Ou do Sarney filho como Deputado ou diante do Ministério do Meio Ambiente? Ou da Roseana Sarney como Deputada Federal como Governadora do Maranhão ou como Senadora da República? Não há observação sobre D. Marli. No entanto sempre esteve presente. No silêncio, naquele silêncio que só as grandes almas entendem e cultivam, porque é no silêncio que medram e se aprofundam as raízes mais importantes e sólidas das grandes árvores, as que produzem sombra para refrigério do ser humano e cerne para inigualáveis e eternas obras de arte.

Eis a minha homenagem a D. Marli!

Quero também homenagear minha mãe, Sr^a Margarida Felipe Leite, conhecida por D. Zuliquinha e desejar-lhe parabéns e felicidades pelo aniversário nesta data.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Antônio Leite.

Passo a palavra para o Senador Eduardo Suplicy, pelo tempo que S. Ex^a entender necessário para concluir seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta Heloísa Helena, Srs. Senadores, Senador Antônio Leite, em primeiro lugar, diante da comunicação feita por V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena, quero transmitir a minha solidariedade e preocupação porque é inadmissível que, em função da combatividade, da atuação de qualquer de nós Senadores, estejam pessoas, não sabemos quem, a ameaçar aqueles que receberam a legitimidade do voto popular para aqui realizar um trabalho que cada um de nós, Senadoras e Senadores, consideramos defender o interesse público.

E, na medida em que houve telefonemas a V. Ex^a, com ameaças as mais diversas a seus familiares e a V. Ex^a mesma, considero importante que possa o Ministério da Justiça, por meio do Ministro Márcio Thomaz Bastos, a Polícia Federal, na pessoa do Dr. Paulo Lacerda, tomar as medidas necessárias que resguardecam a segurança de V. Ex^a e de sua família.

Sr^a Presidente, neste último sábado, à noite, chegou uma notícia terrível para uma família no Brasil e que ainda repercute sobre todos nós brasileiros. Todo o Brasil levou um susto. O rapaz morto pela polícia inglesa, no metrô de Londres, era Jean Charles de

Menezes, que tinha nome inglês mas era um brasileiro de 27 anos, que nada tinha a ver com atentados terroristas. Ele era eletricista.

Obviamente, somos solidários aos ingleses, à população de Londres, que é formada por pessoas de diversas partes do mundo. Certamente, somos solidários às vítimas do terror e condenamos toda ação de terror. Mas, depois do atentado que matou dezenas de pessoas e feriu centenas, praticado por terroristas suicidas que explodiram várias bombas no metrô londrino, A Scotland Yard, conhecida pelos métodos investigativos e por só portar armas em último caso, mudou seu sistema. Na suspeita, atira e, depois, verifica quem é a vítima. Essa prática nos obriga a pensar que a polícia de um país desenvolvido está buscando inspiração em métodos de países não desenvolvidos.

Não bastasse a perseguição de que se queixam os muçulmanos e imigrantes de países árabes numa cidade multirracial como Londres, a morte de Jean Charles de Menezes mais parece um caso exemplar para demonstrar que os policiais não estão mais para a polidez e a educação, mas, sim, para a caça aos terroristas, numa verdadeira guerra. Guerra, aliás, que o Reino Unido ajudou a fazer contra um país árabe, o Iraque, desde o início da ocupação daquele país em 2003.

Não se sabe ao certo o número de mortos civis iraquianos, mas a imprensa registra que passam de 20 mil. A contabilidade dos soldados mortos da coalizão liderada pelos Estados Unidos, da qual faz parte o Reino Unido, é bem menor. Isso naturalmente não explica nem justifica atentados de homens-bomba contra a população civil inocente, seja de onde for, de Madri, seja de um lugar de turismo do Egito, seja de Londres.

O terrorismo é uma praga tão grande ou pior do que a guerra declarada, porque não avisa, porque trai a humanidade ao acabar com a vida dos que não são responsáveis pelos atos dos Governos dos seus países. Mas nenhuma análise, lamento, racionalização sobre a guerra explicará à mãe, ao pai, à noiva de Jean Charles a sua morte com vários tiros na cabeça. Seu primo, Alex Pereira, que vivia com ele em Londres, deu entrevistas aos jornais, apareceu na tevê emocionado e chamou a atenção para o fato de Jean ser, como ele e tantos milhares de outros, um brasileiro pobre que, diante da impossibilidade de abrir um caminho na vida no Brasil, procurou um outro país onde pudesse ter alguma oportunidade.

Jean chegou a tentar um visto para os Estados Unidos. Não conseguiu e foi para a Inglaterra, onde achava que igualmente seus conhecimentos de eletricidade poderiam ser compensados. Segundo sua família, ele não conseguia emprego. Jean Charles era de Gonzaga, uma pequena cidade mineira na região de Governador Valadares, que tem um terço da sua população morando no exterior – uma cidade de pouco mais de cinco mil habitantes.

Na tevê, seus pais dizem que desde menino chamava a atenção pela inteligência, e por isso fizeram questão que estudasse um pouco mais. Não completou o segundo grau, e fez o curso de eletricidade por correspondência. Precisou trabalhar desde cedo para ajudar a família de agricultores humildes. E era dele que os familiares “esperavam alguma coisa, uma vida um pouco melhor do que essa pobreza toda”, como disse o pai, o Sr. Matosinhos, nos jornais de hoje de manhã, mostrando a casa simples.

O Primeiro-Ministro Tony Blair, também hoje cedo, lamentou profundamente a morte de Jean Charles, que reconheceu ser inocente. Prometeu uma investigação profunda, dizendo em seguida que a *Scotland Yard* está fazendo seu trabalho em circunstâncias muito difíceis. Pouco antes, os porta-vozes da polícia inglesa diziam que continuarão a agir da mesma forma quando suspeitarem de alguém.

No caso de Jean Charles, ele passou a ser suspeito por morar em um bairro de operários pobres, onde também residem muitos imigrantes árabes. A suspeita aconteceu por ele usar, na sexta-feira, um agasalho de nylon alcochoado –segundo os policiais, “impróprio para a temperatura daquele dia”, o que os levou a acreditar que estivesse carregando bombas. Mas nas fotos do local vê-se a população com agasalhos, capas e guarda-chuvas. Chovia em Londres. É verão lá, agora, mas quente como estamos acostumados também não é.

Jean Charles teria corrido ao ser perseguido – dizem os policiais. Mas quem é que teria ficado parado ao ter atrás de si cerca de vinte policiais que gritavam, chamando-o de terrorista? Hoje chegaram notícias de que o visto de permanência de Jean na Inglaterra estava vencido, e talvez por isso ele tivesse corrido. Seu primo Alex nega. Os brasileiros que moram em Londres e que o conheciam também negam. Dizem que os documentos estavam em ordem. Ontem eles fizeram uma passeata protestando contra a polícia inglesa. Levaram a bandeira do Brasil e cantaram o

Hino Nacional em frente ao prédio da *Scotland Yard*, mesmo embaixo de chuva. As matérias de TV diziam que, constrangidos, os policiais ingleses permitiram que os brasileiros chegassem ao local, coisa que normalmente não é permitida.

Jean Charles é o personagem real e trágico de um novo costume entre nós: o do jovem que é obrigado a deixar seu país por falta de perspectiva.

A família de Jean Charles quer processar o Governo britânico. Alex e outros três primos dele receberam uma visita da advogada Gareth Pierce, conhecida batalhadora pelos direitos humanos. O Ministro Celso Amorim já se encontrou com seu colega inglês Jack Straw para tratar do caso. O corpo do rapaz mineiro deve chegar ao Brasil nos próximos dias. São providências de praxe.

Enquanto isso, nós aqui ficamos pensando em quantos Jean Charles, rapazes bons e cheios de sonhos, estamos perdendo. Com certeza ele seria muito mais útil no Brasil. É que ele tinha talento – aliás, quantos talentos estamos perdendo ao não criarmos oportunidades para que esses meninos se desenvolvessem no Brasil? O talento de Jean Charles foi descrito por sua mãe, que chorava na TV, mas ao mesmo tempo falava com orgulho do filho: “Antes de aprender o bê-á-bá ele já sabia juntar os fiozinhos da luz”. Que sua alma tenha, agora, toda a luz que ele merece. E que Deus nos ilumine para entender – mas não aceitar – a morte de Jean Charles.

Sr^a Presidente, quero aqui apresentar um requerimento, secundando o que foi apresentado pelo Senador Arthur Virgílio, nos termos dos arts. 218, inciso VII, e 221, do Regimento Interno, de inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Jean Charles de Menezes, bem como a apresentação de condolências à sua família.

Mas, quero ainda refletir sobre o que tem sido a consequência dessa guerra, iniciada em 2003 pelo Governo dos Estados Unidos, com o apoio do Governo do Reino Unido, e dos governos de outros países, como a Espanha – cujo povo inclusive acabou protestando contra, severamente, com consequências políticas para o Governo da Espanha de então –, como a Austrália e outros, que apoiaram a ação dos Estados Unidos da América.

Felizmente, o Governo brasileiro, com o apoio do Congresso Nacional, não apoiou a ação de ocupação do Iraque. Fico pensando: será que os Governos dos Estados Unidos e do Reino Unido ainda não aprende-

ram o suficiente para perceber que um outro caminho se faz necessário para propiciar condições de efetiva realização de justiça e de democracia ali no Iraque?

O Governo dos Estados Unidos, que, primeiramente na história, veio a fortalecer o Governo de Saddam Hussein para que este realizasse uma guerra contra o Irã, depois acabou se tornando um dos seus principais inimigos e algozes, a ponto de derrubá-lo por meio de uma ação armada, e estranhamente numa circunstância em que os povos de quase todos os países do mundo alertavam para que não se fizesse pressão sobre Saddam Hussein por meios bélicos.

Havia um extraordinário potencial, ao final de 2002 e 2003, porque, por quase todas as grandes cidades do mundo, a população se movia em protesto solicitando às autoridades norte-americanas que não usassem a força das bombas, que vieram a destruir Bagdá e tantas outras cidades do Iraque. Entretanto, naquele primeiro semestre de 2003, o Governo dos Estados Unidos resolveu que era necessário derrubar Saddam Hussein não pela pressão da opinião pública internacional, que poderia, acredito, chegar às ruas de Bagdá e das demais cidades iraquianas pelo movimento de energia que se dava pelo mundo em favor da democratização do Iraque por meios pacíficos, mas acabou havendo aquela multiplicidade de bombardeios que causou a morte de milhares de pessoas – não sabemos exatamente quantas – e a destruição de um capital físico importante para o Iraque. E, desde então, tivemos mortes umas após outras; tivemos a perda de nosso representante, Sérgio Vieira de Mello, que foi morto em atentado; a morte de inúmeras outras pessoas que, inocentes, estão sendo quase que diariamente mortas por atentados em função de não se ter descoberto ainda um meio de pacificar aquele país.

Lembro-me que, na minha correspondência com o Sérgio, eu havia proposto a ele que pudesse sugerir aos iraquianos a instituição de um sistema semelhante àquele que existe no Alasca, para que todas as pessoas no Iraque se sentissem participantes da riqueza daquele país. Ele se entusiasmou pela proposição. Desde então, entretanto, não temos tido notícia sobre o avanço da mesma.

Mas acredito, Sr^a Presidente, que a solução para esse tipo de problema, a resolução do problema da violência tem muito a ver com o modo como resolveremos, sobretudo, a problemática da falta de justiça e efetiva representatividade em cada um dos países do mundo, inclusive ali, no Iraque, no Oriente Médio,

porque a falta dessas condições é que acaba motivando tragédias como a que causou a morte de Jean Charles de Menezes. Portanto, encaminho à Mesa o requerimento de pesar pela sua morte.

Espero que, no diálogo do Ministro Celso Amorim com o Ministro Jack Straw e, se possível, do Ministro Celso Amorim com o Ministro Tony Blair, haja uma reflexão importante e que a autoridade brasileira, pela voz do Ministro Amorim, efetivamente, exija das autoridades do Reino Unido uma explicação que possa significar conforto para a família de Jean Charles de Menezes.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 797, DE 2005

Requeiro, nos termos dos artigos 218, inciso VII e 221 do Regimento Interno inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Jean Charles de Menezes, bem como a apresentação de condolências à sua família.

Justificação

A notícia chegou no sábado à noite e todo o Brasil levou um susto: o rapaz morto pela polícia inglesa, no metrô de Londres, era Jean Charles de Menezes, que tinha nome inglês mas era um brasileiro de 27 anos, e nada tinha a ver com atentados terroristas. Ele só era um trabalhador, um eletricitista.

Depois do atentado que matou dezenas de pessoas e feriu centenas, praticado por terroristas suicidas que explodiram várias bombas no metrô londrino, a Scotfand Yard, conhecida pelos métodos investigativos e só portar armas em último caso, mudou seu sistema. Se suspeitar, atira. E depois verifica quem é a vítima. Não bastasse a perseguição de que se queixam os muçulmanos e imigrantes de países árabes numa cidade multiracial como Londres, a morte de Jean Charles demonstra que os policiais “à caça de terroristas”, numa verdadeira guerra.

Guerra, aliás, que a Inglaterra ajuda a fazer contra um país árabe, o Iraque, desde o início da ocupação no ano retrasado. Não se sabe ao certo o número de mortos civis iraquianos, mas a própria imprensa americana registra que passam de 20 mil. A contabilidade dos soldados mortos da coalizão liderada pelos Estados Unidos, da qual faz parte a Inglaterra, é muito,

muito menor. A prática do terrorismo, como vemos atualmente, tem sua origem na não-realização de justiça em vários países do Oriente Médio e outras nações islâmicas. O caminho escolhido pelos Estados Unidos e Inglaterra, além da Itália, pode não ter sido o mais adequado. Isso, naturalmente, não explica nem justifica atentados de homens-bomba contra a população civil inocente, seja onde for. O terrorismo é uma praga tão grande quanto a guerra declarada que atinge civis, porque trai a humanidade ao acabar com a vida dos que não são responsáveis pelos atos dos governos dos seus países.

Mas nenhuma análise, lamento ou racionalização sobre a guerra explicará à mãe, ao pai e à noiva de Jean Chearles a sua morte, com vários tiros na cabeça. Seu primo, Alex Pereira, que vivia com ele em Londres, deu entrevistas aos jornais, apareceu na IV emocionado, e chamou atenção para o fato de Jean ser como ele e tantos milhares de outros, um brasileiro pobre que, diante da falta de trabalho no Brasil, procurou outro país onde pudesse ter alguma oportunidade. Jean chegou a tentar um visto para os Estados Unidos. Não conseguiu e foi para a Inglaterra três anos atrás, onde achava que, igualmente, seus conhecimentos de eletricidade poderiam ser compensados. Segundo sua família, ele não conseguia emprego.

Jean Charles era de Gonzaga, uma pequena cidade mineira na região de Governador Valadares, que tem um terço de sua população morando no exterior. Na TV, seus pais dizem que desde menino chamava atenção pela inteligência, e por isso fizeram questão que estudasse um pouco mais. Não completou o segundo grau, e fez o curso de eletricidade por correspondência. Precisou trabalhar desde cedo para ajudar a família de agricultores humildes. E era dele que os familiares “esperavam alguma coisa, uma vida um pouco melhor do que essa pobreza toda”, como disse o pai, o senhor Matozinhos, nos telejornais de hoje de manhã, mostrando a casa simples.

O primeiro-ministro Tony Blair, também hoje cedo, lamentou a morte de Jean Charles, que reconheceu ser inocente. Prometeu uma investigação profunda, dizendo em seguida que a Scotland Yard está fazendo seu trabalho em circunstâncias muito difíceis. Pouco antes, os porta-vozes da polícia inglesa diziam que continuarão a agir da mesma forma quando suspeitarem de alguém.

No caso de Jean Charles, ele passou a ser suspeito por morar num bairro de operários pobres, onde

também residem muitos imigrantes árabes. A suspeita cresceu por ele usar, na sexta-feira, um agasalho de nylon acolchoado – segundo os policiais, “impróprio para a temperatura daquele dia”, o que os levou a acreditar que estivesse carregando bombas. Mas nas fotos do local vê-se a população com agasalhos, capas e guarda-chuvas. Chovia em Londres. E verão lá, agora, mas quente como estamos acostumados também não é. Um agasalho em Londres é mais que razoável. Falou-se também em mochila suspeita. Ora, é na mochila que os operários levam suas ferramentas de trabalho, e era isso que ele carregava. Não, não bastam esses argumentos para justificar a morte desse rapaz de Minas.

Jean Charles teria corrido ao ser perseguido – dizem os policiais. Mas quem é que teria ficado parado ao ter atrás de si cerca de vinte policiais que gritavam, chamando-o de terrorista? Hoje chegaram notícias de que o visto de permanência de Jean na Inglaterra estava vencido, e talvez por isso ele tivesse corrido. Seu primo Alex nega. Os brasileiros que moram em Londres e que o conheciam também negam. Dizem que os documentos estavam em ordem. Ontem eles fizeram uma passeata protestando contra a polícia inglesa. Levaram a bandeira do Brasil e cantaram o hino nacional em frente ao prédio da Scotland Yard. As matérias de TIV diziam que, constrangidos, os policiais ingleses permitiram que os brasileiros chegassem ao local, coisa que normalmente é proibida.

Jean Charles é o personagem real e trágico de um novo costume entre nós: o do jovem que é obrigado a deixar seus pais por falta de perspectiva.

A família de Jean Charles quer processar o governo britânico. Alex e outros três primos dele receberam a visita da advogada Gareth Pierce, conhecida batalhadora pelos Direitos Humanos. O ministro Celso Amorim já se encontrou com seu colega inglês Jack Straw para tratar do caso. O corpo do rapaz mineiro deve chegar ao Brasil nos próximos dias. São providências de praxe.

Enquanto isso, nós aqui ficamos pensando em quantos Jean Charles, rapazes bons e cheios de sonhos, estamos perdendo. Com certeza ele seria muito mais útil no Brasil. E que ele tinha talento – aliás, quantos talentos estamos perdendo ao não criar oportunidades para que esses meninos se desenvolvam no Brasil? O talento de Jean Charles foi descrito por sua mãe, que chorava na TV, mas ao mesmo tempo falava, com orgulho, do filho: “Antes de aprender o be-a-bá ele já sabia juntar os fiozinhos da luz”. Que sua alma tenha, agora, toda a luz que ele merece. E que Deus nos ilumine para entender – mas não aceitar – a morte de Jean Charles.

Sala das Sessões, 25 de julho de 2005. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-SOL) – A Mesa encaminhará o requerimento de V. Ex^a, Senador Suplicy. Compartilhamos da sua solidariedade que, como sempre, é capaz de expressar nesta Casa a solidariedade a todos, dos mais simples, vítimas de violência, na favela mais pobre do Estado de Alagoas, até os filhos do Brasil que, infelizmente, às vezes, são jogados, achando que estão desbravando os caminhos do mundo, em outros países. Quero compartilhar com a solidariedade de V. Ex^a.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra e Flexa Ribeiro enviaram discursos à Mesa alusivos ao presente evento, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e o §2º do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde intitulado “A engenharia da crise”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 10 de julho do corrente.

Segundo a autora, a chave para entender a atual crise vem de uma frase dita pelo Deputado Roberto Jefferson após uma reunião de líderes no Congresso, em 9 de julho de 2003: “Esses caras (PT) precisam da gente, mas não querem ouvir, discutir e acham que compram todo mundo. No fundo, têm nojo da gente”. Para o PT há uma diferença entre os puros (eles) e os impuros (os outros) e os puros precisam apenas comprar os impuros. O primeiro erro deles é esquecer que nem todos os impuros são “compráveis” e o segundo, é esquecer que comprar serviços é normal, mas comprar consciências é bem diferente.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

A engenharia da crise

BRASÍLIA - No dia 9 de julho de 2003, sete meses depois da posse de Lula, eu e um colega da Folha almoçamos com a cúpula do PTB. Roberto Jefferson chegou atrasado, quase na sobre-mesa, saindo de uma reunião de líderes governistas no Congresso. Estava irritado e disse algo assim:

“Esses caras [do PT] precisam da gente, mas não querem ouvir, discutir e acham que compram todo mundo. No fundo, têm nojo da gente”.

Está aí a chave para entender os atuais escândalos, que chegam a um limite insuportável. Para o PT, o mundo é dividido em puros (eles próprios) e impuros (todos os demais) e é só comprar os impuros. Que, aliás, não estão apenas no Congresso.

É um erro irreparável, porque:

1 - Há impuros que só pensam em dinheiro, mas nem todos. Uns querem dividir o poder, os cargos e as emendas; outros insistem em participar das decisões; e há, ainda, os que exigem tudo isso ao mesmo tempo.

2 - Para comprar os impuros, é preciso dinheiro. Como eles são tantos e estão em todas as partes, só montan-

do uma verdadeira máquina de fazer dinheiro. É aí que entra o agora famoso Marcos Valério, que faz e desfaz empresas, tem contratos do arco-da-velha com o governo, viaja por aí com malas cheias de notas e frequenta palácios.

O fio da meada foi o “mensalão” para políticos, mas Valério fez depósitos de R\$ 900 mil para um procurador e não será surpresa se surgirem fiscais, juizes e jornalistas no meio. Pagar por serviços é normal. Comprar consciências é bem diferente.

Os empréstimos bancários para o PT e as pilhas de dinheiro na mala é na cueca de um assessor de um deputado petista, irmão de Genoino, são peças que vão se encaixando. Antes, ouvia-se falar em “malas pretas”. Agora, têm-se até fotos delas.

Não bastasse, o discurso Lula na posse dos ministros do PMDB, falando de cáries, pinga e sexo, deixou uma sensação perturbadora no ar. Foi, literalmente, de dar dó. Um mar de lama, um oceano de tristeza.

@→ elianec@uol.com.br

FOLHA DE SÃO PAULO, 10.07.05

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Corrupção – O custo dessa praga para os negócios e para o País”, publicada na revista **Exame**, em sua edição nº 847 de 20 de julho do corrente.

A matéria mostra que o Brasil hoje ocupa a 59ª posição num ranking internacional de corrupção. Mostra, também, pesquisas apontando, por exemplo, que 70% das empresas gastam até 3% do faturamento anual com propinas. Estudiosos afirmam que uma das hipóteses para explicar o avanço da corrupção no Brasil é o tamanho do Estado; quando a máquina estatal assume

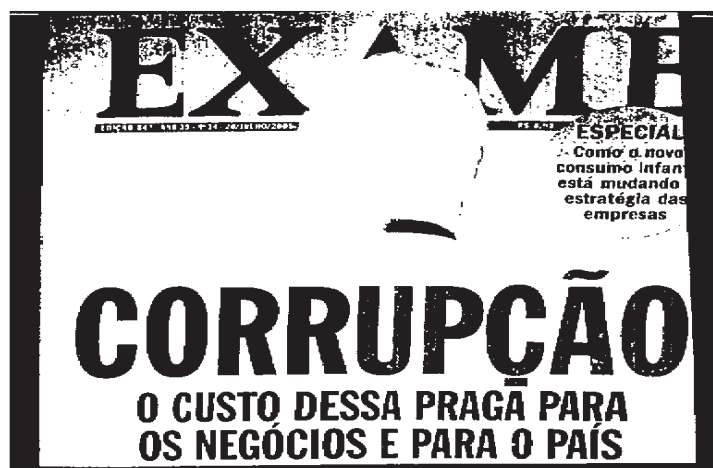
dimensões como a do atual governo do PT, é quase inevitável a interferência na iniciativa privada.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



O tamanho do problema

Pesquisas mostram como a corrupção atrapalha o ambiente de negócios do país

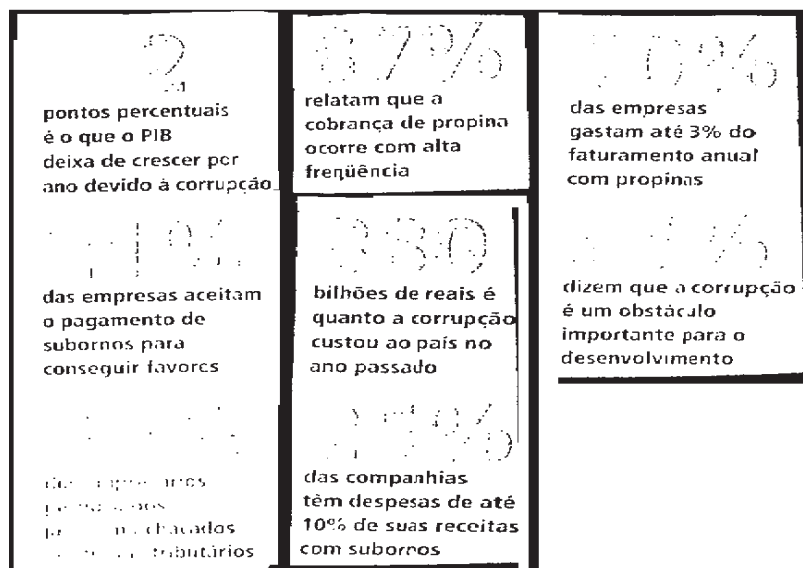


Capa competitividade

O pagamento de propinas e outras práticas ilegais barram os investimentos e fazem a economia do país deixar de crescer 2 pontos percentuais todos os anos

DEBATES ANAIS-ORGANIZANTE DO PAÍS sobre a corrupção e suas consequências viveram tão acalorados. A crise política — com denúncias de pagamento de mensalaço a parlamentares, queda de ministros, malabarismos de gabinete e recrudescência de que tais — virou o assunto do dia no governo, na imprensa, entre analistas e empresas. E assim quando a corrupção virou assunto de fundo nacional.

Ela, porém, é uma corrupção quase subterrânea, que proliferou em todos os níveis da economia brasileira, que vai da pequena e de importância e que nos vicia um fantástico e ilusório negócio sobre a competitividade no país. A propósito de EXAME, o economista Marcos Fernandes — coordenador da escola de economia, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e autor do livro *A Economia Política da Corrupção no Brasil*, calculou o impacto desse mal no crescimento do país. O resultado é impressionante. O Brasil hoje ocupa a 59ª posição num ranking internacional de corrupção (nessa ranking, a Finlândia, o país menos corrupto, ocupa o primeiro lugar). O Brasil perde para Botswana e Somália. Se o país conseguisse atingir o patamar do Brasil Unidos, o 15º mais



bem posicionado nessa lista, ganharia a cada ano 2 pontos percentuais de crescimento econômico. É muita coisa. Significa afirmar que, hoje, a economia brasileira poderia crescer num ritmo anual de 6% — semelhante ao invejável desempenho da Índia. Posto de outra forma, significa dizer também que, se há dez anos os níveis de corrupção brasileiro e americano estivessem equiparados, o PIB nacional ao ano passado teria sido 380 bilhões de reais maior.

Trata-se de um resultado assustador, que se explica facilmente. O desrespeito às leis, a falta de transparência nos contratos, um sistema judiciário pouco confiável e a burocracia entouquecedora reduzem as chances de retorno dos investimentos ou simplesmente afugentam o capital. Com menos investimentos, há menos crescimento. “A corrupção é provavelmente o maior problema que o Brasil terá de encarar se quiser crescer”, diz o financista americano Mark Mobius, um dos homens mais ricos do mundo e um dos maiores especialistas em mercados emergentes, com mais de 3 bilhões de dólares aplicados no Brasil. “É preciso inspirar confiança nos investidores.”

Talvez seja esse o maior dos males da corrupção disseminada — ela rouba de forma acintosa a confiança do mercado no sistema e faz com que ele se deteriore. De acordo com a mais recente pesquisa da ONG Transparência Brasil, metade das empresas consultadas já foi vítima de achques. Nos setores mais afetados, as propinas consomem até 10% da receita anual.

Contam-se às dezenas os episódios relacionados à corrupção que evidenciam o efeito devastador da ilegalidade no mundo dos negócios. Tome-se o exemplo da multinacional Actelion, do setor farmacêutico. A companhia aguarda desde 2003 a liberação oficial para a venda do Tracler, um remédio contra hipertensão pulmonar. No dia 30 de agosto de 2004, a empresa foi surpreendida pela visita de uma pessoa que se identificou como “Márcio, do Ministério da Saúde”, portador de uma pasta para acelerar a solução do caso. Seguindo ele, tirar o processo dos escaninhos do Ministério da Saúde seria simples, ir não sairia de graça. A Actelion resolveu denunciar o achaque. No início de setembro, executivos e advogados da empresa apresentaram a denúncia a funcionários do gabinete do então ministro Humberto Costa e, dois meses mais tarde, ao próprio ministro, numa audiência. Levaram cópia da identidade do achacador e até sua foto tirada na portaria do prédio. Ficou constatado que o tal Márcio era realmente funcionário do ministério. Humberto Costa expediu um ofício em

11 de novembro dando dez dias de prazo para que o processo voltasse a andar e mandou enviar a papelada à Polícia Federal. Nove meses depois do episódio, Costa já deixou o ministério, mas o medicamento não foi liberado e as investigações na PF ainda nem começaram. Há três anos no Brasil, a Actelion não conseguiu vender nem uma caixa de remédio sequer e cogita fechar suas portas.

Os estudiosos do tema arriscam algumas hipóteses para explicar o avanço da corrupção no Brasil. Uma primeira causa diz respeito ao tamanho e funcionamento do Estado. Atualmente, o setor público consome quase 40% da renda nacional, um recorde absoluto entre os países emergentes. Quando a máquina estatal assume tais dimensões, é quase inevitável a interferência — lícita e ilícita — na iniciativa privada. Para complicar, o Estado brasileiro não é apenas exagerado, mas também extremamente burocratizado. Foi o que mostrou o último relatório do Banco Mundial sobre o ambiente de negócios. O retrato produzido pelo corpo técnico do banco mostra o Brasil como um paraíso da burocracia. Cada vez que um empresário brasileiro precisa de um carimbo oficial — para alvará, para empresa, para exportar, para contratar, para conseguir uma licença —, se vê preso a um emaranhado legal só comparável ao de alguns países africanos. “O Brasil tem um dos piores ambientes de negócios do mundo, e isso favorece a corrupção”, diz o economista Simeon Djankov, responsável pela pesquisa do Banco Mundial. “Sempre que o sucesso depende de um agente público, o campo para desvios de conduta é fértil.”

Foi o que experimentou, por exemplo, o setor varejista na época da instalação do código de barras nos produtos. Em maio de 1998, cinco executivos foram convidados a expor as vantagens do novo sistema — usado em todos os países desenvolvidos — a um alto funcionário do governo. Duas semanas depois, foram surpreendidos com um despacho administrativo obrigando as empresas a usar a etiquetagem antiga, feita manualmente unidade por unidade. Na época, os comerciantes, principalmente os das grandes redes de supermercados, reclamaram. Além do retrocesso tecnológico, a volta das etiquetas de preços representaria um custo adicional. “Aquilo era um absurdo, cheirava mal. Fomos contra desde o início”, diz um dos executivos que participaram do encontro. A surpresa maior, contudo, ainda estava por vir. Cerca de dez dias depois da publicação da portaria, os executivos do varejo foram procurados por um representante de um escritório de advocacia de Alagoas. O advogado ofereceu “serviços” e disse que se cobrava se obtivesse um resultado favorável, prática conhecida como *success fee*. Logo em seguida, emendou: “É claro que teremos sucesso. Vencemos facilidades de-

Como se proteger dos ataques

Veja o que algumas empresas estão fazendo para evitar cair na rede de corrupção:

- 1 Dividir o poder entre vários executivos e deixar claro que nenhum deles pode tomar decisões sozinho. Quem aborda uma companhia em busca de dinheiro prefere ter apenas um interlocutor
- 2 Pedir nota fiscal quando são convidadas a fazer contribuições para campanhas. Se o dinheiro puder ser rastreado, muita gente desiste de achacar a empresa
- 3 Manter em dia obrigações fiscais e trabalhistas. Qualquer vulnerabilidade pode estimular políticos corruptos (ou seus representantes) a abordar a empresa
- 4 Mapear internamente as áreas mais sujeitas a ataques (o setor de compras, por exemplo) e fazer um controle rígido desses departamentos
- 5 Se possível, evitar negócios com governos. Em contratações públicas é comum a cobrança de propina — desde o processo de licitação até a liberação de pagamentos por serviços prestados

pois que as dificuldades foram criadas por nossos parceiros". Pela facilidade em que o talão, pediu 15 milhões de reais. Após a negativa, o preço foi reajustado para 5 milhões de reais. Os executivos não aceitaram a proposta e decidiram entrar com luminárias em cada estado do país para não ter de voltar a etiquetar seus produtos. A portaria só foi extinta em definitivo em outubro de 2004.

O exemplo citado da pista de como se pode vencer — ainda que parcialmente — a corrupção na relação entre governos e empresas. É fundamental atacar a burocracia para diminuir o raio de ação da ilegalidade. Esse caminho tem sido trilhado com sucesso por muitos países. Em Cingapura, é possível abrir uma empresa em menos de uma semana — e a corrupção envolvida no processo é virtualmente zero. O mesmo procedimento no Brasil leva 152 dias e passa pelas mãos de dezenas de pessoas.

Além de reduzir a burocracia, também é fundamental prover a população com o máximo de informação possível. A internet pode ser uma ótima aliada na hora de esclarecer todos os passos e os custos envolvidos num processo público. Ela também é útil para permitir compras governamentais com transparência e evitar situações como a ocorrida no Paraná, no final de junho. Na ocasião, a polícia prendeu o presidente da associação local de empreiteiros, Emerson Gava, e mais 22 empresários e políticos acusados de fraudes em licitações no valor de 1 bilhão de reais.

No Brasil, o estado de São Paulo já realiza compras pela internet, o que permitiu uma redução de 36% no custo de 700 viaturas compradas para a polícia. Outra medida adotada em vários países é a criação de uma forma ágil de denunciar tentativas de suborno. "Só a divulgação de um número de telefone sigiloso para denúncias tem feito a corrupção despencar em vários países", diz Djankov, do Banco Mundial.

No Brasil, a corrupção também prospera graças à complexidade da legislação e à pouca confiabilidade da Justiça. "O sistema judiciário do país deve ser reformado para se tornar honesto, justo e seguro para todos os cidadãos", diz o investidor Mobius. O país tem muitas leis, algumas contraditórias entre si, o que deixa brechas e, muitas vezes, impede uma operação 100% legal. Abre-se, assim, um atalho para a corrupção e para os vendedores de facilidades. A mais recente denúncia nesse campo trata de um suposto esquema de caixinha envolvendo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e os fiscais do INSS. A propina seria paga por empresas interessadas em evitar a fiscalização. A Firjan nega a existência do esquema.

Uma grande empresa do setor de infraestrutura foi recentemente multada em 10 milhões de reais por uma nota fiscal emitida sem data. "A autuação nos pareceu totalmente desmedida, por isso nos queixamos", diz seu presidente. "Dias depois, recebemos um telefonema de um escritório de advocacia insinuando que uma

solução poderia ser negociada." Mediante, claro, o pagamento da famosa caixinha. Como a empresa não se rendeu à propina, o processo segue na Justiça. "A atual legislação dá poderes demasiados ao Estado", diz o advogado Floriano Peixoto de Azevedo Marques, professor de direito da USP. "Muitos membros do governo usam isso para interferir nas concorrências, direcionando as licitações."

Além de processos de compra viciados, a burocracia do Estado colabora para o surgimento de uma gestão alternativa em algumas empresas. "É quase impossível receber em dia sem pagar propina", diz Marques. Note a distorção: em alguns casos de processos sérios de licitação, não basta ao empresário entregar o melhor produto pelo melhor preço. É preciso pagar para receber aquilo a que tem direito. O resultado é o aumento de custos. Empresários que participam de licitações embutem em suas propostas um provisionamento para cobrir atrasos e pagar subornos. Isso cria um círculo vicioso. "Os políticos vêem um preço maior e querem ganhar mais", afirma Marques.

O advogado já teve clientes que passaram por problemas de corrupção e constataram que as práticas ilícitas se tornaram a regra do jogo. "O dia-a-dia dos negócios com o governo é contaminado, mesmo quando se trata de empresas idôneas", afirma. Um empresário paulista do setor de tecnologia diz viver constantemente esse tipo de situação. Depois de desistir de fabricar

parte de seus produtos no Brasil devido à alta carga tributária e às dificuldades criadas pela burocracia, ele decidiu importar as mercadorias da China. Tudo dentro da lei, com impostos recolhidos e guias preenchidas corretamente. Mesmo assim e compelido a pagar propinas. Os fiscais alfandegários têm até cinco dias úteis para liberar os produtos e sabem que seus donos têm pressa para cumprir prazos com os clientes. "Eles dizem abertamente: se não pagarmos, atrasarão o processo até o limite. Então, pagamos", afirma o empresário.

Seria ingenuidade dizer que esse tipo de problema acontece apenas em países como

o Brasil. A corrupção é um mal globalizado. O que difere economias como a nossa é a frequência com que casos como esses ocorrem, a participação maciça de representantes do Estado e o tamanho dos danos provocados por esse volume brutal de problemas. Outra diferença está na rapidez com que certos países desenvolvidos buscam soluções para as crises, quando elas vêm à tona. Em 2001, fraudes contábeis na então gigante do setor energético Enron levaram uma dezena de executivos para a cadeia, acusados de maquiar os balanços da companhia para desviar centenas de milhões de dólares. Até então uma das estrelas de Wall Street, seu colapso fez com que milhares de americanos perdessem o dinheiro que investiram em ações. A descoberta do golpe trouxe à tona casos semelhantes de fraudes em balanço. Em poucos meses, o governo americano baixou um pacote de medidas para evitar que novos casos como o da Enron abalassem a economia e os negócios.

Mais recentemente, quatro altos executivos da alemã Volkswagen se viram forçados a pedir demissão depois que um dos maiores escândalos corporativos da Europa foi descoberto, envolvendo desvio de dinheiro, suborno de sindicalistas e até pagamento de prostitutas com dinheiro da montadora. Em troca da promessa de instalação de supostas novas fábricas em países como a Índia, os executivos pediam uma comissão. Durante a investigação, detalhes picantes fo-

ram descobertos. Chefe do selho de trabalhadores da na Alemanha desde 1990, R. Volkert foi demitido depois a imprensa alemã revelou que manteve um caso extraconjugal com uma brasileira, iniciada em 1998, com todas as despesas, no passagens aéreas, hotéis e restaurantes de alto nível, corre por conta da companhia. Em julho foi a vez de o diretor mundial de recursos humanos da montadora, Peter Hartz, renunciar ao cargo depois de ter seu nome envolvido nos desvios de dinheiro e de conduta.

Na Espanha, o Ministério Público pediu a prisão do atual presidente da Telefónica, Cesar Alierta. Ele é acusado de ter usado informações privilegiadas em 1999 época em que comandou a Telefonos de España, uma das maiores fi-

O BRASIL
APARECE NA

59ª

POSICAO
DO RANKING
DA CORRUPÇÃO,
ATRAS DE PAISES
COMO BOTSUANA
E SURINAME

bricantes européias de cigarro. Alierta comprou 50 000 ações da empresa por 2,3 milhões de euros e pouco depois vendeu as mesmas ações por 4,2 milhões de euros. Segundo a promotora, Alierta sabia que a Tabacalera compraria uma empresa americana e que os preços dos cigarros subiriam, o que elevaria a cotação das ações.

São exemplos que mostram o desafio que o Brasil tem pela frente. Se nem mesmo nações com instituições sólidas estão isentas de escândalos, é evidente que o problema por aqui é muito mais grave. Mas não há alternativa senão enfrentá-lo — e nesse sentido a atual crise pode até fornecer um incentivo extra. Das pragas que assolam o mundo empresarial, a corrupção é a que acarreta maiores seqüelas, por contaminar a cultura, abu-

lar a auto-estima dos funcionários, manchar a imagem das empresas e impedir o crescimento do país. Combatê-la é colocar um visto a mais no passaporte para entrar no grupo das economias desenvolvidas. ■

Com reportagem de Cristiane Correa,
Alain Gaspar e Suzana Naiditch

No Portal EXAME, leia mais sobre a
influência da corrupção na economia

Os sem-concurso

Excesso de funcionários indicados —
e pouco vigiados — na máquina pública
expõe o risco maior de desvio de conduta

A máquina pública brasileira é prolífica na contratação de funcionários sem concurso para cargos de confiança. Só a administração federal abriga mais de 19 000 desses cargos de livre nomeação, com salários que vão de 1 200 a 7 500 reais. É um contingente que causa espanto quando cotejado com o de países desenvolvidos e reconhecidos pela disciplina na gestão de suas máquinas públicas. O governo americano destina 701 vagas para gente fora da carreira. O inglês, apenas 120. Para acomodar novos ministros e secretarias criadas, o governo petista aumentou em 6,7% o número de cargos de confiança em relação ao início da década. Foram recrutados mais 1 200 funcionários sem nenhum tipo de seleção — bastou o aval de quem os indicou. "São pessoas mais compromissadas com seu chefe político do que com o serviço público", afirma o procurador do Trabalho Fábio Leal Cardoso, coordenador da Conap, órgão responsá-

vel pelo combate às irregularidades na gestão pública. Com o aumento desse contingente crescem também a tentação de um aparelhamento político do Estado e as chances de desvios de conduta.

É compreensível que uma nova administração troque os ocupantes dos postos-chaves. No caso do governo petista, contudo, a dança de cadeiras ganhou declarado contorno de limpeza ética, no qual funcionários considerados "tucanos" foram substituídos por "petistas". Alvejado por críticas pelo loteamento político do Instituto Nacional do Câncer (Inca), o então ministro da Saúde Humberto Costa disse que, para trabalhar no governo do PT, é preciso tomar partido. "Vamos governar com inimigos?", indagou, durante um fórum com secretários de Saúde do PT, em 2003. "Vamos continuar a trabalhar com gente competente, mas que tenha lado."

Estatísticas do Ministério do Planejamento mostram que quase um terço dos cargos de confian-

ça é ocupado por pessoas sem vínculo com o serviço público federal. Em relação aos mais bem remunerados, essa proporção atinge cerca de 40%. "As pessoas são nomeadas sem nenhum controle prévio", diz o advogado João Geraldo Piquet Carneiro, ex-presidente da Comissão de Ética Pública, ligada à Presidência da República. Cabe à comissão verificar o que fazem os contratados para os dois níveis mais bem remunerados. Sucede que ela não tem poder de supervisionar os demais níveis, nos quais se encontra a grande maioria dos contratados. São 18 000 funcionários supervisionados por chefes imediatos, ou seja, praticamente por quem os contratou. Não custa lembrar que cargos de confiança não são privilégio da administração federal. Estima-se que existam hoje, no Brasil, 150 000 ocupantes nas esferas dos poderes Judiciário e Legislativo, além dos governos estaduais e municipais.

GUSTAVO PAUL

MR. DELO BRITÂNICO: menos contratações sem concurso

**EMPREGO
POR INDICAÇÃO**
Quantos cargos públicos
são ocupados sem concurso
em alguns países

Brasil
19 202

Estados Unidos
701

França
450

Reino Unido
120

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão e convido os Parlamentares para a sessão não-deliberativa de amanhã, às 10 horas.

A SRA. PRESIDENTE (Heloísa Helena. P-Sol – AL) – Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 17 horas e 23 minutos.*)

(OS Nº 14834/05)

**ATA DA 156ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA REALIZADA
EM 10 DE NOVEMBRO DE 2004**

(Publicada no *Diário do Senado Federal*, de 11/11/2004)

RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no *Diário do Senado Federal – DSF*, de 11 de novembro de 2004, página 35867, 1ª coluna:

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O parecer conclui pelo não atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e, no mérito, pela apresentação de projeto de lei do Senado.

Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os pareceres do Relator: Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), e do Relator revisor, Senador Tião Viana, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – O parecer conclui pelo não atendimento dos pressupostos de relevância e urgência e, no mérito, pela apresentação de projeto de lei do Senado.

Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

O parecer do Relator Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; e o do Relator revisor, Senador Tião Viana, pelo não-atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência. O Parecer do Relator revisor é pelo não-atendimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com o Parecer queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado o Parecer do Relator revisor.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
BLOCO - PPS	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA ¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES ²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 04.05.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 04.05.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações

Revista de Informação Legislativa – Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.



Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Preço por exemplar: R\$ 5,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 114 PÁGINAS